

A LEI ELEITORAL

O ANTE-PROJECTO APRESENTADO AO GOVERNO

CAPITULO III Da organização dos arquivos eleitorais

Art. 57—Na capital da República haverá um *Arquivo Eleitoral Nacional* e em cada capital dos Estados e do Território do Acre, um *Arquivo Eleitoral Seccional*, cuja organização e forma de funcionamento estarão sujeitas às disposições deste decreto e de instruções que oportunamente expedir o Superior Tribunal Eleitoral.

SECÇÃO A

Do arquivo eleitoral nacional

Art. 58—O *Arquivo Eleitoral Nacional* compreende o conjunto dos Registos Dactyloscópico, Patrocinimico, Domiciliario, Photographico, de Processo Eleitoral, de Inscrições plúreas, de Cancelamentos e Suppletorio.

Art. 59—O *Registro Dactyloscópico Nacional* compreende o conjunto das fichas dactyloscópicas das pessoas que tiverem obtido, ou estejam processando a sua incorporação ao *Registro Cívico Nacional*. As fichas deverão ser agrupadas em forma systemática, que permita sua mais completa classificação e rápida confrontação.

Art. 60—O *Registro Patrocinimico Nacional* compre-

de o conjunto dos nomes das pessoas que tiverem obtido ou estejam processando a sua incorporação ao *Registro Cívico Nacional*. Os nomes deverão ser agrupados por ordem alfabética, devendo acompanhar a cada um o numero e a série que lhe corresponda no *Registro Nacional de Processos*.

Art. 61—O *Registro Domiciliario Nacional* compreende o conjunto dos nomes e domicílios das pessoas que houverem obtido ou estejam processando a sua incorporação ao *Registro Cívico Nacional*. Os nomes e domicílios deverão ser agrupados por ordem alfabética, em séries correspondentes aos Estados, ou circumscrições, distritos eleitorais e sub-divisões menores, que se estabelecerem.

Art. 62—O *Registro Photographico Nacional* compreende o conjunto das negativas photographicas produzidas pelas pessoas que houverem obtido ou estejam processando sua incorporação ao *Registro Cívico Nacional*. As negativas deverão ser agrupadas por Estados, ou circumscrições, em séries correspondentes a cada secção inscriptora. Dentro de cada série seguir-se-á ordem numeral, de modo que, dada a determinação ordinal da ins-

criptação, se possa achar facilmente o negativo do inscripto.

Art. 63—O *Registro Nacional de Processos* compreende o conjunto das folhas de filiação e das que corresponderem a todo processo, sentença, resolução ou dados superiores referentes às pessoas que houverem obtido, ou estejam processando a sua incorporação ao *Registro Cívico Nacional*.

Paragrapho 1—Os processos deverão ser agrupados em séries correspondentes a cada secção inscriptora.

Paragrapho 2—Dentro de cada série seguir-se-á a ordem numeral, de tal modo que, dada a determinação ordinal da inscriptação, se possa encontrar facilmente o processo do inscripto.

Art. 64—O *Registro Eleitoral Nacional* compreende o conjunto das folhas eleitorais correspondentes às pessoas que tiverem obtido, ou estejam processando a sua incorporação ao *Registro Cívico Nacional*. As folhas eleitorais deverão ser agrupadas em séries correspondentes a cada secção inscriptora. A primeira compreenderá o conjunto das folhas eleitorais correspondentes às pessoas que estiverem processando a sua incorporação ao *Registro Cívico*;

a segunda as das pessoas inhabilitadas para votar, por sentença em via de execução, ou em virtude de resolução proferida pelo Superior Tribunal Eleitoral de accordo com este decreto, e a terceira as das pessoas habilitadas para votar.

Paragrapho 1—As folhas destas tres secções deverão ser agrupadas em séries correspondentes a cada secção inscriptora.

Paragrapho 2—Dentro de cada série seguir-se-á a ordem numeral, de tal modo que, dada a determinação ordinal da inscriptação, se possa achar facilmente a folha correspondente a cada inscripto.

Art. 65—O *Registro Suppletorio Nacional* compreende o conjunto das duplicatas de todos os processos eleitorais. Os processos deverão ser agrupados por séries correspondentes a cada secção inscriptora, de tal modo que, dada a determinação ordinal de cada inscripto, se possa achar facilmente o processo.

Art. 66—O *Registro de Inscrições Plúreas* compreende o conjunto de fichas dactyloscópicas das pessoas que figurando já no *Registro Dactyloscópico*, tiverem processado uma nova inscriptação.

Art. 67—O *Registro de Can-*

cellamentos compreende o conjunto de todos os documentos de inscrições correspondentes aos inscriptos definitivamente excluidos.

SECÇÃO B

Das arquivos eleitorais seccionaes

Art. 68—Os *Arquivos Eleitorais Seccionaes* compreendem o conjunto dos Registos Dactyloscópico, Patrocinimico, Domiciliario, Photographico e de Processos relativos às inscrições iniciadas na circumscrição.

Art. 69—O *Registro Dactyloscópico* compreende o conjunto das fichas dactyloscópicas das pessoas que houverem obtido, ou estejam processando a sua incorporação ao *Registro Cívico da Circumscrição*, agrupadas na forma estabelecida pelo art. 63.

Art. 70—O *Registro Dactyloscópico*, tanto o Nacional como os Seccionaes, fazem té somente para demonstrar que pertencem a uma mesma ou a distintas pessoas, as impressões digitas das fichas, que se comparam.

Art. 71—O *Registro Domiciliario*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 72—O *Registro Dactyloscópico*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 73—Os *Registos Dactyloscópicos*, tanto o Nacional como os Seccionaes, fazem té somente para demonstrar que pertencem a uma mesma ou a distintas pessoas, as impressões digitas das fichas, que se comparam.

Art. 74—Os *Registos Domiciliarios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 75—Os *Registos Photographicos*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 76—Os *Registos de Processos*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 77—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 78—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 79—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 80—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 81—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 82—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 83—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 84—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 85—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 86—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 87—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 88—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 89—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 71—O *Registro Domiciliario* compreende o conjunto dos nomes e domicílios das pessoas que houverem obtido, ou estejam processando a sua incorporação ao *Registro Cívico da Circumscrição* agrupadas na forma estabelecida pelo art. 61.

Art. 72—O *Registro de Processos* compreende o conjunto das folhas de filiação e das que corresponderem a todo processo, sentença, resolução ou dados suplementares e os títulos referentes às pessoas que houverem obtido, ou estejam processando a sua incorporação ao *Registro Cívico da Circumscrição*, agrupadas na forma estabelecida pelo art. 61.

Art. 73—Os *Registos Dactyloscópicos*, tanto o Nacional como os Seccionaes, fazem té somente para demonstrar que pertencem a uma mesma ou a distintas pessoas, as impressões digitas das fichas, que se comparam.

Art. 74—Os *Registos Domiciliarios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 75—Os *Registos Photographicos*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 76—Os *Registos de Processos*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 77—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 78—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 79—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 80—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 81—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 82—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 83—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 84—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 85—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 86—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 87—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 88—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 89—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 90—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 91—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 92—Os *Registos de Cancelamentos e Suppletorios*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

Art. 93—Os *Registos de Inscrições Plúreas*, tanto o Nacional como os Seccionaes, não farão té a respeito do domicílio ou residência do inscripto no lugar indicado. Seu objectivo é permitir o conhecimento da localisação dos inscriptos, para os efeitos da depuração do *Registro Cívico*.

A opinião do juiz Octavio Kelly sobre o ante-projecto da lei eleitoral

Esse magistrado é favoravel ao suffragio feminino

Continuando o seu inquerito sobre o projecto da lei eleitoral, o *Correio da Manhã* ouviu o juiz Octavio Kelly, que é um dos mais illustres magistrados brasileiros.

Por força do seu cargo, no antigo regimen, cabia-lhe a função de organizar o serviço eleitoral da Capital da Republica. Era tambem o presidente effectivo das juntas apuradoras das eleições no Distrito Federal. De ambas as funções, se desempenhava sempre com o mais elevada criterio e a maxima correcção.

A's perguntas do jornalista, o juiz respondeu:

«Li o ante-projecto da sub-comissão legislativa e posso dizer-lhe que me deixou excellente impressão. A preocupação dos seus elaboradores foi, não resta duvida, dotar o paiz de uma lei avançada, capaz de assegurar o triumpho da democracia pela defesa do seu principal elemento—a pureza e segurança do voto. E reduzindo as minhas observações aos pontos principaes, tenho apenas a esclarecer esta palestra, com a lição da própria experiencia, como juiz a quem a antiga legislação confiava func-

ções de natureza eleitoral.»

Depois de interessantes commentarios em torno do ante-projecto, o juiz Kelly falla favoravelmente do suffragio feminino, assim concluindo as suas interessantes observações.

A extensão do suffragio ás mulheres, acompanhando as conquistas do feminismo em outras nações, constitue uma das mais justas innovações.

Como presidente da Junta Apuradora desta capital, decidi favoravelmente a acceitação dos votos dados a uma das nossas primeiras feministas — a professora Daltro, — candidata que foi, a um dos logares de intendente municipal; e respondi á consulta de um presidente de mesa em tendo ser legal a escolha de escrevente autorizada de um dos officios da justiça, para servir como secretária dos trabalhos da secção. Estou de inteiro accordo com esse ponto de vista, pois não vejo razões para excluir as mulheres, que tanto concorrem para o progresso, riqueza e cultura das nações, do gozo desse direito de ser representação politica. Não terei mesmo duvi-

O pagamento dos impostos atrasados

Rio, 19 (Radio Rgt) O ministro da Fazenda prorogou, sem multa, o pagamento de todos os impostos atrasados.

Quanto aos que já se acham ajuzados os interessados devem requerer ao ministro identico beneficio.

A festa da Primavera

Rio, 19 (Radio Rgt) A festa escolar da Primavera, que se devia realisar amanhã, na Quinta da Boa Vista, foi transferida o dia 27.

O CAMBIO NO RIO

Rio, 19 (Radio Rgt) Esteve em vigor ontem a taxa cambial de 3 1/2d.

das em incluir entre as alistaveis a propria mulher casada, que logre obter do seu esposo autorização expressa para fazel-o, tal como succede a que se propõe a commercial, porquanto a mãe de familia é um factor que não deve ser despresado na defez dos altos interesses sociaes, maximé na hora em que se accentua a emancipação de outras classes, até então estranhas a colloboração nos governos. Taes circumstancias bastam para realfirmar-lhe o meu apreço e viva sympathia aos principios consubstanciados no ante-projecto de lei eleitoral.»

ACTOS DO GOVERNO PROVISORIO

Rio, 19 (Radio Rgt) — Foram assignados pelo Chefe do Governo Provisorio, entre outros, os seguintes decretos:

Na Pasta da Justiça: — Isentando o governo do Estado do Rio Grande do Norte do pagamento da taxa das custas judicias do recurso extraordinario em que elle é recorrente e recorrida a firma M.F. do Monte & C.

Na Pasta do Trabalho: — De nomeação do engenheiro ajudante do inspector regional e do consultor tecnico da Directoria do Patrimonio Nacional.

Na Pasta da Agricultura: — Modificando o artigo do Decreto de 14 de Julho do corrente anno, que criou a secção de classificação na Superintendencia do Serviço de Algodão e reduzindo a

O novo director da Escola de Bellas Artes

Rio, 19 (Radio Rgt) Tomou posse do cargo de director da Escola de Bellas Artes o sr. Archimedes Memoria.

Cotações do Mercado

Rio 19 (Radio Rgt) Os principes productos tiveram as seguintes cotações. — Café, tipo sete, 10 kilos, a 11\$800; assucar branco crystal, a 36\$000.

tabella de vencimentos dos funcionarios que trabalham nesse departamento.

Na Pasta da Marinha: — De nomeação do capitão de fragata engenheiro naval Julio Regis de Bittencourt para Director Industrial do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro; do capitão de fragata medico dr Oliveira Sampaio para director do Sanatorio Nacional de Nova Friburgo; de promoção, no corpo de commissarios da Armada, e de transferencia para a reserva de primeira classe de um capitão tenente do corpo de officiaes da Armada.

Na Pasta da Guerra: — De transferencia para a reserva de primeira classe, a pedido, do coronel Alberto da Cunha Poeta.

Em beneficio da Casa do Estudante

Rio, 19 (Radio Rgt) — Inauguraram-se as festas promovidas em beneficio da Casa dos Estudantes do Lyceu do Artes e Officios.

O pagamento do imposto predial

Rio 19 (Radio Rgt) O interventor do Distrito Federal baixou um decreto regulando o pagamento do imposto predial nos casos de vacancia.

Denuncia contra o sr. Adolpho Bergamini

O chefe do Governo Provisorio, tendo recebido uma denuncia contra a acção do interventor no Distrito Federal, determinou que fosse constituída uma commissão, composta do capitão-tenente Bulcão Vianna, tenente Napoleão Alencastro e Theodoros Cavalcanti, encarregada de julgar os factos articulados contra o sr. Adolpho Bergamini.

Ouvindo a respeito pelo *Jornal do Brasil*, o sr. Bergamini declarou:

«Accusam-me, perante o chefe do Governo Provisorio, de estar fazendo politica na interventoria. Sciante disso, prestei, por escripto, ao sr. Getulio Vargas informes sobre todos os itens da accusação, que tambem fôra escripta. O chefe do governo entregou todos os papeis, num senlido e noutro, á commissão já conhecida. O ministro Oswaldo Aranha enviou-me uma carta communicando-me o que fôra resolvido, do que aliás já me havia feito sciente, antes, o proprio sr. Getulio Vargas. Agora, espero que a commissão examine os referidos papeis. Aliás, meu desejo é que ella o faça quanto áquelles factos e tudo o mais que quizer, tanto em minha vida publica como da particular, se entender assim, pois sou daquelles que entendem que toda a gente que tem responsabilidade, no meio em que vive, deve proceder assim: Viver ás claras».

CONFERENCIARAM COM O SR. GETULIO VARGAS

Rio, 19 (Radio Rgt) Conferenciaram com o dr. Getulio Vargas o ministro da Justiça e o interventor do Distrito Federal.

REPUBLICA

— DIÁRIO MATUTINO —
Redação, Administração e Oficinas:

Maura de Senna Pereira
Barbosa Filho
Antenor de Moraes
Baptista Pereira

Endereço telegraphico: **REPUBLICA**

São agentes autorizados a angariar assinaturas e materia tributaria ao effectuar cobranças:

ECLETICA

Succursales:

Rio de Janeiro—Av. Rio Branco, 137—1.
São Paulo—Rua Treis de Dezembro, 12—2.
Porto Alegre—Rua dos Andradas, 1075—2

Correspondencia:

A correspondencia com valor e a que dezer respeito a assignaturas e annuncios, deve ser endereçada ao gerente **Ataliba Neves**.

A direcção não se responsabiliza pelos commettos emitidos pelos seus colaboradores, nos artigos assignados.

A data

20 de Setembro

Em 1891, funda-se nesta capital a associação «Fratellanza Italiana».

Culto centro de reunião da operosa colonia, representa essa sociedade a tenaz perseverança de quantos a constituem, seguido com galhardia a orientação dos que a fundaram, tornando-a prospera e respeitável.

Quando está a aproximarse a data centenaria da colonização italiana em nosso Estado, tendo-se ella iniciado com a fundação do nucleo colonial Nova Italia, posteriormente D. Affonso, sendo seus fundadores o dr. Henrique Schult e Carlos Demaria e primeiro administrador o cidadão suíço L. u. e. s. Boiteux, bem é de ver que a Fratellanza Italiana caberá a primazia nessa comemoração, digna certamente de occupar a attenção dos poder publicos e de quantos radicados são á gloriosa terra de Virgilio e de Dante.

Porque centro de cultura artistica, como ainda ha dias o demonstrou elegantemente, a Fratellanza Italiana, quando por outros motivos não merecesse uma especial referencia, apresentaria esse belissimo attestado para fazer jus á sympathia e á consideração do nosso meio social.

Galhardamente tem ella vencido as etapas decorridas nesses quarenta annos de continuo e dedicado labor.

Que maiores prosperidades se entrelacem na sua victoriosa ascensão.

J. B.

Noticias dos Estados

S. PAULO

A Associação Commercial recebeu um officio sobre a reforma ortographica.

BAHIA

Ficou organizado o novo governo do Estado.

O interventor mandou conservar os nomes de Ruy Barbosa e Rio Branco em duas ruas de Jaguaguara.

SERGIPE

Inaugurou-se o novo salão de sessões do Tribunal Superior de Justiça do Estado.

PERNAMBUCO

Chegou a Recife o interventor do Ceará.

DESPACHARAM COM O

CHefe DO GOVERNO
Rio, 19 (Radio Rgt) Despachou com o Chefe do Governo Provisorio o sr. dr. Lindolph Collor, ministro do Trabalho.

De pé!...

O Commentario, a interessante revista fundada pelo sr. Veiga Miranda, publicou, assignada por Amazonas de Aragão, uma pagina referente a um facto que passou como sendo veridico, por occasião da revolta de 1924. O A. abre citando este trecho de Blasco Ibanez (El Pais del Arte):

«Al praticarse las excavaciones por este lado de la ciudad se encontró dentro de la garita de piedra al legionario romano, firme en su puesto, apoyado en la lanza, con el escudo a los pies y la visera del casco sobre los ojos.

Y allí murió, sin que se rebelava el instinto de conservacion, olvidado de sus jefes, con la tranquilidad del que cumple su deber, para surgir siglos despues entre la removida tierra, siempre de pie y sereno, como buen legionario romano.

Se comprende que soldado asi conquistasen el mundo.

Diz o A:

«Um contingente de marinheiros, postado por traz de fragil paliçada, na esquina da travessa do Mercado, defende com denodo a praça visada pelo fogo cerrado da infantaria rebelde entrincheirada para os lados do Palacio das Industrias. E o fogo recrudescce.

Os marujos, suarentos e abnegados, persistem heroicamente. A sua grande inferioridade numerica anima-os ainda mais. Acotovelam-se comprimem-se, disputam entre si a frente da trincheira.

A força inimiga se desloca e avança, terrivel e ameaçadora. A morte é imminente. E no auge da refrega, um marinheiro sabendo abruptamente da trincheira, de arma em punho, salta para cima de uma barreira de elemento, encostado ao predio lateral, expondo-se inteiramente á chuva de balas, para assim visar melhor o inimigo. A energica e rapida advertencia do commandante de que o seu acto é uma temeridade de inqualificavel, responde o bravo:

—Quel seu capitão! A vida vale pouco. Marinheiro morre de pé!

E ali sobre a barreira, encostado á parede, braços distendidos, em posição de pontaria, gorgoleja e cabelleira ao vento, o intrépido marujo, como que protegido por forças mysteriosas, permanencia no meio da salvação de balas—iliso—no cumprimento sacrosanto do dever.

Ao pellar da lua, sobre a barreira, encostado á parede, a cabeça pendida, os olhos enbolalhados, lá estava elle, illuminado pelo reverberar taulhante dos incendios—mosquetado tombado, o cabelo revoltado, um fio de sangue escuro, escorrendo da bocca crispada—lá estava elle, o bravo—hírido, enregelado, morto—de pé!

CAMBIO

Vigoraram, ontem, nesta Capital, as seguintes taxas:	
£ a 90 divj	76\$100
Uruguay	6\$412
Argentina	4\$122

£ Londres	77\$200
Paris	\$623
New-York	15\$890
Italia	\$531
Espanha	1\$463
Suissa	3\$103
Hamburgo	3\$760
Belgica	2\$214

Foram vendidos mil reis ouro a \$3678.

Brinde por brinde

Faz annos amanhã o sr. Gil Costa, desembargador em disponibilidade.

Até há pouco o desembargador-cheiroso era tido como um homem medianamente intelligente. Delle se sabia até que era lenor. Cantava em horas vagas a Maria Cachucha...

E' que se lhe não azara ainda a elle oportunidade de se mostrar em toda a sua fraqueza moral e mental.

Veio o ensejo e verificou-se que elle era cheiroso por dentro e por fóra.

A sua attitude de agora em relação ao sr. Marcos Konder, seu companheiro de ontem, e a cuja politica fóra, como presidente do comitê Julio Prestes, levar apoio num famoso cmicio em Itajahy, escancurou-lhe a alma em toda a hediondez.

Sabem os leitores por que toda essa gana tardia contra o antigo corregidorario e ex-leader da Assembléa estadual?

Por isto, só por isto: porque o sr. Marcos Konder velou uma tentativa de augmento da diaria consignada no orçamento do Estado ao corregedor, que outro não era senão o sr. Gil Costa.

Qual a attitude mais louvavel, a do sr. Marcos Konder mantendo-se no retraimento politico em que está ou a do antigo presidente do famigerado comitê Julio Prestes, «travestindo-se» da noite para o dia em revolucionario rubro, em evangelizador dos principios da Nova Republica?

E' por isso que todo o mundo está fugindo do pisa-mansinho...

Foi naturalmente por isso que ainda há dias, na escolha do directorio da Legião Catharinense, elle, por insuportavelmente cheiroso, foi despejado ao mar...

De vespera, sr. desembargador, á sua...

Chevalier está triumphando no Rio

Ao que parece, é mais facil Chevalier deixar de ser quem é, de deixar de trabalhar, renunciar á sua personalidade, do que deixar de fazer revoluções.

E' uma coisa que está na massa do sangue, como se diz vulgarmente, uma coisa que nasceu com o artista e da qual elle não se divorcia jamais.

E, se assim foi sempre, porque havia de deixar de ser agora? Eis porque Chevalier, reaparecendo em Romance de Veneza, o seu mais recente film, agora exhibido no Capitolio, continúa a revolucionar o publico, continúa a encher e a fazer tremer o mais elegante dos cinemas da marca das estrelas no Rio. Porventura não é uma revolução o que se vê agora no Capitolio? Não é uma revolução aquelle constante affluir de publico, aquelle constante enxamear de fans no Capitolio?

O publico que diga se não é uma revolução. Que fale esse publico que, aesse segunda-feira ultima, não quer saber de outra coisa: Chevalier, Claudette Colbert, um Romance em Veneza...

Obieve naturalisação

Por decreto assignado na Pasta da Justiça foi concedida naturalisação ao sr. Godofredo Entres, natural da Alemanha e residente neste Estado.

O SECRETARIO DE MINAS DESPEDIU-SE DO

CHefe DO GOVERNO

Rio, 19 (Radio Rgt) Despediu-se do Chefe do Governo Provisorio, por quem foi recebido em audiencia especial, o sr. dr. Gustavo Capanema, Secretario do Interior do Estado de Minas Geraes.

HIATE DOS SETE PECCADOS

Apresava-se para sahir ao largo na sua viagem mysteriosa, de que tanto se falava, o "Hiate dos sete peccados".

Iría sem rumo certo, mar em fóra e sabia-se que as suas installações tinham um luxo asiatico.

Enquanto se aliciavam passageiros para a mysteriosa viagem, o seu empresario contractava artistas, lindas mulheres, cantoras e bailarinas para o tourné original e algo enigmatico.

Uma destas, formosissima, cujo amante era contrario a que ella tambem seguisse, quando conversava com o curioso empresario, daquelle viagem fastastica, teve para elle esta frase:

O senhor deseja á mulher e não á artista.

Seria veridade, ou uma phrase impetuosa apenas? Brigitte Helm—é a estrela de o "Hiate dos sete peccados" que o Cine Paramount, em nova phase victoriosa, exhibira hoje em soirée chic, respectivamente ás 61/2 e 81/2 Hs.

Anecdótico

Aos domingos

Nomeado Lafayette presidente do Conselho, á sua residencia acorreu grande numero de pessoas á felicita-lo, muitos sem duvida bons, sinceros amigos e outras jise vê, dessas que formam o exercito dos que fazem da lição e da adulação o instrumento de successo.

Repleta a casa, diante da enorme concurrencia, um dos seus sobrinhos, entant terribie, logo se admirava para exclamar: «Quanta visita, tio Lafayette, quanta gente á visita-lo!»

«Não, menino: as visitas não são para tio Lafayette, são para aquella peste verde que ali está!» e apontou a pasta de Ministro.

Do interior da provincia vem um cliente consulta-lo. Era um homem inculto, mas desembaraçado, e dentro em pouco, após a exposição feita, bonacheirado, toma relativa intimidade com o grande jurisconsulto.

Sabe-se que Lafayette era estrabico, de extraordinaria divergencia e como toda pessoa que tem um defeito, não gostava de allusões a tal.

A certa altura da palestra, com a maior simplicidade, pergunta-lhe o provincialano: «Diga-me, sr. Conselheiro, o seu estrabismo é divergente?»

«Não, é de ver burro, responde promptamente Lafayette.»

Ferreira de Araujo, o admiravel jornalista, tinha por habito ir ao Ministerio da Viação e Agricultura, do qual era Machado de Assis alto funcionario, caraquear com elle. E quasi sempre atordava o amigo, á salvação, com um trocadilho, previamente engalhado. Machado jurou vingança. E uma noite, ao sahir, participou á esposa-desvelada companheira e amoravel amiga de tantos annos—que voltaria tarde.

Engulito, com benedictina resignação, cinco intermináveis actos de um fantastico drama, ao recreio. Em seguida, passadamente, comeu uns frios na Maison Moderne. Precitava fazer horas. Por ultimo, dirigiu-se a pé, até á residencia de Ferreira de Araujo, na Gloria. Soou o tympano.

O criado, estremunhando e bocejando, indagou mollemente:

—Quem é?

—O Machado de Assis.

E logo a porta se abriu.

—Faça o favor de trizer ao doutor que tenho urgente necessidade de falar com elle.

Pouco depois, envolto numa robe de chambre, Ferreira de Araujo espreitando os olhos, convidava-o a subir.

—E's meu amigo, Ferreira?

—E é para fazeres uma pergunta desta ordem que me cortas o melhor do somno?

E Machado, cerrando-lhe fortemente as mãos:

—Pois, se és meu amigo dize: — Uma mulher que dá pelo nome de Ignéz, e que vai tomar banho, e que sae do banho com os cabellos gotejantes de agua, como se devota chamar?

—Inesgotavel... inesgotavel... até logo... até logo... Desceu triumphalmente as escadas, e da porta da rua, gritou ainda:

—Inesgotavel!

Thesouro do Estado

Arrecadação effectuada pela Sub-Directoria de Rendas do Thesouro do Estado, até o dia 19 do mez de setembro corrente. Do Estado 68:350\$728 Para o Fundo Escolar: 1:873\$100

Solidariedade ao sr. Simões Lopes

Deante das accusações que lhe faz o autor do livro «Mascas abaixo», os seus companheiros de commissão executiva da Aliança Liberal, dirigiram ao dr. Simões Lopes a seguinte carta:

«Presado amigo Simões Lopes. Saudações. Acaba de chegar ao nosso conhecimento a recente publicação de uma brochura de autoria de um dos vencidos pela revolução de outubro, na qual, sem nenhum proposito, se contém falsas referencias ás attitudes vossas, anteriores á lamentavel occorrença por todos deplorada em que fostes envolvido em pleno recinto na Camara, em 26 de dezembro de 1929.

Vossos companheiros de commissão executiva, que dirigiram a Aliança Liberal, á qual tantos e tão notorios serviços prestastes, não podemos silenci ar nosso protesto contra as injustas imputações que acabam de vos ser feitas.

E' desnecessaria, aliás, essa nossa manifestação de sympathia, pois á justiça da capital da Republica, em decisão unanime do tribunal popular, proferida pelo mesmo governo adverso, reconheceu em vosso acto o exercicio de indiscutivel direito. Não é, entretanto, demais que daquelles que do vosso lado se bateram na direcção da gloriosa cruzada de ontem, renovem aqui, reflectindo o pensamento fóra das posições da politica militante, continuais a ser o mesmo varão illustre, servindo, sempre, á ideais do Brasil, como as reservas do vosso sentimento patriótico.—J. J. Seabra, Affonso Penna, Lindolph Color, Mello Franco, Ariosto Pinto, Odilon Braga, Baptista Lusardo, João Neves, Pires Cavalcanti, Geraldo Vianna e Carlos Pessoa.»

D. Joaquim de Oliveira

Seguiu ontem, á tarde, para a Barra do Ariró, municipio da «Palhoça, o exmo. revmo. d. Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo Metropolitano.

S. exa. revma., que foi assistir á festa em louvor ao S. Coração de Jesus, regressará amanhã.

O governo abstem-se da compra de leiras

Rio, 19 (Radio Rgt) O Governo Provisorio, segundo communicação do Departamento Offical de Publicidade, resolveu abster-se da aquisição de leiras para satisfação dos juros da divida externa, afim de não depressir ainda mais o cambio.

Concerto

Haverá, hoje, das 9 ás 12,30 horas, no Bar Chiquinho, um grande concerto pela Orchestra Catharinense, sob a regencia do sr. maestro Hugo Freydeleben, que executará um repertorio de musicas escolhidas.

DOMINGO LITERÁRIO

Direção de MAURA DE SENA PEREIRA

DEIXA-ME

Deixa-me as mãos, nas tuas, esconder
como tímido, implume passarinho
que torna, palpitante, ao fôfo ninho...
Estou cansada de sofrer!

Deixa-me em teu peito amigo demorar
apenas um instante, o coração
que te inspirou tanta veneração...
Estou cansada de orar...

Deixa-me a fatigada fronte pender
sobre teu ombro varonil e forte
que fugirão minhas visões de morte
Estou cansada de viver!

Folgamos em estabelecer nesta pagina um sincero ritmo de amizade intelectual com os espiritos da Academia Carioca de Letras. Hoje estas colunas se enfeitam com alguns topicos do discurso que uma illustre senhora ali pronunciou no maio florido deste ano. Trata-se da talentosa dona Francisca de Basto Cordeiro, autora de uma fina coleção de livros, alguns dos quaes, como «Brasilidades» revelando, além do merito literario, uma desprestiosa e magnifica erudição. No referido discurso, a academica esbende-se brilhantemente sobre a obra estetica e sobre a vida combativa e estranha do seu patrono, o Raul Pompeia inesquecivel do «Atheneu». A par de alguns trechos dessa pagina oratoria, oferecemos ainda aos nossos leitores versos tirados ao livro «Canções a esmo», que a mesma prezada colega, tão cativante-mente, nos acaba de enviar.

O MAIOR AMOR

O maior amor—é o que se sente,
dolorido,
infinito;
e que a dureza encontrou sómente,
n'uma alma de granito.

O maior amor—é o que se chora,
perdido no passado;
que em zelos, rememora
o coração amordaçado.

O maior amor—é o que se esconde
orgulhoso;
não tem cura e corresponde,
dissimulado,
áquele que o tortura!

E', portanto, indispensavel o estudo da genealogia ancestral, onde encontraremos os fatores importantes de que resultou a entidade heterogenea de Raul Pompeia.

Decendia, ele, (assim como Heitor Basto Cordeiro, meu marido, e Rodolfo Miranda, seu primo), de João Zozimo Cordeiro da Silva Guerra, sendo portanto, sobrinhos-bisnetos de Alferes de Milícia. Joaquim José da Silva Xavier o Tiradentes.

Toda a familia do Protomartir da Independencia, perseguida durante doze anos pela ira popular que apodava de «infames a todos os seus», abandonou Diamantina, fazendo escala por Formiga, Trez Pontas, Campanha e Itajubá, estabelecendo-se em Guaratinguetá.

Durante esse longo e doloroso exodo, nasce Matilde Umbelina de Castro Pompeia, avó de Pompeia.

Rezam as crônicas da familia que: «aos dezesseis anos Matilde era bela, sabia ler, escrever e contar, e as melhores obras daquele tempo lhe eram familiares. Viu-a então o Capitão Antonio de Avila, que se sentiu arrasado para ela, tendo obtido a sua mão, com entusiasmo das duas familias.

Apesar dos novos deveres, Matilde nunca abandonou os livros.

Raul Pompeia herdará, pois, de Tiradentes, o precursor das grandes idéias liberais — a alma generosa e ardente; de sua avó Matilde — o pendor pelas belas letras.

De mediana estatura, a tez clara e os cabelos castanhos; ocultava sob o pincenez de miopo, a viveza dos olhos gataes, ligeiramente asymmetricos. Insinuante, aliava a sobria elegancia do traçar o requinte da elegancia moral.

De natureza suscetivel e desconfiada, um nada o melindrava. Só a multos raros entreabria o cofre delicado da sua alma; tal opudor de seus sentimentos intimos.

Apezar de retraído e esquivo quando em convívio de estranhos, suas maneiras finas de bem-nascido, e o timbre abaritonado da voz, que sabia graduar, como orador perfeito que era, grangeavam-lhe grandes sympathias.

Quando saía da aparente indiferença em que se envolvia, com um manto, a sua palestra tornava-se encantadora. Falava habitualmente, pouco de si, e muito de arte, sob todo e qualquer aspecto que se lhe apresentasse.

Era, porém, preciso que o assunto o interessasse, para imiscuir-se na conversa, seduzindo e cativando, então, pelo encanto peculiar da sua prosa, variada e cultissima.

Na *Gazeta de Noticias*, appareceu, com grande successo, o «*Atheneu*». Este romance não figura apenas como a sua obra maior, mas como uma das obras primas da nossa literatura. Publicado depois em volume, com illustrações e gravuras de sua lavra, a bico de pena, o «*Atheneu*», em sua edição definitiva, foi considerado um dos mais perfeitos romances da época. Todo o «*Atheneu*» é uma critica, ferina e acerba, contra a vida nos internatos. Verdadeira satira em que a chicoteia, a vergastada de mal disfarçado rancor, é primorosa analyse, em «anima vilis», transpirando todo o seu odio contra a personalidade do diretor.

Dessa faculdade, inata, de observação, aguçada pela acuidade da mais viva antipatia, extravasando a cada pagina, — nasce uma admiravel obra de arte, dolorosa, sincera, eivada de sarcasmo... Escrita num estilo puro, em linguagem escorreita, tixa, a tintas acidas de agua-forte, figuras, scenas e aspectos, como um mestre e um artista. Aristarcho o retrato, da mais perfeita semelhança, visto atravez os olhos ver-

des da ironia — de velho e conhecido educador. Ressalta nesse trabalho, a semelhança impressionante da vitima de sua ogeriza, provando a maestria do seu desenho, aliada á perfidia do motejo com que se vinga de quem, nunca se soube a razão, considerou sempre o seu maior inimigo. E, para frisar, traça-lhe assim o retrato moral: «Homem sandwich da educação nacional lardeado entre dois monstruosos cartazes! A's costas, — o seu passadp incalculavel de trabalhos; sobre o ventre, para a frente, o seu futuro; a reclame dos imortaes trabalhos; sobre o ventre, para a frente, o seu futuro: — a reclame dos imortaes projetos. Sintetizou a egolatria do vaidoso, a um tempo «especulador e levita», dos ladados da mesma medalha; educador e empresario; alternativamente a sombra e a luz de uma mesma personalidade. Alma de camaleão, tinha maneiras nuancadas conforme a categoria social na pessoa, e, principalmente, segundo o estado em que se achavam em relação a contas»...

Sente-se, nesse esboço, toda a minucia psychologica de uma analyse, verdadeiramente balzaquiana. Em nenhum romance, nem mesmo no «*Adolescent*» de Dostoievski, se encontra tão escurpulozo estudo da evolução, da metamorfose por que passa a alma juvenil, no deaibar inconsciente da natureza, vibrante e curiosa e inquietada, ás multiplos revelações, de todo um mundo de sensações desconhecidas. A minucia prismatizante, com que escaipela, uma a uma, as almas varias dos companheiros de meninice: essas, viciosas e torvas; estas, cristalinas, angelicas; aquelas, misteriosas, outras, soffredoras — toda a humanidade lá se encontra, sintetizada nos caracteres, embrionarios ainda, mas já sulcados, deixando, sem receio de

erro, prevér o que serão, esses homens do futuro! São paginas que traem talento invulgar, em escriptor de tão verdes primaveras! Raul Pompeia escreve, aos 25 anos apenas, uma obra que muitos grandes escriptores assinariam, orgulhosos, como remate de longa carreira literaria.

Ronald de Calvalho considera-o «um dos pilares do naturalismo, com Machado de Assis, Aluizio Azevedo e Julio Ribeiro e, dentre os quatro, o mais comovido ante o espectáculo do mundo. Sua obra, continúa ele, é um conflito entre a intelligencia que, sercamente investiga a fatalidade das causas remotas, e a sensibilidade, que se perturba ante o inevitavel determinismo dosefeitos immediatos. Eis porque foi ele, entre os nossos naturalistas, o mais comovido e o mais poeta».

Viceralmente ateu, o seu materialismo resultava de um inexoravel desencantamento de viver. Quando menino, o seu misticismo, sem atingir á invejavel fé, do carvoeiro com a qual o seu espirito investigador não se poderia coadunar jámais, transforma-se, de desilusão em decepção, até o climax — uma sociedade tragica! Desanimado, tímido, supersensivel, apeia para o Desconhecido, como alimento unico á sua imaginação, sequiosa de infinito!

As diversas facetas de sua incoerencia e de seu temperamento, vibratil, muito contribuíram para o inesperado gesto com que poz termo á vida, na plena e pujante ascensão á maturidade de um talento de escol. Sua ansia de perfeição, como ele proprio o confessa; os surtos de sua imaginação escaudante de idealismo, «o ergueram aos céos, de lá tornavam, num retrocesso icario desmembrados desengaçados espaços abaixo, como um bando de garças tontas...» Assim,

avido de ascensão, ambicioso de imensidade, a vida banal o descontrolava.

Olhos maravilhados, fui colhendo, a esmo, no imenso trigal, em suas canções sem metro, pensamentos, delicados e profundos, em frases rendilhadas de filigrana, uma farta messe de espigas de ouro. Noto, em cada pagina desses poemets, tal leveza de estilo, que se diriam pensados em francez com a mesma graça, elegancia e sutill da fraze, velando um amargo scepticismo, descaído em pleno vigor da mocidade. Cito alguns pensamentos esparsos: «O espirito vê pelos olhos do corpo. A intelligencia tem apenas o olhar... dos olhos.»

O abismo, preenhe de auroras, alimenta-se de trevas. Um circulo de trevas — a relidade; esquecel-a é consolar-se.

Queres um mundo mais vasto? Recolhe-te ao coração!

O extase é uma decepção singular que nos prostra para cima.

A arte é a grande embriaguez do belo consolador. Passa a embriaguez dos sentidos, passa o entusiasmo intelligente da investigação; ficam a saciedade, a descrença, a fadiga, a morte. Extinta a chama — cinzas... Os transportes do belo, não.

Diz ainda Pompeia no poemeto que intitula Hamlet:

«A sabedoria dos seculos acumulou palavras e palavras definindo o mundo por um sistema pretencioso de sons. Vãs e nulas são as palavras, Hamlet, mas a obscuridade que a degrada é essa mesma sombra inalteravel e tremenda — alma negra do universo, tormento perpetuo do teu cerebro.»

E, no Credo Solar, esta confissão pantheista: «Ah! eu adoro o sol que é a força. Vem do misterio como os deuses vae para o misterio! Por que buscar mais alto a

divindade? Eu creio no astro onipotente, creado dos dias e das cores».

Permitti ainda que vos leia uma canção inteira. Nela vereis o profundo desprezo que nutria pela humanidade:

OS ANIMAES

«Vosso Rei!» proferiu Jehovah, entregando o Homem á criação.

A imagem de argila acordou pouco a pouco num fremito de vida que lhe percorreu suavemente os membros. O olhar do homem abriu-se claro, infantil, nobre. Era ainda a majestade candida do olhar dos anjos.

Para dar caminho ao Rei abriram-se os penhascos, as franças debruçaram-se formando grinaldas festivas em arcarias triunfaes; irromperam em pressa dos calices, as petalas das flores, como labios; para sorrir-lhe aos pés, matizaram a relva, os prados, em grande gala.

Cada qual ofertou ao Homem, em tributo, o que julgou melhor das dadivas do Creador.

Veio o leão e ofereceu a juba arrogante e a magestade selvagem; veiu a aguia e ofereceu as azas e os estímulos elevados; o tigre ofereceu as garras e a sede de sangue; o elefante, a força colossal; o simio, a malícia; a serpente, o veneno e as linhas curvas; a raposa a sagacidade; o cão, a leal vilozia; a hyena, os instintos da trahção; o asno, a perseverança; o cavallo, a celeridade e o dorso; o avestruz, opoderoso estomago e a cobica; o bóde, a gluxuria; o porco, o proprio ventre e a torpeza; o pombo, a alvura das penas; o pavão, a vaidade; o rato, a rapacidade — pericia pratica do estincto.

O Rei apossou-se de tudo.

Estava transformado o anjo de argila.

E a natureza unanimemente aclamou este monstro!

Pequenas notícias do Exterior

(SERVIÇO RADIO RGT)

INGLATERRA

O primeiro ministro informou à Câmara dos Comuns sobre o caso dos marinheiros.

—Foi promulgada a proposta orçamentária.

—Os commandantes das bases navais tiveram uma conferência e telegrammas de New York dão a união norte americana como favorável ao plano de suspensão das construções navais.

—Foi publicado uma estatística do consumo de café.

—Um grupo de deputados conservadores apresentou à Câmara dos Comuns uma moção sobre a situação financeira.

FRANÇA

O príncipe de Gales chegou a Paris.

—O comitê nacional de organização aduaneira dirigiu uma mensagem ao ministro de commercio e industria sobre as relações commerciaes com a Gran Bretanha.

ALLEMANHA

O sr. Freytag fez declarações à imprensa sobre as industrias dos sovietes.

—Ficou organizado o programma de recepção do navio escola *Presidente Sarmento*.

AUSTRIA

O professor Freimert atravessou a fronteira da Itália.

—O Chanceller sr. Buresch fez declarações à imprensa sobre os resultados da sua viagem a Genova.

—O Príncipe Strahemberg e o General Pulchmayr foram postos em liberdade.

HUNGRIA

Realizaram-se os funeraes das victimas da catastrophe do Batorbogy.

RUSSIA

O vapor que transportou os despojos de Leberkimeslin chegou a Riga.

SUISSA

Esteve reunido o comitê economico da sociedade das nações.

—A secretaria da sociedade das nações registrou a ratificação feita pela Polonia de duas convenções de trabalho.

—O ministro de commercio da França conferenciou com o representante do departamento do commercio da Inglaterra.

SUECIA

Ao sul de Joehnspling verificou-se um desastre de aviação.

ITALIA

Foram desmentidos os boatos sobre as representações diplomaticas da Santa Sé.

—A Gazeta Official publicou as modificações da tarifa sobre algodão.

—Affonso Trese chegou a Genova.

—Uma turma de aspirantes da academia naval iniciou uma viagem de instrução.

—Falliu a empresa de Pietrosola.

—O vapor francez *Champion* soffreu um accidente

PORTUGAL

A companhia dos electricos do porto resolveu annular a ultima emissão de accões.

—A legião do Chile commemorou o anniversario da Independencia do seu pais.

—A policia proseguiu na delegacia provocada pelo ultimo movimento revolucionario.

—O ministro de Portugal em Paris, regressou de Lisboa.

—Foi promulgado o decreto autorizando a companhia Zambesia a emitir obrigações.

HESPAHIA

Falleceu o Marquez de Nalejas.

—O deputado Pitaromero visitou o general Frederico Berenguer na prisão.

—A imprensa commentou o plano de construção submarina entre a costa europea e africana.

—A imprensa tratou das occurências nas Cortes constituintes.

—Esteve reunido o conselho de ministro.

—Em Lorea realizou-se uma grande manifestação dos sem trabalhos.

—O deputado Ramon Pires de Angola presiou juramento.

NORUEGA

Foi captada uma mensagem de bordo de Nautilus.

CHINA

Esperava-se de que o encontro entre as forças meridionaes e as tropas de Nankin não mais se verificasse.

ESTADOS UNIDOS

O vapor *Merilva* partiu para Bellize com viveres para as victimas do cyclone.

—O novo embaixador do Chile apresentou credenciaes.

—Foi marcada para 19 de outubro a partida do presidente Hoover para Georgetown.

—Foi publicado o balanço do commercio exterior.

PERU

Foram marcadas as eleições geraes.

Cine-Centro Popular

Matinées

A 13 horas, haverá *matiné* dedicada á creançada, sendo o preço de 500 rs.

Serão exhibidos *films* falados e cantados.

A 16 horas, será repellido o commovente *film* da Matarazzo. A 18 horas, commovente *film* da Matarazzo.

A 19 horas, commovente *film* da Matarazzo. A 21 horas, commovente *film* da Matarazzo.

A 22 horas, commovente *film* da Matarazzo. A 24 horas, commovente *film* da Matarazzo.

A 25 horas, commovente *film* da Matarazzo. A 27 horas, commovente *film* da Matarazzo.

Importante reunião no Palacio Guanabara

A SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DAS DIVIDAS EXTERNAS -- O CASO MINEIRO -- A CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE CORREIÇÕES

Rio, 19 (Republica) O Jornal publica o seguinte:

«Sob a presidencia do sr. dr. Getulio Vargas, estiveram reunidos, á noite, no Palacio Guanabara, os srs. Oswaldo Aranha, José Americo de Almeida, General Leite de Castro, almirante Prologes Guimarães, major Juarez Tavora e dr. Pedro Ernesto.

Nessa reunião, que foi longa, terminando já depois das 24 horas, os assumptos debatidos foram:

a) a questão da suspensão dos pagamentos relativos ás dividas externas, de que publicamos nota official, enviada pelo Departamento Official de Publicidade;

b) a situação politica de Minas;

c) a constituição da comissão de correções, que substituirá a Junta de Sanções.

Sobre o moruoria ficou deliberado o que consta da nota official alludida.

Com relação á politica mineira nada ficou de definitivo resolvido, tendo sido traçadas as normas porque se deverá conduzir a comissão de correção, da qual fará parte o major Juarez Tavora.

Essa comissão ficará encarregada de dar parecer sobre os processos ainda dependentes de solução, cabendo ao Chefe do Governo sentenciar em instancia final.

O numero de membros de que se deverá compôr a comissão de correção não foi ainda fixado, o que se verificará em breve, quando for sancionado o decreto annullando o que creou a Junta de Sanções.

Tratou-se, ainda na reunião, da situação geral do país, devendo, na proxima semana, todos os ministros entregar ao Chefe do Governo uma exposição detalhada do estado em que se encontram todos os serviços de cada Pasta, para estudo.

NOTAS CATHOLICAS

Festa de N. Senhora das Dóres

Realiza-se, hoje, na Cathedral, a festa em louvor de N. Senhora das Dóres.

As solennidades promovidas pela Irmandade do S. Sacramento, terão a maior imponencia.

A 6 horas, effectua-se a Communhão daquelle Irmandade e das Filhas de Maria.

As 8 horas, com missa cantada.

A 10 horas, haverá missa solenne.

Do Evangelho, pregará o illustado orador sacro rev. padre dr. E. Dufner, director do Gymnasio Catharinense.

A senhorinha Irene Ramos da Silva cantará uma Ave-Maria, acompanhada ao violino pelo sr. José Cruz.

A 13.30 horas, haverá o encerramento com benção do S. Sacramento.

Todos os actos serão abrihantados pelo coro das Filhas de Maria.

O templo acha-se ornamentado. A imagem de N. das Dóres foi collocada no altar-mór, entre flores e nuvens de gazes.

Festa do Coração de Jesus na Barra do Arirú

Realiza-se hoje, na Barra do Arirú, municipio da Palhoca, a festa do Sagrado Coração de Jesus.

O programma consta de missa ás 7.30 horas, com communhão geral e ás 10.30 horas missa com sermão.

A 13.30 horas, o exmo. revm. dr. Joaquim Domingues de Oliveira, Arcebispo Metropolitano, ministrará o Sacramento do Christma.

A 15 horas, sahirá imponente procissão com andor do S. Coração de Jesus.

O succo da uva

Segundo recente declaração dos sciencistas francezes Lesné e R. Clemet na Academia de Medicina de Paris, o succo fresco de uva tem um valor alimenticio incontestavel pois contém, em fortes proporções, glicose-levulose e substancias mineraes; não possui chloretos mas a experimentação revela a presença das vitaminas C e B de uma substancia diuretica.

A cura pela uva constitue um regimen hypo-azotado, hypo-chloretado, chologogo, diuretico e laxativo.

De accordo com a mesma declaração daquelle sciencistas, não desaparecem as qualidades do succo de uva com a refrigeração a uma temperatura ligeiramente superior a 0. Porém, se os succos de uva pasteurizados e congelados conservam certas propriedades, perdem outras; a experimentação demonstra, com effeito, que seu poder diuretico fica muito attenuado e que o succo não contém mais vitaminas. Perde, portanto, o valor biologico do succo fresco.

O doente... Ah! doente! como soffrir! fageme morrer!

O medico... (melindrado)... Não preciso de conselhos. Sei o meu officio!

Ouvindo um congresso de atheus: Um ardor começa assim o seu discurso:

Cidadão, eu sou atheu, louverdo seja Deus!

Ha um seculo, apenas, que a travessia do Oceano Atlantico não se podia effectuar em menos de um mez.

Experimenta-se o ouro com a pedra de toque, e o homem com o ouro.

Ne apague Estes ossos são muito grandes. Queira mandar cortalos.

Correio de Itajay

Foi aposentado, por decreto do sr. ministro da Viação, de 11 do corrente, o sr. Francisco Queiroz de Almeida, antigo agente do correio de Itajay.

Tempo

Para hoje, a directoria de Meteorologia nos annuncia:

TEMPO ameaçador e com chuvas.

TEMPERATURA estavel. VENTOS serão de sueste a sudoeste, com rajadas.

O GOVERNO ABSTEM-SE DE ADQUIRIR LETRAS AFIM DE NÃO DEPRIMIR AS TAXAS CAMBIAES

Rio, 19 (Republica) Communica o Departamento Official de Publicidade:

«Havendo resistido, durante cerca de dez mezes, a condições invariavelmente adversas e que, nos ultimos tempos e para o mundo inteiro ainda mais se agravaram — o Governo Federal encontra-se na necessidade de se obter de adquirir as letras de que necessita, para satisfação integral dos juros de sua dívida externa, afim de não deprimir ainda mais as taxas cambiaes.

Nestas condições foram entabuladas negociações com as representantes dos nossos credores, os quaes proseguirão até ser adoptado um plano definitivo para regularizar aquella situação.»

Bazar de miudezas

Vantagens do feminismo

Sr. a mulher triumphar na ardua pelia. Em prol da liberdade que reclama. Quando houver conquistado o que deseja Segundo o vasto feminil programma:

Quando Congresso e Presidente eleja. Metida da politica na trama. É de um forte partido a elite seja. Em vez de ser a elite do que o ama.

Na existencia a mudança é absoluta. Homem, teu lar calmo e feliz teja. Sem querela, sem ciúmes, sem disputa.

Sair a esposa, de manhã verás. E, cansada, ao voltar, da externa luta. Hade ir dormir e te deixar em paz. — XIQUETE

Os graças da mona. Existe entre os rabinos uma tradição de que, quando Noé plantou a vinha, Salomão se achou presente, e sacrificou ao mesmo tempo uma ovelha, um leão, um macaco e um porco. Estes animaes deviam ser o symbolo da graduação da embriaguez.

Quando um homem começa a beber, é tão meio como um corcudo; tornando-se depois alvado como um leão em seguida a sua coragem se transfere na folice do macaco, e por fim expozia-se no lameiro como o porco.

O professor explica arithmetico aos seus 27 alumnos e para melhor comprehendem, pergunta-lhes:

—Suppondo que cada um de vós é um burro, quantos burros reunidos tem aqui dentro?

E todos, a uma voz: —Vinte e oito.

Um grande poela não deve jamais beijar a mão de um homem, embora seja elle um rei, deve poela beijar a de uma rainha — não por sua magestade — mas tão somente pelo facto de ser mulher e poder ser Mãe!

Camuflar Para um covello...Sepultar...o Mar Morto.

Para um jardineiro...Cultivar...flores de rhetorica.

Para um bombeiro...Apagar...um fogo de artifício.

Cantares andaluzes Casaca e tercia mulher. Se e bonita, que guarde. Se e feia, que abrace.

Se e rica, que coquette. Se e pobre, que mantenha.

O doente... Ah! doente! como soffrir! fageme morrer!

O medico... (melindrado)... Não preciso de conselhos. Sei o meu officio!

Ouvindo um congresso de atheus: Um ardor começa assim o seu discurso:

Cidadão, eu sou atheu, louverdo seja Deus!

Ha um seculo, apenas, que a travessia do Oceano Atlantico não se podia effectuar em menos de um mez.

Experimenta-se o ouro com a pedra de toque, e o homem com o ouro.

Ne apague Estes ossos são muito grandes. Queira mandar cortalos.

Um Balão que permanecerá no ar durante um anno

Baseado nos conhecimentos e observações feitas a bordo do *Grav Zeppelin* em sua viagem ás regiões arcticas, o sciencista russo professor Moltschanoff está construindo um grande balão automatico, que deverá permanecer no ar durante um anno mais ou menos, devendo ser controlado de terra e registrar automaticamente todas as observações feitas na atmosfera durante este tempo.

O balão dever ser solto no proximo anno, nas imediações do observatorio de Leningrad, havendo geral curiosidade e interesse nos circulos aeronauticos e astronomicos sobre os resultados da curiosa experiencia do professor Moltschanoff.

E o dano da casa ao caiseiro: —Manoel, quebra ahí os ossos desta seahorn!

De um jornal Foram remetidos hontem ao Laboratorio de Hygiene 100 latas de conservas vazias para ser examinado o seu conteúdo

Exemplos de economia Um cocheiro nosa fez parar o relógio á noite para evitar que o mecanismo se estragasse enquanto dormia.

Num escriptorio: —Que quer dizer isto, Sr. Rodriguez?... Quem é aqui o chefe, é o sr. ou sou eu?

—Infelizmente, nem sei que o não sou, respondeu o empregado.

—Pois se sabe que não é o chefe, porque ha de estar sempre a dizer asneiras?

Um ladrão que rouba o outro Tem cem annos de penão. E o chumbo que pega os dois Vale um conito cada grão.

Bras do amendoim Mistura-se um prato de amendoim torrado com igual quantidade de farinha de milho; sococa e passa-se na peneira fina.

Faz-se uma calda com um prato de açúcar, ponto de fio; mistura-se a farinha e deixa-se até o dia seguinte.

No dia seguinte junte-se quatro ovos e cravo moído. Se ficar mole, para cozer pôr-se um pouco mais de farinha.

Devesse assar uma para experimentar a massa.

Um ladrão que rouba o outro Tem cem annos de penão. E o chumbo que pega os dois Vale um conito cada grão.

Bras do amendoim Mistura-se um prato de amendoim torrado com igual quantidade de farinha de milho; sococa e passa-se na peneira fina.

Faz-se uma calda com um prato de açúcar, ponto de fio; mistura-se a farinha e deixa-se até o dia seguinte.

No dia seguinte junte-se quatro ovos e cravo moído. Se ficar mole, para cozer pôr-se um pouco mais de farinha.

Devesse assar uma para experimentar a massa.

Aviso

O abaixo firmado declara que a Empresa Portella Passos, constructora do prolongamento e ramal da Estrada de Ferro Santa Catharina, pagou no periodo de 23 de agosto proximo passado até a presente data, a todos os credores por trabalhos ou fornecimento de materiaes, nada devendo no Estado, no momento. Pede, a quem porventura se julgue prejudicado com a presente declaração, apresentar-se no escriptorio da Empresa, em Blumenau ou Itajay, que será devidamente satisfeito.

Em 13 de Setembro de 1931. Alexandre Portella Passos

(3 3)

DECRETO N. 157

O general Ptolomeu de Assis Brasil, Interventor Federal no Estado de Santa Catharina, no uso das suas atribuições,

DECRETA,

como parte integrante do Código Judiciário, a seguinte

ORGANIZAÇÃO: Código Judiciário

LIVRO I

Organização Judiciária

TÍTULO I

Poder Judiciário e administração da Justiça

CAPÍTULO I

Poder Judiciário

Art. 1. O Poder Judiciário, no exercício de suas funções, é independente de qualquer outro poder.

Art. 2. É vedado ao Poder Judiciário ingerir-se nas atribuições dos outros poderes públicos e exercer funções que lhe não tenham sido cometidas por lei.

Art. 3. O Poder Judiciário não cumprirá leis, resoluções, e decretos contrários à Constituição Federal ou à Estadual, nem deliberações municipais que o forem a esta, ou às leis do Estado.

Art. 4. Para fazer executar sentenças, ou diligências que ordenarem, poderão os tribunais e juizes requisitar da autoridade competente o auxílio da Força Pública.

Art. 5. A autoridade legalmente requisitada é obrigada a prestar o auxílio, sem inquirir do pensamento da requisição nem da justiça ou da legalidade da sentença ou do despacho por executar.

Art. 6. São sujeitos aos tribunais e juizes todos os negócios judiciais que se suscitarem dentro do território do Estado, qualquer que lhes seja a natureza, ou a qualidade das pessoas que nellas intervenham, excepto:

I As causas civis e criminaes privativas da justiça federal.

II Os crimes militares.

III As infrações disciplinares previstas nos regulamentos administrativos.

IV A tomada de contas dos funcionarios encarregados da arrecadação, guarda, ou applicação de dinheiro e de valores publicos.

CAPÍTULO II

Divisão Judiciária

Art. 7. O território do Estado, para o effeito da administração da Justiça, divide-se em districtos e comarcas, formando, porém, uma só circumscripção para os actos da competência do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 8. Os districtos e as comarcas serão creados pelo Poder Legislativo.

Art. 9. Para criação de comarca é necessario:

I Que tenha população superior a vinte mil habitantes.

II Que haja na sede cadeia, quartel e edificio destinado a audiencias.

Art. 10. Desmembrada uma comarca ou um districto, passam para a nova comarca, ou para o novo districto todos os autos pendentes, de accordo com a competência do juizo, e ficam sob a nova jurisdição.

Art. 11. A sede da comarca ou do districto será, respectivamente, a cidade, villa ou povoação mais importante.

Art. 12. A instalação da comarca ou do districto realisar-se-á no dia designado pelo Presidente do Estado, para que os funcionarios judiciais, ou, em sua falta, os substitutos legais entrem em exercicio.

TÍTULO II

Tribunaes e Juizes, Ministerio Publico, Funcionarios auxiliares, Advogados e solicitadores

CAPÍTULO I

Autoridades judiciarias

Art. 13 São autoridades judiciarias:

I O Superior Tribunal de Justiça.

II Os juizes de direito.

III O Tribunal do Jury.

IV Os juizes districtaes.

Art. 14 Haverá um juiz em cada comarca, excepto na Capital, que terá dois, com as denominações de: juiz da 1ª Vara e juiz da 2ª Vara.

Art. 15 Haverá em cada districto um juiz districtal.

CAPÍTULO II

Auxiliares das autoridades judiciarias

Art. 16 São auxiliares das autoridades judiciarias:

I O Ministerio Publico composto de:

a) um procurador geral do Estado;

b) um promotor publico e um adjuncto em cada comarca.

II O secretario e mais empregados do Superior Tribunal de Justiça.

III Os serventuarios seguintes:

a) tabellião;

b) escrivão;

c) official do registro de immoveis;

d) official do registro de titulos e documentos;

e) official do registro civil;

f) distribuidor;

g) avaliador;

h) contador;

i) depositario;

j) interprete;

k) official de Justiça.

IV Os advogados e os solicitadores.

CAPÍTULO III

Superior Tribunal de Justiça

Art. 17 O Superior Tribunal de Justiça, que tem sede na Capital do Estado, compõe-se:

I De sete desembargadores.

II Do procurador geral do Estado.

Art. 18 A nomeação de desembargador será feita pelo Chefe do Poder Executivo dentre os juizes de direito do Estado.

§ 1. Occorrendo vaga de desembargador, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça deverá communicar-la, sem perda de tempo, ao Chefe do Poder Executivo que, dentro de dez dias, consultará ao Tribunal se approva a nomeação do juiz ou a designação do desembargador em disponibilidade que pretende fazer.

§ 2. A votação fazer-se-á em escrutinio secreto dentro de dez dias do recebimento da consulta.

§ 3. Se a consulta não for approvada ou não for formulada, dentro do prazo, o Superior Tribunal de Justiça em sua primeira sessão, que será secreta, organizará a lista com os nomes do juiz mais antigo e dois de mais merecimento.

§ 4. Se houver empate na organização da lista, considerará-se eleito o mais antigo na magistratura; se a antiguidade for igual, a preferencia compete ao mais velho.

§ 5. A nomeação será feita dentro de quinze dias, contado do recebimento da lista.

Art. 19 Ao Superior Tribunal de Justiça, além da denominação official, compete o tratamento de «Egregio Tribunal»; seus membros têm o titulo de «desembargador», o tratamento de «excellencia», e usam, como traje, bexa, barrete e capa.

Art. 20 O Superior Tribunal de Justiça terá um Presidente e um Vice-presidente, eleitos por seus pares, biennialmente.

§ 1. O Presidente que for eleito para um biennio não poderá ser reeleito para o biennio immediato.

§ 2. Vagando o cargo de Presidente, proceder-se-á, immediatamente, à eleição de substituto para o tempo que faltar ao complemento do periodo presidencial, salvo se a vaga se der no ultimo semestre deste.

Art. 21 A eleição realizar-se-á na primeira sessão de dezembro, por escrutinio secreto e por maioria de votos.

§ unico Não se procedendo à eleição naquelle reunião, effectuar-se-á na seguinte, qualquer que seja o numero de membros presentes.

Art. 22 Em caso de empate, considerará-se eleito o mais antigo no Tribunal; se a antiguidade for igual, a preferencia compete ao mais velho.

Art. 23 O biennio começará em 1º de janeiro do anno seguinte.

Art. 24 Regula a antiguidade:

I A data da posse.

II A da nomeação, havendo posses da mesma data.

III A idade, quando coincidirem aquellas datas.

Art. 25. O Tribunal reunir-se-á duas vezes, por semana, e extraordinariamente, sempre que o serviço publico o exigir, e, salvo a hypothese do paragrafo unico do artigo 21, só poderá funcionar com a maioria de seus membros, entre os quaes para esse effeito, não se inclue o procurador geral do Estado.

CAPÍTULO IV

Juiz de Direito

Art. 26. O juiz de direito será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, dentre as pessoas que satisfizerem os requisitos exigidos no artigo seguinte, dependendo a nomeação de previa e expressa approvação do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 27. São requisitos para nomeação de juiz de direito:

I Ser formado em direito por Faculdade da Republica, officialmente reconhecida.

II Ter exercido a advocacia ou cargo de promotor publico no Estado depois de formado, durante dois annos, pelo menos.

III Ter idoneidade moral.

Art. 28. Prova-se:

I A formatura em direito, pela carta, ou certidão passada pela Secretaria da Faculdade.

II O exercicio de promotoria publica, por meio de certidão do Thesouro do Estado.

III O de advocacia, pela certidão de pagamento de impostos de profissão, ou de frequencia às audiencias.

IV A idoneidade moral, com attestado de autoridade judiciaria do Estado.

Art. 29. Dentro de dez dias, depois da criação ou vaga de alguma Comarca, o Chefe do Poder Executivo consultará ao Tribunal sobre a nomeação que pretende fazer.

§ 1. A votação da consulta obedecerá ao disposto no art. 18, § 2.

§ 2. Se a consulta não for formulada ou approvada, o Presidente do Superior Tribunal fará publicar edital e telegraphará aos juizes de direito, marcando-lhes o prazo de quinze dias, para lhe serem apresentados os requerimentos dos que pretenderem remoção para a Comarca creada ou vaga.

§ 3. O requerimento poderá ser feito por telegraphama.

§ 4. Dentre os que tiverem requerido, serão incluídos em lista, organizada pelo Superior Tribunal de Justiça, em sua primeira sessão após a terminação do prazo, os nomes do juiz mais antigo e dois de maior merecimento.

§ 5. A lista compor-se-á de menor numero de nomes, se por qualquer motivo não poder organizar-se.

Art. 30. Se dentro do prazo nenhum requerimento for apresentado, o Presidente do Tribunal declarará aberto o concurso, por trinta dias, fazendo o annunciar em edital publicado no jornal official, durante oito dias.

§ 1. Prorogará-se o prazo do concurso por mais trinta dias, se, findo, não se houverem apresentado tres candidatos.

§ 2. Os concorrentes deverão apresentar as petições, devidamente instruídas, ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, que ordenará a inscripção dos que houverem provado os requisitos legais.

Art. 31. A proporção que, em livro especial, foreta sendo

inscriptos os nomes dos concorrentes, o secretario irá fazendo, no verso de cada petição, um ligeiro relatorio dos documentos juntos, para ser apresentado ao Presidente, até a sessão seguinte ao ultimo dia do prazo.

Art. 32. Nessa sessão, o Presidente lerá a lista dos concorrentes inscriptos e os relatorios do secretario e, proceder-se-á, em seguida, à classificação dos candidatos que deverão compor a lista triplíce.

Art. 33. A votação para classificar os concorrentes será feita separadamente, até perflazer o numero legal.

Art. 34. Organizada e assignada a lista pelos desembargadores presentes à sessão, em qualquer dos casos a que se referem os artigos 29 e 32, o Presidente do Tribunal remetterá-a ao Chefe do Poder Executivo.

§ unico. A remoção ou a nomeação será feita dentro de quinze dias, contados da data do recebimento da lista.

Art. 35. O sello da inscripção só será devido uma vez.

Art. 36. Dando-se empate ao organizar-se a lista para remoção de juiz, considerará-se eleito o mais antigo na magistratura; se a antiguidade for igual, a preferencia compete ao mais velho.

§ unico. Se o empate se der na lista para nomeação, será preferido:

a) o que for juiz avulso;

b) o mais antigo no serviço do Ministerio Publico;

c) o que tiver maior tempo de pratica de advocacia.

CAPÍTULO V

Supplente do juiz de direito

Art. 37. Haverá dois supplentes para cada juiz de direito, com as designações de primeiro e segundo, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do juiz de direito.

§ 1. A proposta deverá conter cinco nomes, de cidadãos domiciliados e residentes na comarca, reconhecidamente probos e capazes, devendo ser preferidos os graduados em direito.

§ 2. Dentro de dez dias depois que ocorrer a vaga, o Chefe do Poder Executivo consultará ao Tribunal sobre a nomeação que pretende fazer.

§ 3. A votação effectuar-se-á, em escrutinio secreto, dentro de dez dias do recebimento da consulta.

§ 4. Se a consulta não for formulada ou approvada, dentro do prazo, o Superior Tribunal organizará na primeira sessão a lista até tres nomes que será enviada ao Chefe do Poder Executivo.

§ 5. A nomeação será feita dentro de quinze dias, contados do recebimento da lista.

Art. 38. Os supplentes do juiz de direito servirão durante um quadriennio.

CAPÍTULO VI

Juiz Districtal

Art. 39. Em cada districto haverá um supplente do juiz districtal, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para servir durante quatro annos.

§ 1. A nomeação precederá proposta do juiz de direito, contendo tres nomes de cidadãos idoneos domiciliados no districto.

§ 2. Applicam-se à nomeação do juiz districtal as disposições do artigo 37, §§ 2, 3, 4 e 5.

CAPÍTULO VII

Supplentes de juiz districtal

Art. 40. Em cada districto haverá um supplente de juiz districtal, nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, mediante proposta do juiz de direito, contendo dois nomes de cidadãos idoneos, domiciliados no districto.

§ unico. Applicam-se à nomeação de juiz districtal as disposições do art. 37, §§ 2, 3, 4 e 5.

CAPÍTULO VIII

Organização do Jury

Art. 41. Ha em cada comarca um Tribunal do Jury, composto do juiz de direito, do promotor publico e de 20 jurados. Dentre estes, cinco, tirados a sorte, formarão o Conselho de Sentença para cada sessão de julgamento.

Art. 42. A função de jurado é obrigatoria.

Art. 43. O corpo de jurados é composto de cidadãos maiores de vinte e um e menores de sessenta annos, que reúnem os requisitos seguintes:

I Saber ler e escrever o português.

II Estar no gozo dos direitos politicos.

III Ter o rendimento annual minimo de 2.400\$000, cuja prova será dispensada aos que exercerem effectivamente profissões liberais.

Art. 44. Não pôde ser qualificado jurado:

I Aquelle que, notoriamente, for conceituado de falta de bom senso, integridade e bons costumes.

II O que estiver pronunciado por despacho irrevogavel.

III O que tiver soffrido condemnação passada em julgado por crime de homicidio, roubo, furto, peculato, fallencia fraudulenta, estelionato, falsidade, moeda falsa, ou lenocinio, e ainda que já tenha cumprido pena, ou obtido perdão.

IV O judicialmente interdito de administração de bens.

V O incapaz, por enfermidade physica ou mental.

VI A praça de pret.

VII O creado de servir.

Art. 45. Ficam isentos do serviço do Jury, durante as funções do cargo:

I O Presidente do Estado e o Vice-presidente.

II Os secretarios de Estado.

III Os membros do Poder Legislativo.

IV Os magistrados federaes e estaduais.

V O Chefe, os delegados e os sub-delegados de policia.

VI Os membros do Ministerio Publico.

VII Os serventuarios e os officiaes de justiça.

VIII Os militares em actividade.

XI Os chefes e os thesoureiros de repartições publicas.

§ unico. Pôde ser dispensado, à requisição de seu chefe, empregado que se não possa ausentar de suas funções, sem prejuizo do serviço publico.

CAPÍTULO IX

Qualificação e revisão dos jurados

Art. 46. Anualmente, no mez de outubro, os chefes de repartições fiscaes do Estado e do Município são obrigados a remetter ao Presidente do Tribunal do Jury uma relação dos funcionarios, com a especificação de seus vencimentos annuos e outra dos contribuintes dos impostos territorial, predial e de industria e prolição, com a indicação da contribuição a que estão sujeitos e de suas residencias. Esta ultima relação conterá cincoenta a sessenta nomes dos maiores contribuintes de cada um daqueles impostos, que sejam eleitores.

Art. 47. A impontualidade na remessa das relações sujeitas os responsáveis a multa de cem mil reis (100\$000) imposta pelo presidente do Jury e logo communicada ao representante da Fazenda do Estado, para o fim de cobrança executiva.

Art. 48. Recebidas as listas, o presidente do Jury mandará transcrever as em edital, para o que nellas for incluído, ou não, poder reclamar contra indevida inclusão, ou omissão, dentro do prazo de dez dias.

Art. 49. Findo o prazo, que se contará da data da publicação do edital, o presidente do Jury convocará o promotor publico e o juiz districtal da sede da comarca, para se proceder á revisão das listas.

Art. 50. A Junta, assim constituída, tendo como secretario o escrivão do crime, funcionará na sala das sessões do Jury, em dias successivos e em reuniões publicas, que deverão ficar concluídas até trinta de novembro.

Art. 51. A Junta tomará, em primeiro logar, conhecimento das reclamações e, em seguida, procederá á revisão das listas e á formação da lista geral, incluindo os cidadãos que tiverem, dentro do anno, adquirido as qualidades para ser jurados, e excluindo os que as houverem perdido e bem assim os que tiverem fallecido, ou mudado de comarca.

Art. 52. Além da lista geral, a Junta organizará a especial dos suppleantes incluindo nella os nomes dos jurados que residirem até seis kilometros de distancia da sede da comarca.

Art. 53. Em livro especial, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente do Jury, se lavrará a apuração da lista geral, que será assignada por todos os membros da Junta e publicada, por edital ás portas dos auditorios.

No mesmo livro e assignada da mesma lorma, será lançada a lista dos suppleantes.

Art. 54. Feito o lançamento, o secretario da Junta transcreverá os nomes dos alistados em cédulas de igual tamanho, recolhendo-as em duas urnas, contendo uma os nomes da lista geral e a outra os da lista supplemmentar.

Art. 55. A urna geral será fechada com tres chaves diversas, ficando uma em poder de cada um dos membros da Junta e a especial com duas chaves, das quaes uma pertencerá ao juiz de direito e a outra ao promotor publico.

Art. 56. Da lista geral, que será organizada por districtos, o juiz de direito mandará extrair listas parciaes, que enviará aos juizes districtaes respectivos, por officio registrado, onde houver agência postal, ou por intermedio dos officiaes de justiça, que cobrarão recibo.

Art. 57. Urnas, livros e mais papeis relativos aos trabalhos da Junta, ficarão sob guarda e immediata responsabilidade do escrivão do Jury.

Art. 58. O membro da Junta que deixar de comparecer á reunião, sem causa justa, ficará sujeito á multa de cem mil reis (100\$000), imposta: pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça ao juiz de direito; por este, ao promotor publico e ao juiz districtal.

§ unico. Da imposição da multa haverá recurso para o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, quando a decisão for do juiz de direito; e para aquelle quando o for do seu Presidente.

Art. 59. Não se fazendo em tempo a revisão, continuará em vigor a do anno precedente, tornando-se efectiva a responsabilidade dos que houverem concorrido para a omissão.

CAPÍTULO X

Recurso de qualificação

Art. 60. Da inclusão na lista geral, omissão, ou exclusão della, cabe recurso para o Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

§ 1. O recurso será interposto perante o Presidente da Junta, dentro de dez dias, contados da publicação da lista geral, com a prova da inclusão, exclusão ou omissão.

§ 2. Autuada a petição de recurso e lavrado termo delle, serão os autos apresentados na Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, no prazo de trinta dias, com informação do presidente da Junta, que a deverá prestar dentro de tres dias, podendo juntar documentos.

§ 3. O recurso será interposto, processado e julgado, independentemente de sellos e custas.

Art. 61. São competentes para interpor o recurso: I O promotor publico, não só de toda a revisão, mas tambem de qualquer inclusão, exclusão ou omissão.

II O cidadão incluído, excluído ou omitido.

Art. 62. As decisões dos recursos providos serão apresentadas, no prazo de dois mezes, ao presidente da Junta, que mandará transcrever-las no livro de que trata o artigo 53, convocando a Junta, dentro de trinta dias, para fazer as devidas alterações nas cédulas da urna.

Art. 63. Quando for annullada toda a revisão, o juiz de direito procederá a outra, dentro de trinta dias, observadas as prescripções applicaveis.

CAPÍTULO XI

Jury

Art. 64. O Jury reunir-se-á em sessões ordinarias durante os meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro.

Art. 65. As sessões se prolongarão pelo tempo necessario ao julgamento dos processos preparados.

Art. 66. É indispensavel a instalação da sessão, quando não houver, até dez dias antes de seu inicio, processo algum preparado, ou em termos de o ser, para julgamento.

Art. 67. O juiz de direito declarará esse facto por termo, no livro de actas das sessões, e mandará annunciá-lo, por editaes, affixados ás portas dos auditorios do seu juizo e do districtal e publicados pela imprensa.

Art. 68. O Jury reunir-se-á no mês seguinte aos determinados no art. 64.

I Quando, na epoca legal, o juiz de direito, ou cada um de seus substitutos das comarcas vizinhas, estiver impedido, ou por licença, ou por ter sido convocado para o Superior Tribunal de Justiça.

II Quando occorrer outro qualquer motivo de força maior.

§ unico. Nesses casos, o juiz em exercicio communicará o facto ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 69. As sessões do Jury serão publicas e correrão em todos os dias uteis, consecutivamente.

Art. 70. A convocação e os sorteios dos jurados, para as sessões periodicas, far-se-ão quarenta e cinco dias antes do designado para a reunião.

Art. 71. Quando o juiz de direito tiver de convocar o Jury, convidará o promotor publico e o juiz districtal da sede da comarca e com elles procederá ao sorteio dos vinte jurados que têm de servir na sessão, devendo realizar-se o acto a portas abertas no edificio que lhe é destinavel.

§ 1. As cédulas serão extrahidas da urna por um menor de entre sete e dez annos.

§ 2. O sorteio, que será annunciado por edital, com antecedencia de oito dias, far-se-á a portas abertas, e delle se lavrará acta em livro proprio, assignada por todos os membros da Junta.

§ 3. Feito o sorteio, serão remetidos aos juizes districtaes de fora da sede os mandados de notificação aos jurados sorteados, devendo ser cumpridos e devolvidos ao juiz de direito até cinco dias antes da instalação da sessão.

§ 4. O juiz de direito annunciará, por editaes, a convocação do Jury e o dia em que deverá realizar-se, convidando, nominalmente, a comparecer os vinte jurados e declarando que hão de servir durante a proxima sessão; e assim todos os interessados, sob as penas da lei, se faltarem; sendo igualmente notificados os réus alliados e os que, á revelia, tenham de ser julgados.

§ 5. Do edital, o escrivão juntará uma cópia a cada processo que tiver de ser submettido ao julgamento e remet-terá outra ao juiz de direito de cada uma das demais comarcas da região, affim de ser affixada na sede do juizo ou publicada pela imprensa.

Art. 72. O numero legal para a abertura da sessão, é, pelo menos, de quinze jurados.

Art. 73. Não comparecendo esse numero no dia designado, o juiz de direito multará os que houverem faltado e os que, tendo comparecido, se ausentarem sem licença, sorteados, em seguida, da urna especial, tantos quantos faltem para completar vinte.

§ 1. O sorteio supplemmentar recairá apenas nos jurados que residirem dentro do perimetro da sede, ou até seis kilometros.

§ 2. Os sorteados serão inscriptos, segundo a ordem do sorteio, na lista respectiva, e immediatamente citados a comparecer no dia util seguinte.

Art. 74. Se, a despeito do sorteio de suppleantes, ainda no segundo dia não puder funcionar o Jury, por não haver numero legal de jurados, proceder-se-á a novo sorteio de suppleantes, adiando-se a sessão por tres a cinco dias, o que se fará publico por editaes.

Art. 75. Se, ainda no dia novamente marcado, não houver numero sufficiente de jurados, deixará de ser instalada a sessão do Jury.

Art. 76. Serão os suppleantes dispensados, na ordem regressiva do sorteio, quando, com o comparecimento dos primeiros sorteados, houver numero legal.

Art. 77. Se, durante a sessão periodica, tiver havido sorteio supplemmentar, o escrivão passará certidão, em que isso se declare, com os nomes dos suppleantes sorteados, para juntá-la a cada um dos processos julgados nessa sessão.

Art. 78. Os jurados sorteados para o Conselho de Sentença pronunciarão o compromisso pela forma seguinte: *«Prometto proferir meu voto, de accordo com a minha consciencia e a lei.»*

§ unico. Na prestação da promessa, será a formula proferida pelo primeiro sorteado, dizendo os outros, cada um por sua vez: *«Assim o prometto.»*

Art. 79. Será multado pelo presidente do Jury em trinta a cincoenta mil reis (30\$000 a 50\$000) e o dobro na reincidência:

I O jurado que se abster de proferir o voto.

II O que se recusar a tomar parte no Jury.

III O que faltar á sessão.

IV O que, tendo comparecido, se retirar antes de ultimada.

V O que se apresentar impropriamente vestido.

VI O que se recusar a assignar a decisão.

Art. 80. O jurado, até cinco dias depois de encerrados os trabalhos da sessão, poderá requerer a relevação da multa, allegando e provando motivo justo.

§ 1. São motivos justos de relevação:

a) molestia do jurado, ou molestia grave de pessoa de familia;

b) impedimento de transito;

c) boda ou luto do jurado, por oito dias.

§ 2. Considera-se familia do jurado sua esposa, ascendente, descendente e irmão que com elle viva sob o mesmo tecto.

Art. 81. O pedido de dispensa de serviço do Jury, por motivo de molestia, só será concedido ao jurado que apresente atestado medico, onde residir e, se não houver medico, atestado de autoridade local.

Art. 82. Se o juiz indeternir o pedido de relevação da multa, o jurado poderá recorrer, dentro de cinco dias, contados da intimação do despacho, para o presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 83. O jurado que, durante a sessão, para a qual foi sorteado, tiver sido sempre presente, será dispensado do Jury, durante um anno, se o requerer.

CAPÍTULO XII

Ministerio Publico

Art. 84. O Ministerio Publico é advogado da lei, fiscal de sua execução e procurador dos interesses geraes, cuja tutela pertence ao Estado.

Art. 85. O Ministerio Publico tem como orgãos:

a) o procurador geral do Estado;

b) o promotor publico e seu adjunto.

Art. 86. O procurador geral do Estado é nomeado pelo chefe do Poder Executivo, dentre os magistrados ou diplomados por Faculdade de Direito official ou que lhe seja equiparada.

§ 1. A nomeação depende de previa e expressa approvação do Superior Tribunal de Justiça.

§ 2. Applicam-se á nomeação do Procurador Geral as disposições dos §§ 2, 3, 4 e 5 do art. 37.

§ 3. A lista enviada pelo Superior Tribunal poderá conter menos de tres nomes.

Art. 87. O Procurador Geral do Estado é o chefe do Ministerio Publico e seu orgão perante o Superior Tribunal de Justiça.

Art. 88. Haverá em cada comarca um promotor e um adjunto, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1. O promotor publico será nomeado dentre os bachareis ou doutores em direito.

§ 2. A nomeação depende de previa e expressa approvação do Superior Tribunal.

§ 3. Applicam-se á nomeação do promotor publico e do adjunto as disposições do art. 88, §§ 2, 3, 4 e 5.

Art. 89. O promotor publico acumulará as funções de advogado da Fazenda e de curador geral de orphãos, ausentes, interdictos, heranças jacentes, massas fallidas e residuos.

CAPÍTULO XIII

Serventuários e empregados de Justiça

Secção Primeira

Secretario e empregados do Superior Tribunal de Justiça

Art. 90. A Secretaria do Superior Tribunal de Justiça compõe-se de um secretario, um primeiro official, um segundo official, um auxiliar, um dactylographo, um porteiro, um continuo, um official de justica e um servente.

Art. 91. Anexo á Secretaria, funciona um cartorio de segunda instancia, regido por um escrivão.

Art. 92. O expediente da Procuradoria Geral do Estado será feito e preparado na Secretaria.

Art. 93. O Secretario, que é o director da Secretaria, e os demais empregados desta serão nomeados pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 94. O secretario é vitalicio e os demais empregados da Secretaria serão mantidos enquanto bem servirem.

Art. 95. O escrivão será nomeado pelo Presidente do Tribunal, mediante concurso estabelecido no Regulamento Interno.

Art. 96. O escrivão terá um ajudante de sua escolha, nomeado pelo presidente do Tribunal.

Art. 97. Além do ajudante, o escrivão poderá ter, sob sua responsabilidade, copistas e mais empregados subalternos.

Secção Segunda

Serventuários de Justiça

Art. 98. O tabellião de notas, o escrivão e os officiaes de registro de immoveis, registro de titulos e documentos, e registro civil serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, mediante concurso.

Art. 99. O avaliador privativo será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, e o interprete, o depositario, o distribuidor, o contador e o official de justiça pelo juiz de direito.

Art. 100. Vagando officio de Justiça, a nomeação interina incumbe ao juiz de direito.

Art. 101. O tabellião de notas, os officiaes de registro e o escrivão, quer do Superior Tribunal de Justiça, quer do juizo de direito, ou do juizo districtal, são vitaliciosos.

Art. 102. Dividido ou desannexado por lei officio de justica, cabe ao serventuário direito de opção dentro do prazo de 15 dias.

Art. 103. Dando-se vaga de officio de justiça, o Chefe do Poder Executivo poderá supprimi-lo, ou desannexa-lo, desde que não haja prejuizo publico.

Art. 104. O escrivão, o tabellião e o official de registro terão tantos ajudantes, quantos forem necessarios.

Art. 105. Os ajudantes serão nomeados pelo juiz, mediante proposta dos respectivos serventuários que lhes serão garantidos, respondendo solidariamente, com seus prepostos, pela multas, perdas e danos no exercicio de suas funções.

Art. 106. Em cada districto haverá um escrivão.

Art. 107. São requisitos indispensaveis á nomeação de avaliador, distribuidor, contador e official de justiça, bem como dos ajudantes a que se refere o artigo 104.

I Estar no gozo dos direitos civis e politicos ou ter os requisitos para alistar-se eleitor.

II Possuir preparo sufficiente para o desempenho do cargo.

III Ter idoneidade moral.

§ unico. A prova desses predicados deverá instruir o requerimento que o proponente dirigirá ao juiz para approvação de seus ajudantes.

Art. 108. O officio de registro de titulos e documentos fica annexado ao officio do registro civil das sedes das comarcas, onde não houver serventuário privativo.

Art. 109. O escrivão privativo do crime exercerá as funções de escrivão dos feitos da Fazenda, excepto na Capital.

Art. 110. Na Capital do Estado, todos os escrivães são obrigados a ter seus cartorios no Palacio da Justiça, sob pena de suspensão, que lhes será imposta pelo Presidente do Superior Tribunal.

Secção Terceira

Concurso para serventuário de Justiça

Art. 111. São condições para ser admittido a concurso:

I Gozo dos direitos civis e politicos,

II Apresentação de folha corrida,

III Habilitação em exame de sufficiencia,

Art. 112. São dispensados de exame os graduados por Faculdade de Direito official, ou que lhe for equiparada pelo Governo Federal; os advogados provisionados e os serventuários de officio de igual natureza, tendo os primeiros preferencia, a juizo do Chefe do Poder Executivo.

§ unico. Tambem ficam dispensados do exame os que, dentro de dois annos, o tenham prestado na mesma ou em outra comarca.

Art. 113. Vagando, ou sendo creado algum dos officios a que se refere o art. 98, será temporariamente provido pelo juiz de direito, que dará immediatamente parte da vaga ao Secretario do Interior e Justiça.

Art. 114. Na mesma occasião, fará o juiz affixar editaes ás portas dos auditorios, e publicar pela imprensa, onde houver, annunciando a vaga e convidando os candidatos para se inscreverem, dentro do prazo de sessenta dias.

Art. 115. Consignar-se-á nos editaes a disposição legal que criou o officio, ou o motivo da vaga, declarando-se neste caso, o nome do serventuário que exercia o cargo.

Art. 116. Em acto continuo á affixação, o juiz remettermá copia do edital ao Chefe do Poder Executivo, com declaração do dia em que foi affixado e publicado pela imprensa.

Art. 117. A remessa é condição essencial, mesmo que se não apresentem os candidatos.

Art. 118. Na Capital, todas as diligencias que respeitam aos concursos para officio de justiça, bem como a nomeação interina dos serventuários, competem ao juiz de direito da primeira Vara.

Art. 119. O Chefe do Poder Executivo fará reproduzir o edital no jornal oficial, prevalecendo o prazo de sessenta dias, que será contado da data da afixação, no lugar onde se haja de realizar o provimento do officio.

§ único. Se esse provimento se houver de dar na Capital não se fará mister a reprodução.

Art. 120. O requerimento para inscrição deve ser datado e assinado pelo pretendente, ou seu procurador, e acompanhado dos documentos a que diz respeito o artigo 111, ns. I e II, e de quaisquer outros que os pretendentes julgarem necessários, sendo todos esses papeis convenientemente sellados.

Art. 121. Findo o prazo de inscrição, para o concurso, e juiz que o tiver anunciado marcará, dentro de dez dias, aquelle em que se deve realizar o exame.

Art. 122. No exame, serão observadas as disposições seguintes:

I A Junta examinadora compor-se-á do juiz, como presidente, e mais dois examinadores, escolhidos dentre advogados formados ou provisionados, e serventuios de Justiça ou na falta destes, de quaisquer pessoas idoneas.

II O exame será scripto e oral, e versará sobre as seguintes materias:

- a) grammatica portugueza;
- b) arithmetica;
- c) noções succintas da Constituição Federal e da Estadual;
- d) noções succintas de pratica do processo;
- e) jurisprudencia eurematica.

III Formada a Junta examinadora em dia, hora e lugar designados, sob a presidencia do juiz, que terá voto, serão formulados por aquella tres pontos sobre cada uma das materias do n. II. Em seguida, o candidato tirará um ponto relativo a cada uma dessas materias e fará a prova scripta sobre cada uma das cinco.

IV A prova scripta será previamente rubricada em todas as folhas pelo presidente e demais examinadores.

V No dia immediato, realizar-se-á a prova oral, que será publica, sendo o candidato arguido, pelos examinadores sobre as materias mencionadas no n. II, tirando um ponto sobre cada uma.

VI Cada arguição não excederá de vinte minutos.

VII Terminada a prova oral, seguir-se-á o julgamento sendo declarada, em acta, assignada pela Junta examinadora, e scripta pelo secretario, a approvação plena, ou simples, ou a reprovação.

Art. 123. O examinado reprovado só seis mezes depois poderá entrar em concurso para o mesmo officio.

Art. 124. Não prestará exames de portuguez e arithmetica o candidato que exhibir certificado de approvação obtida em estabelecimento de ensino secundario official, ou a este equiparado.

Art. 125. Para lavrar o auto de exame, o presidente designará um des escriptas do juizo ou, em sua falta, nomeará um *ad-hoc*.

Art. 126. Findo o decendio a que se refere o artigo 121, o juiz de direito enviará, dentro de oito dias, ao Chefe do Poder Executivo todos os papeis do concurso, fazendo-os acompanhar de informação sobre o merecimento intellectual e moral de cada requerente.

Art. 127. O concurso será annullado pela autoridade a quem competir a nomeação, quando houver preterição de formalidade estabelecida neste Codigo ou se, por inobservancia de requisitos, nenhum dos candidatos se habilitar devidamente.

§ único. Em qualquer destes casos, bem como no de se não haver inscripto nenhum concorrente, abrir-se-á sessenta dias depois, novo concurso.

CAPITULO XIV

Advogados e solictadores

Art. 128. Semente poderão exercer a advocacia nos auditores de qualquer comarca do Estado:

I Os graduados em direito por alguma das Faculdades officinas da Republica, ou pelas que lhes forem equiparadas.

II Os graduados por Faculdade estrangeira, desde que se hajam habilitado perante uma daquellas Faculdades.

III Os provisionados pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ único. E indispensavel que o titulo, ou a provisao, seja registrado na Secretaria do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 129. As petições, minutas, contreminutas, razões finaes e artigos, juntos os autos em inobservancia do dispositivo anterior, serão desentranhados a requerimento da parte interessada, ou *ex-officio*.

Art. 130. Quando na comarca não houver advogado, ou os que existirem se não quizerem prestar ao patrocínio da causa, ou estiverem impedidos, poderão as partes por si, ou por procurador, defender seus direitos, mediante licença do juiz da causa e declaração, por termo nos autos, de que ficam sujeitos as mesmas responsabilidades dos advogados provisionados e com os mesmos direitos, em tudo que disser respeito á causa.

Art. 131. O advogado tem direito:

I A falar sentado nas audiencias, segundo a ordem de antiguidade, ainda que outros mais modernos tenham chegado primeiro.

II A tomar assento nas audiencias á direita do juiz da primeira instancia.

III A tomar assento dentro dos cancellos dos tribunaes, á direita dos juizes, com precedencia, segundo a ordem de antiguidade:

- a) os graduados em direito;
- b) os provisionados.

IV A contractar livremente honorarios por escriptura publica, ou particular.

V A cobra-los exclusivamente, na forma deste Codigo.

Art. 132. E' vedado ao advogado:

I Requerer contra direito expresso.

II Escrever injurias ou calumnias, em allegações, petições ou cótas dos autos.

III Desamparar o feito que patrocinar, depois de o haver acceptado, sob pena de responder pelo damno resultante do acto, devendo em caso de motivo justo, avisar o constituinte para lhe nomear successor.

IV Riscar, augmentar ou diminuir articulados ou allegações, depois de os offerecer em juizo.

Art. 133. O advogado indemnizará qualquer prejuizo causado por culpa sua, ou daquelle a quem sem licença do seu constituinte houver subestabelecido poderes que lhe competirem exercer pessoalmente.

Art. 134. As penas disciplinares a que estão sujeitos os advogados são:

I Multa, nos casos de ns. I, II e IV do artigo 132 e no caso do artigo 324.

II Suspensão, nos casos dos artigos 524 e 677, § 1.

§ 1. O Superior Tribunal de Justiça poderá impor pena de multa a advogado até 300\$000; o juiz de direito até 100\$000.

§ 2. No que toca á pena de suspensão, poderá ser imposta pelo Superior Tribunal de Justiça, até seis mezes e pelo relator do feito e, pelo juiz de direito, até sessenta dias.

Art. 135. Além das pessoas referidas pelo artigo 1.325 do Codigo Civil, é vedada a advocacia:

I A autoridade policial, nas causas crimes.

II Ao promotor publico, nos casos do artigo 297.

Art. 136. O solictador não pode assignar petição inicial, contestação e allegações em autos.

Art. 137. No que lhe possa ser applicavel, o solictador está sujeito ás disposições que regem os direitos, deveres e obrigações do advogado.

CAPITULO XV

Provisões para advogar

Art. 138. As provisões para advogar, concedidas pelo Superior Tribunal de Justiça, valem em todo o Estado e por tempo indeterminado.

Art. 139. Semente poderá requerer provisao para advogar o candidato que provar ter os preparatorios exigidos para a matricula nos cursos juridicos, prestados em estabelecimentos officias secundarios, ou a elles equiparados.

Art. 140. Além da exigencia contida no artigo anterior o candidato deverá provar:

I Achar-se no gozo dos direitos civis e politicos.

II Não estar pronunciado, nem ter soffrido condemnação por crime que o inhabilite para ser jurado.

III Ter a precisa moralidade para exercer a profissão.

Art. 141. Requerida a provisao, e achando o Presidente que o candidato preencheu as condições legaes, mandará submittê-lo a exame perante uma comissão de tres membros.

Art. 142. A comissão examinadora será presidida pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ou por um desembargador, que para esse fim for elle designado, e della poderão fazer parte como examinadores, os magistrados e membros do Ministerio Publico, com exercicio na Capital do Estado, ou advogados formados.

Artigo 143. O exame constará de provas scripta e oral, e versará sobre as seguintes materias:

I Noções de Direito Publico e Commercial.

II Direito Civil.

III Direito Commercial.

IV Direito Criminal.

V Direito Judicial.

Art. 144. O processo do exame para provisao de advogado, ou solictador regular-se-á pelo Regimento Interno do Tribunal.

Art. 145. O academico, matriculado no terceiro anno do curso juridico, tem direito a requerer ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça que lhe conceda provisao, independentemente dos exames a que se referem os artigos supra.

Art. 146. O candidato que pretender provisao de solictador, além da prova exigida no art. 140, deverá juntar certificados de exames de lingua portugueza e de arithmetica, prestados perante instituto official.

Art. 147. O exame de solictador versará sobre pratica de processo.

Art. 148. As provisões de solictador podem ser concedidas, independentemente de exame, aos ex-escriptas do juizo de direito que tenham servido nesse cargo por mais de cinco annos.

Art. 149. Quando o Tribunal reconhecer que o provisionado está faltando aos deveres profissionais, poderá suspender-lhe ou cassar-lhe a provisao.

Art. 150. Qualquer dessas penalidades poderá ser determinada *ex-officio* pelo Tribunal, ou mediante representação de interessados.

Art. 151. No caso da segunda parte do artigo antecedente, será previamente ouvido o provisionado, em prazo razoavel, marcado pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 152. A provisao para solictador será cassada na forma dos artigos anteriores.

TITULO III

Competencia dos Tribunaes e dos Juizes. Atribuições do Ministerio Publico, dos serventuios e empregados de Justiça.

CAPITULO I

Superior Tribunal de Justiça

Art. 153. Ao Superior Tribunal de Justiça compete:

I Organizar, nos termos da Constituição e deste Codigo, a lista para nomeação de desembargadores.

II Organizar a lista para nomeação, ou remoção de juiz de direito.

III Processar e julgar em primeira e unica instancia:

a) Os seus membros nos crimes communs e funcionarios.

b) nestes, e nos funcionarios, oriundos de actos que expedirem em seu proprio nome, ou secretarios de Estado;

c) nos crimes communs, ou nos funcionarios, o procurador geral, o chefe de policia, os juizes de direito e seus supplentes;

d) embargos oppostos, na acção, a accordão, nos casos previstos e pela forma estabelecida neste Codigo;

e) conflitos de jurisdicção entre autoridades judicias, e de attribuição entre estas e as administrativas, salvo a disposição do artigo 59, letra e da Constituição Federal;

f) representação que tenha por fim provar ser prejudicial aos interesses da justiça e permanencia do juiz de direito na comarca;

g) restauração de autos nelle perdidos;

h) causas em geral e conflitos entre o Estado e os municipios, ou entre estes, uns com os outros, quando pertencerem a comarcas diferentes;

i) *habeas corpus* requeridos em virtude de actos illegaes de autoridade que perante elle responda em crime funcional;

j) desaforamento de processo criminal;

k) habilitações incidentes em causas sujeitas a seu cohecimento;

l) suspeições oppostas a seus membros ao procurador geral do Estado e aos juizes de direito da Capital;

m) reclamações contra juiz que, independentemente, recusar interposição, ou proseguimento de algum recurso criminal, ou carta testemunhavel.

IV Julgar em unica instancia:

a) embargos infringentes ou de nullidade de julgado, oppostos na execução ás sentenças definitivas que houver proferido;

b) acções rescisorias de suas sentenças definitivas.

V Julgar em segunda e ultima instancia:

a) recursos e appellações criminaes, ou civis, aggraves e cartas testemunhaves, respeitda a competencia em segunda instancia do juiz de direito;

b) appellações interpostas ds sentenças de juizes arbitraes;

c) recursos de despachos que concederem, ou não, prorrogação de prazo para ultimação do inventario.

VI Resolver as duvidas que lhe forem submittidas pelo presidente, ou por qualquer desembargador com respeito á ordem do serviço e á execução do Regimento.

VII Eleger e dar posse a seu Presidente e Vice-Presidente.

VIII Advertir ou censurar em accordão o juiz inferior, condemnado em custas, multa-lo, suspender-lo até tres mezes, privar-lo de figura, durante um anno, em lista por merecimento, quando não profir despachos e sentenças dentro do prazo legal, contando aquelle prazo de cada retardamento.

IX Advertir e censurar em accordão advogado, ou solictador, multa-lo, e suspender-lo, até seis mezes, do exercicio de suas funções.

X Remetter á autoridade competente os necessarios documentos, quando, em autos, ou papel de que conhecer, descobrir crime de responsabilidade, ou crime commum em que caiba acção publica, devendo, nos de sua competencia, ordenar que se de vista ao procurador geral para offerecer denuncia, ou requerer o que for de direito.

XI Rever annualmente, em sua primeira sessão ordinaria, a lista de antiguidade de juizes de direito e decidir as reclamações dos interessados.

XII Reformar seu Regimento Interno.

XIII Averiguar, *ex-officio*, ou a requerimento do procurador geral do Estado, incapacidade physica ou mental de desembargador, ou juiz de direito, e declará-los em disponibilidade.

XIV Cassar as provisões de advogado e solictador, quando verificar que estão faltando aos deveres da profissão.

XV Organizar pontos para o exame de habilitação de advogado, solictador e escriptas do Tribunal e examinar os candidatos.

XVI Inspeccionar e fiscalizar os actos de todos os funcionarios e serventuios de justiça e ordenar pelos meios legaes a sua responsabilidade.

XVII Decidir os recursos interpostos dos actos de seu Presidente.

XVIII Impor as penas disciplinares estabelecidas neste Codigo.

XIX Condemnar em custas serventuario, ou empregado de justiça.

XX Approvar, ou não, consultas sobre nomeações formuladas pelo chefe do Poder Executivo.

Art. 154. E' vedado ao Superior Tribunal de Justiça intervir nas questões submittidas aos tribunaes federaes; annullar, alterar, ou suspender-lhes as sentenças, ou ordens, ou deixar de as cumprir.

CAPITULO II

Presidente do Superior Tribunal

Art. 155. Compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça:

I Dirigir os trabalhos do Tribunal e presidir-lhe as sessões, propondo as questões e apurando o vencido, não consentindo interrupções, nem uso da palavra ao que a não houver obtido.

II Deterir promessa legal aos desembargadores, juizes de direito, empregados do Tribunal e aos demais funcionarios de Justiça, que não puderem presta-la perante o respectivo juiz.

III Conceder licença, com ordenado ou sem elle, aos magistrados e aos empregados do Tribunal.

IV Declarar para si e attestar para os demais desembargadores o exercicio mensal, para que possam receber vencimentos.

V Nomear e demittir os empregados do Tribunal.

VI Rubricar todos os livros da Secretaria e do Cartorio do Tribunal.

VII Abonar as faltas dos empregados, não excedendo de oito dias.

VIII Impor, com recurso para o Tribunal, multa a juiz de direito, e suspensão e multa aos demais funcionarios de justiça de primeira instancia que:

a) não exigirem pagamento de taxa judiciaria, sellos de autos, ou papeis forenses, e impostos taxados em lei;

b) se ausentarem da comarca fora dos casos previstos em lei;

c) não apresentarem á estação fiscal os autos ou mapas, que lhes devam ser remetidos para fiscalização, de impostos e organização dos quadros da divida activa da Fazenda;

d) deixarem de apresentar nas epochas legaes relatório e mapas da estatistica judiciaria da comarca;

e) não derem ás partes recibo minucioso das custas e emolumentos pagos.

IX Conhecer das reclamações contra a exigencia de custas indevidas ou excessivas por parte dos juizes de direito e, em grau de recurso, das decisões por estes proferidas nos casos do art. 167, n. IV.

X Decidir os recursos de multa imposta pelo juiz de direito a serventuios de justiça das comarcas.

XI Corresponder-se em nome do Tribunal com as demais autoridades.

XII Dar licença a juiz de direito, escriptas, seus ascendentes, descendentes, irmãos, cunhados e sobrinhos, para se casarem, com viuvez ou orphã da circumscripção territorial, onde tiverem exercicio aquellos funcionarios.

XIII Nomear examinadores para os exames de suficiencia de advogado, solictador e serventuios de Justiça do Tribunal, presidi-los, ou designar para esse fim um dos desembargadores.

XIV Designar o procurador geral, quando for caso, e convocar os juizes de direito para a substituição dos membros do Tribunal.

XV Distribuir os feitos pelos desembargadores.

XVI Assignar com os desembargadores os accordãos e com o relator as cartas de sentença.

XVII Manter a regularidade dos trabalhos do Tribunal mandando retirar os que perturbarem a ordem, ou punindo

os com prisão correccional até quinze dias e fazendo lavar o respectivo auto.

XXVIII Expedir em seu nome e com a sua assignatura as ordens que não dependerem de accordo, ou não forem da privativa competencia dos relatores.

XIX Mandar publicar edital para lhe serem apresentados, dentro de quinze dias, requerimentos dos juizes que pretenderem remocção para comarca que vagar ou se crear e, caso nenhum a requiera, declarar aberto o concurso para a nomeação, dentro de trinta dias.

XX Mandar proceder à matricula e designar um dos membros do Tribunal para a revisão annual da antiguidade dos juizes de direito.

XXI Tomar parte na organização das listas para nomeação de desembargador, para a nomeação e remocção de juiz.

XXII Tomar parte na organização das listas para nomeação de supplentes de juiz de direito, juiz districtal e seu supplente, procurador geral do Estado, promotor publico e seu adjuncto.

XXIII Contractar a publicação dos trabalhos do Tribunal, quando tenha verba para esse fim, e providenciar sobre a sua publicação regular.

XXIV Convocar sessões extraordinarias.

XXV Expedir provisões para advogado e solicitador.

XXVI Dar substituto ao procurador geral, nas faltas e impedimentos temporarios.

XXVII Julgar suspeições oppostas ao escrivão e ao secretario do Tribunal.

XXVIII Julgar os recursos das decisões das Juntas revisoras dos jurados.

XXIX Relatar e decidir com o Tribunal as petições e os recursos de *habeas-corpus*.

XXX Apresentar ao Tribunal, na primeira sessão de cada anno, relatório circumstanciado dos trabalhos do Tribunal e do estado da administração da Justiça. A esse relatório, deverá juntar o mappa geral da estatística judiciaria do Estado.

XXXI Julgar desertos e renunciados, por simples despacho, os feitos que não forem preparados dentro do prazo legal.

XXXII Abrir, com solennidade, no dia designado pelo Regimento, a sessão inaugural dos trabalhos do Tribunal.

XXXIII Advertir todos os funcionarios do Tribunal, em casos de faltas leves, e applicar-lhes, sendo graves as faltas, penas disciplinares de suspensão e multa; e de prisão, até oito dias, ao official de justiça.

Art. 156. O Presidente, salvo nos casos de *habeas-corpus*, em que é relator, somente terá voto para desempatar.

CAPÍTULO III

Vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça

Art. 157. Compete ao Vice-presidente substituir o Presidente em seus impedimentos temporarios, ou definitivamente, se o cargo vagar dentro de seis mezes, antes de terminar o biennio.

Art. 158. Em seus impedimentos, será o Vice-presidente substituído pelo desembargador mais antigo, exceptuado o que estiver exercendo o cargo de procurador geral do Estado.

Art. 159. O cargo de Vice-presidente não impede seja o desembargador contemplado na distribuição e funcione como juiz.

Art. 160. O Vice-presidente em exercicio da presidencia, nos impedimentos temporarios do presidente, não será substituído nos feitos que já lhe houverem sido distribuídos como relator ou estiverem em seu poder como revisor; mas, no dia designado para julgamento, passará a presidencia ao mais antigo dos desembargadores presentes que não fizer parte da turma julgadora.

CAPÍTULO IV

Juiz de Direito

Art. 161. Compete ao juiz de direito no crime: I Processar e julgar *habeas-corpus* requerido em virtude de acto illegal de autoridade que perante elle responda em crime funcional.

II Conceder fiança e mandado de busca e apreensão.

III Mandar lavar auto de prisão em flagrante.

IV Ordenar prisão de culpado.

V Proceder a corpo de delicto e demais exames periciaes.

VI Formar culpa e pronunciar, ou não, em crime da competencia do Jury.

VII Convocar e presidir a Junta de qualificação e revisão dos jurados.

VIII Convocar e presidir às sessões do Jury e preparar o processo para julgamento.

IX Processar e julgar:

a) Os crimes funcionaes do prefeito e do intendente municipal; do juiz districtal; do promotor publico e seu adjuncto; de todos os empregados publicos que não tiverem foro especial;

b) Os crimes communs não expressamente attribuídos a outra jurisdicção.

X Presidir o Jury nas outras comarcas, quando lhe competir a substituição.

XI Conhecer da extincção da acção penal e da condemnação, nas infracções penaes de sua competencia e da do Jury.

XII Conhecer dos casos dos artigos 27, 32 a 35, do Código Penal, recorrendo *ex-officio* para o Superior Tribunal de Justiça, quando julgar provada dirimente, ou justificativa de imputabilidade.

XIII Decidir recurso de despachos do juiz districtal ou de outras autoridades inferiores, que julgar improcedente corpo de delicto, conceder, denegar ou arbitrar fiança.

XIV Dar execução aos decretos de minoração, ou de perdão de pena.

XV Punir com dois a cinco dias de prisão as testemunhas desobedientes às suas notificações.

XVI Decretar a internação provisoria, em estabelecimento proprio, do réu que lhe pareça soffrer de enfermidade mental, afim de ser submettido à observação e resolver-se sobre a internação definitiva, que vigorará até verificação da cura do paciente, providenciando-se sobre a segurança dos bens e haveres do enfermo.

XVII Processar e julgar infracção de postura, ou regimento municipal.

XVIII Suspender execução de pena e conceder livramento condicional, nos termos da legislação federal.

XIX Decretar, em acção propria, de forma summaria, promovida pelo Ministerio Publico, a dissolução de aggregações, syndicatos, centros ou sociedades, que incidam na pratica de crimes previstos na Lei n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921, ou de actos contrarios à ordem, moralidade e segurança publicas.

(Dec. n. 5221, de 12 de agosto de 1927).

Art. 162. Compete-lhe, no civil e commercio:

I Processar e julgar causa contenciosa, não commettida à jurisdicção especial e privativa.

II Processar e julgar causa contenciosa de valor inestimavel, ou de qualquer valor referente ao estado e à capacidade civil das pessoas.

III Processar e julgar causa administrativa que não incidir em jurisdicção especial privativa.

IV Julgar em segunda instancia recurso interposto de decisão de juiz districtal.

V Homologar sentença arbitral, com recurso para o Superior Tribunal de Justiça.

VI Abrir, numerar, rubricar e encerrar livros commerciaes.

VII Supprir o consentimento dos conjuges nos casos em que a lei lho faculta.

VIII Deliberar sobre a posse e a guarda dos filhos menores no curso de acção de nullidade, ou annullação de casamento, e de desquite.

IX Processar e julgar acções civeis decorrentes da legislação federal sobre accidentes no trabalho, qualquer que seja o valor da causa.

X Processar e julgar inventario entre maiores, salvo competencia especial e privativa.

Art. 163. No que toca à jurisdicção orphanologica e de ausentes, compete-lhe:

I Processar e julgar, em primeira instancia, inventario e partilha em que forem interessados orphãos, menores ou interdictos, salvo quando legatarios de bens certos e especificados, e, bem assim, acto de interdicção, tutela, curatela e contas de tutores ou curadores.

II Processar e julgar, qualquer que seja o seu valor, causa proveniente dos feitos a que se refere o numero anterior, ou delles dependente.

III Dar tutor, ou curador, a orphão ou interdicto, tomar-lhes as contas nos prazos legais e remover o que mal desempenhar suas obrigações, sempre que convenha ao pupilo ou curatelado.

IV Processar e julgar causas de desquite, nullidade, ou annullação de casamento.

V Supprir consentimento de paes, ou tutores, para o casamento.

VI Conceder emancipação, nos termos do artigo 9, paragrafo unico, n. 1 do Código Civil.

VII Resolver sobre a entrega de bens de orphãos emancipados pelo casamento.

VIII Determinar a inscripção de hypotheca legal dos menores e interdictos, na forma da lei.

IX Confiar os orphãos desvalidos à soldada e com a precisa segurança, a pessoas abonadas que se comprometam a dar-lhes instrucção, vestuario, sustento, curativo e officio, preferendo-se, em igualdade de condições, parentes a estranhos.

X Determinar hasta publica para alienação de bens de menores sob tutela e conceder alvará para venda ou permuta de bens de menores sob patria-poder.

XI Praticar os demais actos facultados em lei no intuito de protecção dos orphãos e de administração proveitosa de seus bens.

XII Processar e julgar a curadoria, ou a successão provisoria dos bens dos ausentes e as habilitações de seus herdeiros.

XIII Arrecadar, inventariar e administrar bens de pessoas ausentes ou fallecidas, nos termos da lei.

XIV Processar e julgar causas movidas contra bens de ausentes e heranças jacentes.

XV Determinar entrega de bens de ausentes a seus legítimos herdeiros, ou a quem de direito pertencerem.

§ 1. Nos dispositivos do numero antecedente, incluem-se os espolios de estrangeiros, observadas, em caso de reciprocidade, as disposições do Dec. n. 855 de 1851, a menos que haja convenção ou tratado.

§ 2. Não se fará a arrecadação de que trata o paragrafo antecedente, quando o morto for negociante, ou, não o sendo, tiver credores commerciaes, procedendo-se em taes casos como se determina nos arts. 309 e 310 do Código Commercial.

Art. 164. Compete-lhe, como juiz dos feitos da Fazenda:

I Processar e julgar em 1.ª instancia executivos fiscaes da divida activa do Estado ou do Municipio, resultantes de impostos, taxas, multas, foros, laudemios, e outras contribuições, ou provenientes de contractos com a administração publica, ou de alcance dos responsaveis para com a Fazenda.

II Processar e julgar desapropriações por necessidade ou utilidade publica estadual ou municipal.

III Processar e julgar causas em que a Fazenda estadual ou municipal for interessada, e as que dellas forem dependentes, preventivas e accessorias.

IV Processar e julgar inventarios de maiores, requeridos pelo promotor publico depois de trinta dias da abertura da successão, não havendo testamento.

Art. 165. Como juiz da provedoria, incumbelhe:

I Processar e julgar em 1.ª instancia inventario e partilha de bens deixados em testamento, não havendo orphãos, menores, ou interdictos interessados na universalidade ou quota parte da herança, ou não sendo caso de arrecadação pelo juiz de ausentes.

II Abrir, logo que sejam apresentados, testamentos e codicillos, ordenando, ou não, o seu registro, incricção e cumprimento.

III Processar e julgar causas de nullidade de testamento propostas pelos herdeiros *ab-intestato*, desherdados, ou preteridos na successão.

IV Processar e julgar causas de annullação de legados para fundações, ou outros.

V Conhecer e decidir contenciosa, ou administrativamente, questões pertinentes à execução de testamentos e delles dependentes.

VI Tomar contas aos testamentarios, dentro do prazo marcado pelo testador, ou quando este não o fixar, dentro do prazo estabelecido pelo art. 1.762 do Código Civil.

VII Mandar intimar os testamentarios, para exhibirem, dentro do prazo de tres dias, sob as penas da lei, o testamento que se prove evidentemente terem em seu poder.

VIII Suspender e responsabilizar o serventuário que so negar testamento.

IX Providenciar sobre a conservação, administração e aproveitamento dos bens dos testadores.

X Sequestrar os bens dos testadores, havidos, directa ou indirectamente, pelos testamentarios, communicando taes factos ao promotor publico, para agir nos termos da lei.

XI Sequestrar os bens das testamentarias, havidos illegalmente pelos escrivães e officiaes do juizo, procedendo contra elles criminalmente.

XII Intervir, *ex-officio*, quando constar que alguém é impedido de fazer testamento, em virtude de coacção.

XIII Prorogar, mediante prova de justa causa, o prazo concedido pelo testador, ou marcado pela lei, para ser cumprido o testamento.

XIV Intimar os testamentarios nomeados para que acceitem e cumpram as ultimas vontades do testador, tomando-lhes compromisso.

XV Nomear novos testamentarios, quando os primeiros nomeados recusarem o cargo, estiverem ausentes, forem fallecidos ou incapazes, ou quando, por fraude, forem removidos.

XVI Arbitrar premio, ou vintena devida a testamentario, e determinar a sua perda nos casos previstos pela lei.

XVII Proceder à arrecadação e à arrematação dos bens de evento.

Art. 166. Compete-lhe, como juiz de menores:

I Processar e julgar abandono de menores, nos termos das leis federaes.

II Processar e julgar as infracções penaes commettidas por menores, que contarem mais de 14 e menos de 18 annos.

III Inquirir e examinar o estado physico, mental e moral dos menores que comparecerem a juizo e, ao mesmo tempo, a situação social, moral e economica dos paes, tutores e responsaveis por sua guarda.

IV Ordenar medidas concernentes ao tratamento, collocação, guarda, vigilância e educação dos menores abandonados, ou delinquentes.

V Decretar suspensão, ou perda de patria poder, ou destituição de tutela, e nomear tutores.

VI Fiscalizar em sua comarca os estabelecimentos em que se achem menores, tomando as providencias que lhe parecerem necessarias.

VII Praticar todos os actos de jurisdicção voluntaria, tendentes à assistencia e protecção dos menores.

Art. 167. Cabe ainda ao juiz de direito:

I Julgar suspeição opposta aos das comarcas mais proximas, excepto o da Capital, e a promotor, juiz districtal, peritos, jurados e serventuários de justiça de sua comarca.

II Proceder a todos os actos de jurisdicção graciosas que lhe forem requeridos contra possiveis lesões de direito.

III Conceder licença até 90 dias, dentro do anno, a serventuários e officiaes de justiça de sua comarca.

IV Decidir, com recurso para o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, as reclamações contra percepção, ou exigencia de custas excessivas ou indevidas por parte de juizes districtaes, serventuários, officiaes de justiça e autoridades policiaes, impondo as penas que no caso couberem.

V Deferir promessa e dar posse aos empregados judiciais de sua comarca, e nomear-lhes interinamente.

VI Abrir, numerar, rubricar e encerrar os livros de todos os cartorios de sua comarca.

VII Verifica-los no fim de cada anno, fazendo-lhes notar erros e faltas que encontrar, determinando a responsabilidade dos respectivos serventuários.

VIII Remetter annualmente, ao mez de fevereiro, ao Presidente do Superior Tribunal, mappas estatísticos dos trabalhos judiciais, relativos ao anno anterior, acompanhando-os de relatório.

IX Inspeccionar os funcionarios judiciais da comarca instruindo-os sobre os seus deveres.

X Impor multa a juiz districtal que não remetter no prazo legal mappas estatísticos relativos a seu districto.

XI Multar o promotor publico quando não der denuncia no prazo do art. 2.107, ou quando não apresentar o libello no prazo de tres dias.

XII Ordenar processo do que delinquir em sua comarca, quando notorio se tornar qualquer delicto, ou o verificar em autos e papeis regularmente sujeitos a seu conhecimento.

XIII Requisitar de autoridade policial as praças da Força Publica que forem precisas para tornar effectivas as attribuições que lhe são conferidas.

XIV Nomear effectivamente distribuidor, contador, depositario, interprete e officiaes de justiça, e, interinamente, ou *ad-hoc*, quem sirva o cargo de juiz districtal, ou de promotor publico, na falta, ou impedimento do effectivo, supplente, ou adjuncto.

XV Conceder, ou negar o beneficio da assistencia judiciaria.

XVI Prestar os esclarecimentos exigidos pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ou requisitados pelo Presidente do Estado.

XVII Executar suas sentenças e os accordios do Superior Tribunal de Justiça.

XVIII Suspender e multar advogado, nos casos previstos em lei.

XIX Processar e julgar os casos de perda do cargo de juiz districtal, de accordo com este Código.

XX Impor aos serventuários e empregados de justiça da comarca as seguintes penas disciplinares:

a) advertencia;

b) censura;

c) multa;

d) suspensão;

e) prisão somente applicavel aos officiaes de justiça.

XXI Proceder *ex-officio* nos crimes inalfiançaveis, quando o promotor não offerecer denuncia no prazo do artigo 2.107.

XXII Propor ao chefe do Poder Executivo nomes para nomeações, de accordo com disposições deste Código.

XXIII Proferir despachos e sentenças no caso do art. 170 n. 1.

Art. 168 O juiz de direito da primeira vara da Capital terá todas as attribuições dos juizes no civil, commercio e feitos da Fazenda estadual e municipal, excepto as enumeradas no artigo 162, n. VIII.

Art. 169 Ao juiz de direito da segunda vara da Capital cabem todas as attribuições que dizem respeito aos juizes nas causas criminaes, orphanologicas, de menores, ausentes e provedoria e a nomeação interina do promotor publico.

CAPÍTULO V

Supplente do juiz de direito

Art. 170 Ao supplente do juiz de direito compete:

I Substituir o Juiz de Direito, salvo:

a) no que respecta à prolação de despachos e sentenças de que haja recurso para instancia superior, os quaes incumbem ao juiz de direito da comarca mais proxima;

b) no julgamento da suspensão;

c) na presidencia do Jury;

d) Lavar auto de flagrante.

§ 1. Não haverá as restricções constantes da letra a, quando o supplente for diplomado em direito.

§ 2. Estado o juiz, em diligencia no interior da comarca, ou na presidencia do Jury, compete-lhe ainda:

- I Prender os culpados e deter os turbulentos.
- II Conceder mandado de busca.
- III Conceder fiança.
- IV Presidir audiências.
- V Proceder a exame de sanidade.

CAPÍTULO VI

Juiz districtal

Art. 171. Ao juiz districtal compete:

- I Proceder a corpo de delicto e auto de flagrante, remetendo-os à autoridade competente.
- II Conceder fiança.
- III Prender os culpados em seu districto, pronunciados ou não, nos casos permitidos em lei.
- IV Impor as seguintes penas disciplinares a seus subalternos:
 - a) advertência;
 - b) censura;
 - c) multa;
 - d) suspensão;
 - e) prisão, somente applicavel ao official de justiça.
- V Nomear, *ad-hoc*, escrivão do juizo, traductor e official de justiça.

VI Exercer as funções de juiz de casamento, consoante as leis federaes.

VII Mandar intimar a jurado residente em seu districto mediante requisição do presidente do jury.

VIII Organizar a estatística judiciaria do districto e remette-la ao juiz de direito na época designada.

IX Arrecadar e acatular provisoriamente os bens de ausentes, vagos e de evento, até que providencie a autoridade competente.

X Providenciar para que o escrivão remetta, na época legal, ao juiz de direito, os livros de cartorio, para os fins determinados no artigo 167, n. VII.

CAPÍTULO VII

Supplente do juiz districtal

Art. 172. Ao supplente do juiz districtal compete substituir o juiz districtal.

CAPÍTULO VIII

Tribunal do jury

Art. 173. Ao Tribunal do Jury compete:

- I Julgar os crimes previstos nos seguintes artigos do Código Penal:
 - I Homicídio (arts. 294, paragraphos 1 e 2; 295, paragraphos 1 e 2, e 297).
 - II Infanticídio (art. 298).
 - III Induzimento ou auxilio a suicidio (art. 299).
 - IV Aborto (art. 300 a 302).
 - V Lesões corporaes (art. 304 e seu § unico).

Art. 174. A desclassificação do delicto pelo Conselho de Sentença não importa perempção da causa; será applicada pelo presidente do Jury a pena legal correspondente.

CAPÍTULO IX

Presidente do jury

Art. 175. Ao presidente do Tribunal do Jury compete:

- I Proceder à verificação e à contagem das cédulas com os nomes dos jurados sorteados para a sessão.
- II Multar jurados nos casos do art. 79.
- III Proceder ao sorteio dos jurados supplentes e mandar notificá-los.
- IV Ordenar as diligencias necessarias para o comparecimento das testemunhas faltosas, punindo-as com prisão de dois a cinco dias, ou multa de 500\$000 (cincoenta mil réis).
- V Regular a policia das sessões.
- VI Regular os debates.
- VII Instruir o jurado, dando-lhe explicações sobre o processo e sobre as suas obrigações, quando as solicitar.
- VIII Tomar compromisso dos membros do Conselho.
- IX Decidir todas as questões incidentes de direito e de que dependerem as deliberações finais do Jury.
- X Interrogar o accusado.
- XI Punir a jurado desobediente, ou que faltar em sessão ao desempenho de algum de seus deveres.
- XII Dar curador a réo menor.
- XIII Nomear defensor a réo que o não tiver, ou quando o considerar indefeso, podendo neste caso dissolver o Conselho se não houver no Tribunal advogado, no momento, ou que, de prompto, possa comparecer, ou pessoa idonea que queira aceitar a defesa.
- XIV Fazer sortear por um menor de entre sete a dez annos, o Conselho de Sentença.
- XV Proceder aos exames necessarios e mais diligencias para verificação de falsidade dos depoimentos, ou de documentos arguidos de falsos, e resolver sobre a procedencia da allegação.
- XVI Formular as questões de facto necessarias à applicação das leis.
- XVII Presidir ao Conselho de Sentença, submettendo-lhe a decisão os quesitos formulados, sem manifestar opinião.
- XVIII Applicar a lei ao facto averiguado pelo Conselho de Sentença, condemnando, ou absolvendo o réo.
- XIX Conhecer das excusas dos jurados nos termos deste Código.
- XX Fazer retirar do Tribunal o réo que, por meio de violencia ou injurias repetidas, causar tumulto, ou obstar o curso do julgamento ou se negar a responder ao interrogatorio, proseguindo-se nestes casos independentemente de sua presença.
- XXI Prender o que assistir a sessão com armas prohibidas e manda-lo apresentar à autoridade competente para que o processo.
- XXII Suspender a sessão pelo tempo necessario à execução de diligencias que as partes e juizes de facto requererem.
- XXIII Interromper momentaneamente a sessão para repouso seu, dos juizes de facto e das partes, mantida a incomunicabilidade do Jury.
- XXIV Requisitar o auxilio da Força Publica, que lhe ficará sob a exclusiva autoridade.
- XXV Exercer outras attribuições que lhe são expressamente conferidas pela lei, ou por este Código.

CAPÍTULO X

Procurador Geral do Estado

Art. 176. Compete ao Procurador Geral do Estado:

- I Deferir compromisso a promotor.
- II Superintender os funcionarios, seus subordinados, expedir-lhes instruções, promover-lhes a responsabilidade, impor-lhes penas disciplinares nos termos deste Código e avocar quaesquer processos a elles submettidos.
- III Officiar perante o Superior Tribunal de Justiça:
 - a) nas apellações e nos recursos criminaes;
 - b) nas causas de suspeição de magistrado, do secretario e do escrivão daquelle Tribunal;
 - c) nos conflictos de jurisdicção e de attribuição;
 - d) nas causas civis em que forem interessados o Estado, ou o municipio, orphãos, menores, interdictos, ausentes, victimas de accidente no trabalho, e todos os que se defendem por curador;
 - e) nas que disserem respeito à disposição da ultima vontade, estado de pessoa, desquite, nulidade, ou annullação de casamento, tutela, curatela e massa fallida;
 - f) nas questões de perdas e damnos contra juizes e mais funcionarios publicos;
 - g) nos processos de fiança e de *habeas-corpus*;
 - h) em todo e qualquer incidente do processo criminal.
- IV Exercitar a acção criminal nos casos de competencia exclusiva do Superior Tribunal de Justiça.
- V Promover o andamento do processo criminal e execução da respectiva sentença, incluidas as do Superior Tribunal, nos casos do artigo 81 da Constituição Federal.
- VI Requerer *habeas-corpus* ao Superior Tribunal de Justiça, consoante o disposto no art. 153 letra f deste Código determinando ao promotor publico que o faça perante o juiz de direito da comarca, nos demais casos legais.
- VII Promover perante o Superior Tribunal de Justiça, mediante representação fundamentada e documentada, o processo para remoção de juiz de direito, por motivo de conveniencia publica.
- VIII Emitir parecer nos casos em que for consultado pelo Presidente do Estado.
- IX Assistir às sessões do Superior Tribunal de Justiça, podendo tomar parte na discussão de todos os assumptos que lhe forem submettidos.
- X Julgar, com os demais desembargadores, nos casos do artigo 269, n. I.
- XI Intervir na revisão annual da lista de antiguidade de juiz de direito, e officiar nas reclamações feitas pelos que nella se julgarem prejudicados.
- XII Votar, quando membro effectivo do Tribunal, na eleição de Presidente e Vice-presidente, na organização das listas para nomeação de desembargador e juiz de direito, para remoção deste, salvo no caso do artigo 226 n. III, para preenchimento de cargos mencionados neste Código, bem como sobre propostas de nomeação formuladas pelo Chefe do Poder Executivo.
- XIII Requerer exame de sanidade para verificação de incapacidade physica ou mental dos magistrados, dos membros do Ministerio Publico, do secretario e do escrivão do Superior Tribunal de Justiça.
- XIV Requerer o disposto no paragrafo unico do artigo terceiro do Código Penal.
- XV Exercer inspecção sobre cartorios e prisões sem prejuizo da fiscalização pelas demais autoridades competentes.

§ 1. Para cumprimento do disposto no numero antecedente, transportar-se-á o procurador geral para qualquer comarca, sempre que o Superior Tribunal o entender conveniente.

§ 2. Além do direito a todos os vencimentos, terá o procurador geral transporte por conta do Estado e quarenta mil réis por dia que decorrer entre o da partida para a comarca e o da chegada à Capital.

§ 3. Promoverá o procurador geral, desde logo, por si, ou pelos promotores publicos, as responsabilidades pelos delictos que verificar. Das providencias que houver tomado e das averiguações, exames, applicações de multas ainda não impostas pelos juizes, e inspecção a que tiver procedido, apresentará ao Superior Tribunal minucioso relatório, no qual indicará as medidas que julgar convenientes à boa administração da Justiça.

XVI Informar as petições de graça, quando sobre ellas queira ouvir o Chefe do Poder Executivo.

XVII Fornecer ao procurador geral da Republica, as informações precisas, no caso do artigo 81 da Constituição Federal.

XVIII Arrazoar os recursos extraordinarios interpostos para o Supremo Tribunal Federal.

XIX Suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, conflicto de jurisdicção, de que tiver noticia entre juizes e tribunales da União e os do Estado, ou entre os deste e os de outros Estados.

XX Sustentar e defender perante Tribunaes federaes os direitos do Estado nas causas e litigios em que este for parte interessada, podendo quando preciso, a juizo do Chefe do Poder Executivo, constituir quem, a expensas do Estado, a este represente em todos os termos do processo.

XXI Impor multa, cumulativamente com o juiz de direito, a promotor publico que deixar de cumprir os deveres que lhe são designados por este Código, e suspende-lo até trinta dias.

XXII Ordenar ao promotor publico a apresentação de denuncia nos casos legais, quando lhe constar que a isso se recusa, suspendendo-o, até que o faça, no caso de não cumprir a ordem.

XXIII Mandar-lhe interpor appellação ou recorrer dos julgamentos, nos casos legais.

XXIV Prestar assistência judiciaria a victima de accidente no trabalho e ordenar ao promotor que o faça, independentemente de solicitação.

XXV Remetter, no mês de abril, ao Chefe do Poder Executivo, o relatório sobre os negocios attinentes ao Ministerio Publico.

XXVI Exercer quaesquer outras funções não especificadas, pertencentes ao Ministerio Publico.

Art. 177. O procurador geral poderá requisitar das Secretarias do Superior Tribunal de Justiça, dos archivos e dos cartorios publicos, ou de qualquer repartição, as certidões, exames, diligencias e esclarecimentos necessarios ao exercicio de suas funções.

CAPÍTULO XI

Promotor Publico

Art. 178. Ao promotor publico incumbem:

I Exercitar a acção penal, nos termos do art. 407, paragrafo segundo do Código Penal, e demais leis federaes.

II Assistir, perante juiz e como parte integrante do Tribunal do Jury, a todos os julgamentos, inclusive aquelle em que houver accusador particular, e por parte da Justicadizer, de facto e de direito, sobre processo em julgamento.

III Promover os processos criminaes de acção publica ainda mesmo havendo accusador particular, additar a queixa e o libello, fornecer outras provas além das indicadas pelas partes e interpor recursos.

IV Requerer a prisão dos criminosos, fiscalizar o andamento dos processos criminaes e a execução de mandados e sentenças condemnatorias.

V Officiar nas fianças e nos demais incidentes do processo criminal.

VI Requerer o disposto no paragrafo unico do artigo terceiro do Código Penal.

VII Requerer ao juiz de direito ordem de *habeas-corpus*.

VIII Prestar assistência judiciaria a victima de accidente no trabalho e a seus beneficiarios, bem como propor acção de nulidade de convenções contrarias à lei n. 3.724 de 15 de janeiro de 1919.

IX Visitar mensalmente prisões, asylos de orphãos, menores, alienados, enfermos e mendigos, requerendo o que for necessario em beneficio delles.

X Cumprir ordens e instruções do procurador geral delles solicitar instruções.

XI Velar pelas fundações situadas no Estado.

XII Promover a verificação da nocividade das fundações, ou da impossibilidade de sua manutenção, para ser seu patrimonio incorporado em outras, que se proponham fins eguaes ou semelhantes.

XIII Agir nas nulidades dos actos juridicos, nos casos do art. 145 do Código Civil, se lhe ocorrer intervir.

XIV Promover a annullação do casamento contraído perante autoridade incompetente, salvo se houver fallecido a gum dos conjuges.

XV Defender a validade do casamento.

XVI Promover a applicação das penas comminadas pelos arts. 226 e 227 do Código Civil.

XVII Requerer a nomeação de curador especial, quando no exercicio do patrio poder, o interesse do filho collido com o dos pais.

XVIII Requerer a suspensão do patrio poder, ou as medidas reclamadas pela segurança dos filhos, se o pai ou mãe abusar do seu poder, faltando aos deveres paternos, ou arruinando os bens do menor.

XIX Promover a interdicção nos termos do art. 448 do Código Civil.

XX Defender o supposto incapaz, no processo de interdicção.

XXI Promover a nomeação de curador de pessoa que desapareça do seu domicilio, sem que della haja noticia, e não houver deixado representante ou procurador, a quem lhe administrar-lhe os bens, ou quando o mandatário não queira ou não possa exercer ou continuar o mandato.

XXII Fiscalizar a capitalização de metade dos fructos rendimentos dos bens do ausente, quando o successor provisório não seja descendente, ascendente ou conjuge.

XXIII Requerer a especialização e a inscrição da hypotheca legal nos termos do Código Civil.

XXIV Exigir, depois da morte do doador, a execução dos encargos da doação, que forem de interesse geral, até que não sejam cumpridos.

XXV Interpor appellação e demais recursos legais e sentença, ou decisão, proferida em causa em que officio, o deva officiar.

XXVI Officiar em todos os termos de quaesquer feitos civis em que forem parte, ou interessados, orphãos, menores, interdictos, ausentes e todos os que se defenderem por curador e os que disserem respeito à disposição de ultima vontade, tutela, curatela, ou massa fallida.

XXVII Intervir em questões de perdas e damnos contra empregados judiciais e mais funcionarios publicos.

XXVIII Providenciar sobre cobrança de custas e emolumentos indevidos.

XXIX Enviar ao procurador geral, no mês de janeiro, o relatório dos trabalhos da promotoria, acompanhado de observações que julgar necessarias.

XXX Organizar e fazer publicar pela imprensa a estatística de nascimentos, casamentos e obitos verificados na comarca, de accordo com as relações trimestraes enviadas pelo escrivão districtal.

XXXI Fiscalizar os cartorios da comarca, verificando se os serventuarios possuem os livros necessarios, se estes se acham em ordem e devidamente escripturados, communicando ao juiz de direito as irregularidades que encontrar, para applicação de penas disciplinares.

XXXII Representar contra escrivão que não fizer nas estações fiscaes entrada de impostos, à medida que lhe receberem.

XXXIII Requisitar de qualquer autoridade do Estado, por si, ou por intermedio do procurador geral, certidões e documentos existentes em repartições publicas e cartorios, que precisem para desempenho de suas funções.

XXXIV Requerer todas as diligencias, que se fizerem mister ao esclarecimento de factos e crimes, em cujo processo lhe competir officiar.

XXXV Prestar assistência judiciaria à pessoa desprovida de meios pecuniarios para fazer valer seus direitos, no juizo civil e commercial.

XXXVI Representar, em primeira instancia, a Fazenda do Estado.

XXXVII Representar, em primeira instancia, a Fazenda do Municipio, salvo:

a) quando esta tiver advogado;

b) quando, na mesma acção, estiverem em conflicto interesses de diversos municipios da mesma comarca.

XXXVIII Officiar, em processo intentado por quem ainda não de acção meramente privada, assistindo a formação da culpa, additando a queixa ou libello.

XXXIX Enviar, mensalmente, ao chefe de policia a mappa com indicação das denuncias, pronuncias, imputações e julgamentos havidos no mês findo e outro dos presos recolhidos às cadeias publicas da comarca.

XL Promover a dissolução de agremiações, syndicatos, centros ou sociedades, que incidem na pratica dos crimes previstos na Lei n. 4.269, de 17 de janeiro de 1921, ou de actos contrarios à ordem, moralidade e segurança publica.

XLI Exercer, finalmente, quaesquer outras attribuições que a lei confira ao Ministerio Publico, collidindo intermedia.

Art. 179. Quando, na mesma causa, collidir intermedia orphão, menor, ausente ou interdicto, com o da Fazenda, promotor, ou o adjunto, defenderá os direitos desta e o nomeará para aqelles um curador *ad-hoc*.

CAPÍTULO XII

Adjuncto do Promotor Publico

Art. 180. Compete ao adjuncto:

- I Substituir o promotor publico em faltas, ou impedimentos temporarios.
- II Prestar assistência ás pessoas pobres, no caso do artigo 518, parágrafo unico.
- III Auxiliar o promotor publico, mediante aviso e insinuação, do modo seguinte:
 - a) Officiando junto aos juizes districtaes nas causas em que deva intervir o Ministerio Publico.
 - b) interpondo appellação e os demais recursos legais nas sentenças e decisões proferidas nos processos em que enha interferido.

CAPÍTULO XIII

Secretario e demais funcionarios do Superior Tribunal de Justiça

Art. 181. Ao secretario do Superior Tribunal de Justiça compete:

- I Dirigir os trabalhos da Secretaria, segundo as disposições deste Código, do respectivo Regimento e as instruções do Presidente.
- II Receber, guardar e encaminhar todos os papeis e autos que derem entrada no Tribunal.
- III Organizar e conservar o archivo e o cartorio da Secretaria e a Biblioteca do Tribunal.
- IV Escripturar, em livros ou protocolos apropriados, a entrada, distribuição, andamento e sabida dos autos e papeis.
- V Assistir ás sessões e lavrar-lhes as actas, certificar os actos de julgamento, independentemente de termo de remessa dos feitos processados em cartorio.
- VI Lavrar e expedir portaria, provisão, ordens e escrever toda a correspondencia, para ser assignada pelo Presidente.
- VII Conservar todos os actos dependentes de preparo, classificados por comarca, em ordem alfabética.
- VIII Registrar em livro especial as decisões do Presidente e os accordos do Tribunal, proferidos nos feitos não distribuidos em cartorio.
- IX Enviar, no dia anterior ao da sessão, ao jornal official, relação dos feitos que serão julgados, da qual constarão os nomes do relator, das partes, numero de autuação, comarca de que procedem, natureza da causa, bem como, bi-semanalmente, noticias dos trabalhos do Tribunal.
- X Proceder á matricula de juiz de direito e funcionar no processo de reclamação de antiguidade.
- XI Registrar cartas de doutor ou bacharel em direito, e provisões de advogado e solicitador, mediante despacho do Presidente.
- XII Organizar annualmente a estatística dos trabalhos do Tribunal, afim de ser publicada.
- XIII Funcionar como escrivão em processo de *habere corpus*, bem como naquelles em que lhe caiba essa função, por disposição especial do Regimento.
- XIV Receber quantias destinadas a preparo de feitos e recolhê-las, por meio de guia, ao Thesouro.
- XV Funcionar como secretario nos exames de provisão de advogado, de solicitador e de escrivão do Tribunal.
- XVI Passar, independentemente de despacho, as certidões que forem pedidas, sobre actos a cargo da Secretaria, salvo se forem secretos.
- XVII Exercer as funções de contador nos processos sujeitos ao Tribunal.
- XVIII Fiscalizar os trabalhos a cargo de todos os empregados, dando instruções para a boa execução delles, impondo as penas legais, e dando conta do que occorrer.
- XIX Distribuir o trabalho pelos empregados e marcar-lhes as faltas.
- XX Organizar as folhas de pagamento.
- XXI Conferir e concertar traslados, cartas de sentença ou documentos quaisquer, antes de assignatura, appoção do sello ou remessa ao devido destino, levando ao conhecimento de quem competir as irregularidades e defeitos que nelles encontrar.
- XXII Fazer sellar, com o sello do Tribunal, traslados, cartas de sentença e mais papeis sujeitos a essa formalidade.
- XXIII Exercer, em geral, todas as attribuições concernentes aos serviços da Secretaria.

Art. 182. Ao escrivão incumbem, além das attribuições conferidas por este Código aos escrivães em geral:

- I Escrever em todos os feitos, exceptuados os que ficam a cargo do secretario.
- II Extrair cartas de sentença e mandados executivos quando as partes o pedirem, sem dependência de despacho, uma vez que as sentenças tenham passado em julgado.
- III Substituir o secretario nos impedimentos.
- IV Ter sob sua guarda o Archivo Judiciario.
- Art. 183. Ao primeiro official compete:
 - I Auxiliar o secretario nos trabalhos a seu cargo.
 - II Exercer as funções de Bibliothecario do Tribunal.
 - III Ser o segundo substituto do secretario.
- Art. 184. Ao segundo official incumbem auxiliar todos os trabalhos da Secretaria, consoante as instruções do secretario.
- Art. 185. Os demais funcionarios do Tribunal têm as attribuições determinadas no Regimento.

CAPÍTULO XIV

Tabellião

Art. 186. Ao tabellião de notas incumbem:

- I Escrever em notas, contractos, testamentos, procurações e outras declarações de vontade, permitidas em lei.
- II Tirar certidão, copia ou traslado de documento.
- III Approvar testamentos.
- IV Reconhecer letra, ou firma.
- V Tirar instrumentos de protestos de letras, e notas promissórias ou outros titulos sujeitos a essa formalidade.
- VI Cotar a margem dos instrumentos seus salarios, sob pena de multa.
- VII Propor ao juiz perante quem servir, a nomeação de um, ou mais ajudantes, conforme as necessidades do serviço.
- VIII Organizar, pelos nomes das partes, indice alfabético das escripturas lançadas em suas notas.
- Art. 187. O ajudante do tabellião tem competencia para todos os actos que incumbem a esse serventuário, salvo:

I Para escripturas que contiverem disposições testamentarias.

II Para as que se fizerem fóra do cartorio.

Art. 188. O tabellião usará de signal publico, que remetterá á Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, ás do Estado, ao escriptivo do Juizo Federal e ao Thesouro do Estado.

CAPÍTULO XV

Escrivão

Art. 189. Ao escrivão, em geral, compete:

- I Comparecer, á hora marcada, ás audiências.
- II Remetter ao juiz de direito os mappaes da estatística judiciaria.
- III Passar as certidões ordenadas pelo juiz.
- IV Ter em boa guarda os autos e papeis a seu cargo, e os que, por força do officio, receber das partes.
- V Conservar o cartorio regularmente arrumado e as seiado e distribuidos os papeis e autos por classe e ordem chronologica.
- VI Promover a cobrança das custas e emolumentos, que, pelo Regimento, tiverem sido contados ao juiz, promotor, curador, avaliador, e demais funcionarios judiciais.
- VII Fazer á sua custa as diligencias que forem renovadas por erro, ou culpa sua.
- VIII Prestar ás partes interessadas as informações verbaes que lhe forem pedidas sobre feitos em andamento, salvo no caso de se proceder em segredo de justiça.
- IX Passar procuração *apud acta* e lavrar termo de caução de rato.
- X Dar, independentemente de despacho, certidões, *verbo ad verbum*, ou em relatorio, que lhe forem pedidas e não versarem sobre objecto de segredo.
- XI Acompanhar o juiz nas diligencias do officio.
- XII Lavrar, *ex-officio*, alvará de soltura em favor do réo preso.
- XIII Dar á parte, mesmo que o não exija, recibo de custas pagas sob as penas declaradas neste Código e no Regimento de custas.
- XIV Estar em cartorio, das 10 ás 16 horas, pelo menos.
- XV Levár, ou mandar com o protocollo, a juiz, promotor, advogado, curador, perito ou exactor, os autos em conclusão, ou com vista, cobrá-los, logo que finde o prazo legal.
- XVI Escrever, em forma legivel e legal, processos, officios, mandados, precatórios, cartas de sentença e mais actos proprios do juizo em que servir.
- XVII Exercer as attribuições de partidor, onde não houver vitalicio.
- XVIII Expedir guia, afim de serem recolhidos ás estações fiscaes os impostos cobrados por via executiva.
- XIX Tomar nota de entrada, movimanto e estado dos autos em livros especies de registro e organizar indices, por ordem de distribuição, ou numeração, e por ordem alfabética dos nomes das partes.
- XX Propor a nomeação de um ou mais ajudantes.
- XXI Cotar seus salarios.
- XXII Registrar em livro especial, antes da intimação, ás partes ou a seus advogados, as sentenças do juiz com o qual servir.

Art. 190. Ao escrivão districtal, além das attribuições que lhe são conferidas aos escrivães em geral, incumbem:

- I Habilitar, na forma da lei, as pessoas que pretendem casar-se.
- II Funcionar na celebração dos nascimentos.
- III Fazer registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, remettendo trimestralmente ás repartições competentes e ao promotor publico os respectivos mappaes.
- IV Ser escrivão da policia, excepto onde houver serventuario privativo desta.
- V Exercer, no districto, que não fór o da sede da comarca, as funções de tabellião, excepto lavrar escripturas e actos de valor, excedente ás 30.000.000.

Parágrafo unico. Os tabellhões e os escrivães de districto que não fór o da sede da comarca são obrigados a enviar ao official de registro de imóveis, dentro do prazo de dez dias, os traslados de actos que lavrarem relativos á transmissão de propriedades e constituição de onus reaes, para effectos do art. 336 do Código Civil, não podendo entregá-los aos interessados sem essa formalidade, sob pena de ficarem sujeitos ao disposto no artigo 410.

Art. 191. O ajudante do escrivão poderá praticar todos os actos internos no cartorio, devendo, porém, ser subscripto pelo escrivão e sob sua responsabilidade, aquelle em que seja necessaria a publicação.

CAPÍTULO XVI

Official do registro de imóveis

Art. 192. Compete ao official do registro de imóveis:

- I A inscrição de:
 - a) instrumento publico, da instituição do, bem de família;
 - b) instrumento publico, das convenções anti-nupcias;
 - c) descobrimento de minas;
 - d) hypothecas maritimas;
 - e) hypothecas legaes, ou convencionaes;
 - f) empréstimos por obrigações ao portador;
 - g) penhores, arreestos e sequestros de imóveis;
 - h) citações de accões reaes ou pessoas, reipersecutorias, ou relativas a imóveis.
- II A transcrição de:
 - a) sentença de desquite e de nulidade, ou annullação de casamento, quando, nas respectivas parthilas existirem imóveis, ou direitos reaes, sujeitos á transcrição;
 - b) contracto de locação no qual tenha sido consignada clausula de sua vigencia, no caso de alienação da coisa locada;
 - c) titulos translativos da propriedade immovei, entre vivos, para sua aquisição e extincção;
 - d) julgados nas accões divisorias, pelos quaes se põe termo á indivisão;
 - e) sentenças que, nos inventarios e partilhas, adjudicarem bens de raiz, em pagamento das dividas da herança;
 - f) arrematação e adjudicação em hasta publica;
 - g) sentença declaratoria da posse de immovei por trinta annos, sem interrupção, nem opposição, para servir de titulo ao adquirente por usucapção;
 - h) sentença declaratoria da posse incontestada e continuada de uma servidão, apparece por dez ou vinte annos, nos termos do art. 531 do Código Civil, para servir de titulo acquisitivo;

d) titulos transmissíveis ou actos renunciativos para a perda da propriedade immovei;

- f) titulos ou inscrição dos actos *inter vivos* relativamente aos direitos reaes sobre imóveis, quer para aquisição de dominio, quer para validade contra terceiros;
 - g) titulos de servidões não apparentes para a sua constituição, bem assim a averbação, na transcrição, do cancelamento dessas servidões;
 - h) usufructo e uso sobre imóveis, e habitação, quando não resultem do direito de família;
 - m) rendas constituidas, ou vinculadas a imóveis por disposição de ultima vontade;
 - n) contracto de penhor agricola.
- III A averbação de:
 - a) sentença de separação de dote, na inscrição respectiva;
 - b) julgado sobre o restabelecimento da sociedade conjugal;
 - c) clausula de inalienabilidade imposta a imóveis por testadores, ou doadores;
 - d) extincção, por cancelamento, dos direitos reaes.

CAPÍTULO XVII

Official do registro de titulos e documentos

Art. 193. Ao official do registro de titulos e documentos compete:

- I A inscrição de:
 - a) contractos, actos constitutivos, estatutos, ou compromissos de sociedades civis, religiosas, plas, moraes, scientificas ou literarias, de associações de utilidade publica, e de fundações;
 - b) sociedades civis, que revestirem as formas estabelecidas nas leis commerciaes.
- II A transcrição de:
 - a) instrumentos particulares para prova de obrigações convencionaes de qualquer valor, bem como de cessão de credito e de outros direitos por elles creados, para valor contra terceiros, e do pagamento com subrogação;
 - b) penhor commum sobre coisas moveis, feito por instrumento particular;
 - c) caução de titulos de credito pessoal, e de divida publica federal, estadual, ou municipal, ou de bolsa, ao portador;
 - d) contracto, por instrumento particular, de penhor de animaes não comprehendido nas disposições do art. 781, n. V do Código Civil;
 - e) contracto por instrumento particular, de parceria agricola ou pecuaria.
- III A transcrição facultativa de documentos para a conservação dos mesmos.
- IV A averbação da prorrogação do contracto particular de penhor de animaes.
- V A matricula de officinas impressoras e de jornaes e outros periodicos a que se referem as leis federaes.
- VI O registro que não for attribuido, expressamente, a outro officio.

CAPÍTULO XVIII

Official do registro civil

Art. 194. Ao official do registro civil incumbem:

- I A inscrição de:
 - a) nascimentos, casamentos e obitos;
 - b) emancipação por outorga de pae, ou mãe, ou por sentença do juiz de direito.
 - c) interdição de loucos, surdos-mudos e prodigos;
 - d) sentença declaratoria de ausencia.
- II A averbação de:
 - a) sentenças que decidirem nulidades, ou annullação de casamento, desquite ou restabelecimento de sociedade conjugal;
 - b) sentenças que julgarem illegitimos os filhos havidos, ou concebidos na constancia do casamento, e das que provarem a filiação legitima;
 - c) casamentos de que resultar legitimação dos filhos havidos, ou concebidos anteriormente;
 - d) actos judiciais, ou extra-judiciaes de reconhecimento de filhos illegitimos;
 - e) escripturas de adopção e dos actos que lhe dissolvem o vinculo.

CAPÍTULO XIX

Distribuidor

Art. 195. Ao distribuidor incumbem fazer a distribuição de todos os processos, e actos, entre os serventuários, observando as seguintes regras:

- I Estão sujeitos á distribuição unicamente os processos reos, os actos pertencentes a officios em que servirem cumulativamente dois ou mais serventuários.
- II E, expressamente prohibido ao distribuidor reter petição ou autos destinados á distribuição, que deve ser feita acto continuo, e em ordem rigorosamente successiva, á proporção que lhe forem presentes.
- III No caso de incompatibilidade, ou suspeição de quele a quem fór distribuido algum processo, titulo ou documento, em tempo se lhe fará a compensação.
- IV Quanto ás escripturas, é permitido ás partes indicar a tabellião que preferirem, mas nenhuma será lavrada sem que, nella sejam transcritos o numero e a data da nota do distribuidor.

Art. 196. O distribuidor terá seu archivo, livro e papeis sujeitos permanentemente á inspecção das autoridades competentes.

Art. 197. A infracção, dolosa ou culposa, dos dispositivos deste capitulo, sujeita o infractor á pena de multa estabelecida neste Livro, Titulo V, Capitulo V.

CAPÍTULO XX

Avaliador

Art. 198. Compete ao avaliador fixar o valor dos bens moveis, imóveis, rendimentos, direitos e accões.

Art. 199. O avaliador descreverá cada coisa com a precisa individualização e fixará o valor separadamente.

Art. 200. No desempenho de suas attribuições, o avaliador não está sujeito a regras fixas, mas a criterio tecnico-profissional, que, nas circumstancias de cada caso, justifique a applicavel.

Art. 201. Quando os avaliadores divergirem, compete ao juiz a nomeação de desemataador, salvo as excepções estabelecidas neste Código.

CAPÍTULO XXI

Contador

- Art. 202. Ao contador incumbem:
I Contar emolumentos, custas e salários.
II Contar o capital e os juros de títulos.
III Fazer o cálculo para pagamento de impostos.
IV Glosar emolumentos, custas e salários indevidos, ou excessivos.

Art. 203. Será contador, no juízo districtal, o respectivo escrivão, devendo a conta ser revista e rubricada pelo juiz.

CAPÍTULO XXII

Depositário

Art. 204. Ao depositário publico, cabem a guarda, conservação e entrega dos bens moveis e valores, recebidos em deposito.

§ unico. A requerimento das partes, poderá o juiz mandar ficar, em deposito particular, dinheiro, papeis de credito, pedras e metaes preciosos.

Art. 205. Além do premio marcado no Regimento de Custas, o depositário terá direito ás despesas justificadas com a guarda e a conservação e a administração dos bens, ou objectos depositados até o prazo de trinta dias, cumprindo-lhe requerer em tempo as providencias necessarias á custeia dos bens conservados e sujeitos a depreciação.

Paraphrasso unico. Impugnado pela parte o requerimento do depositário, sendo atendida a impugnação, correrá por conta da parte o excesso de despesa.

Art. 206. E' prohibido aos juizes e funcionarios judiciaes constituirem-se depositários, directa, ou indirectamente.

CAPÍTULO XXIII

Interprete

Art. 207. Ao interprete compete:

I Fazer traducções, em portuguez, de livros, actos, documentos, papeis redigidos em lingua estrangeira que tiverem de ser apresentados em juizo.

II Intervir nas escripturas e quesquer actos de partes que não saibam o idioma vernaculo, bem como nos exames a que se tenha de proceder para verificação da exactidão de qualquer traducção que tenha sido arguida de menos conformidade com o original.

III Interpretar e verter verbalmente em portuguez as respostas, os depoimentos, prestados em juizo pelos que não sabem falar aquelle idioma.

CAPÍTULO XXIV

Official de Justiça

Art. 208. Ao official de Justiça compete:

I Fazer citações, prisões, arrestos, penhoras, e mais diligencias proprias do officio.

II Lavrar autos e ás certidões respectivas.

III Executar as ordens do juiz.

IV Convocar pessoas idoneas que testemunhem actos de seu officio, quando a lei o exigir.

V Abrir e encerrar as audiencias da juizo.

VI Apreghoar as citações e fazer a chamada das partes e testemunhas.

VII Passar certidão de pregões, editaes de praça, arrematação, ou qualquer outra.

Título IV

Direitos, exercicio, garantias, deveres dos magistrados, membros do Ministério Publico e funcionarios de Justiça

CAPÍTULO I

Compromisso, posse e exercicio

Art. 209. O magistrado e os demais funcionarios de justiça não poderão entrar em exercicio de seus cargos, sem apresentar o titulo de nomeação á autoridade competente, para lhes dar posse.

Art. 210. Servir-lhes-á de titulo o decreto, a portaria ou o acto de nomeação que, depois de registrado, será remetido ao Thesouro para lhes ser entregue quando o solicitarem, pagos os respectivos emolumentos.

Paraphrasso unico. Em caso de urgencia, servirá de titulo o telegramma communicando a nomeação.

Art. 211. Será expedida directamente ao funcionario uma copia do acto de nomeação.

Art. 212. A posse e ao exercicio deve preceder o compromisso, cuja formula é a seguinte: *Prometto desempenhar leal e honradamente as funções do cargo de...*

Art. 213. Qualquer modificação, restrição, ou reserva, será considerada recusa de compromisso.

Art. 214. A recusa, ou a falta de compromisso, em tempo, equivale á não acceitação do cargo.

Art. 215. O compromisso póde ser prestado por procurador com poderes especiaes.

Art. 216. O acto da posse só se considera completo, para os effeitos legais, depois que o funcionario assume o exercicio.

Art. 217. São competentes para dar posse:

I O Presidente do Estado ao procurador geral.

II O Superior Tribunal de Justiça a seu Presidente e Vice-presidente.

III O Presidente do Superior Tribunal de Justiça a desembargador, juiz de direito, secretario, escrivão e funcionarios do Tribunal.

VI O procurador geral do Estado a promotor publico.

V O juiz de direito a seus supplentes, ao juiz districtal e supplente deste, ao promotor publico e seu adjunto e demais funcionarios da comarca.

VI O juiz districtal a seu escrivão, ao ajudante deste e ao official de justiça do seu juizo.

VII A autoridade nomeante ao nomeado interino, ou ad-hoc.

Art. 218. Prestará novo compromisso o funcionario interino nomeado effectivo.

Paraphrasso unico. O ajudante, nomeado serventuario interino ou ad-hoc, fica dispensado de prestar novo compromisso.

Art. 219. De compromisso, lavrar-se-á termo em livro proprio, assignado a quem o deferir e quem o receber.

Art. 220. O prazo legal para o funcionario de Justiça tirar titulo e entrar em exercicio será de trinta dias, se o nomeado residir no Estado, e de sessenta, se residir fóra.

meado residir no Estado, e de sessenta, se residir fóra.

§ 1. Esse prazo contar-se-á do acto da publicação no jornal official, ou depois de findo o processo de lotação de que depender o officio.

§ 2. O prazo poderá ser prorogado pela metade, quando ocorrer motivo justo.

Art. 221. Será declarada sem effeito a nomeação, quando o nomeado não entrarem exercicio, dentro do prazo estabelecido no artigo anterior, ou de sua prorrogação.

Art. 222. O juiz ou o promotor removido entrará em exercicio, no prazo a que se refere o artigo 220, sem dependencia de novo titulo e compromisso; far-se-á porém apostilla no titulo de nomeação.

Art. 223. O juiz de direito e o promotor publico remetterão, dentro de oito dias, da data do exercicio, certidão deste, o primeiro, ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça e o segundo, ao procurador geral do Estado.

Art. 224. O juiz que fór nomeado desembargador, ou o que fór removido, quando não assumir o exercicio, dentro do prazo legal, ficará avulso, sem receber vencimento algum e sem contar antiguidade.

Art. 225. O promotor publico, quando fór removido, e o serventuario, que permutar o officio, perderão os cargos, caso não assumam o exercicio dentro do prazo legal.

CAPÍTULO II

Remoção e permuta

Art. 226. O juiz de direito só poderá ser removido:

I A seu pedido.

II Por permuta.

III Por conveniencia publica.

Art. 227. No caso do n. II do artigo antecedente, o Chefe do Poder Executivo permitirá, ou negará a remoção.

Art. 228. A remoção por conveniencia publica dar-se-á, quando a permanencia do juiz na comarca fór prejudicial aos interesses da justiça.

Art. 229. O processo para a remoção compulsoria do juiz de direito será iniciado, mediante representação do procurador geral, devidamente documentada.

Art. 230. A representação será apresentada em sessão secreta do Superior Tribunal de Justiça, que, preliminarmente, decidirá, se está, ou não, em caso de ser processada.

Art. 231. Decidindo-se pela affirmativa, mandará o Presidente remetter ao juiz copia da representação e dos documentos offerecidos, para que allegue e prove, no prazo de trinta dias, o que julgar necessario á sua defesa.

Art. 232. Poderá o juiz arrolar testemunhas, pedir a inquirição dellas ao Superior Tribunal de Justiça, ou no lugar em que se acharem, devendo, neste caso, ser intimado o promotor publico.

Art. 233. Finda a instrução do processo, ou terminado o prazo sem que o juiz se defenda, proceder-se-á em sessão secreta ao julgamento definitivo, precedendo relatório verbal do Presidente.

Art. 234. Resolvida a remoção por maioria de votos dos desembargadores presentes, será enviada copia do accordo ao Chefe do Poder Executivo, que removerá o juiz para comarca que estiver vaga.

Art. 235. Enquanto não houver vaga, ficará o juiz em disponibilidade.

Art. 236. Verificando-se que o juiz de direito commetteu infracção penal, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça remetterá ao procurador geral copia dos documentos apresentados, sem prejuizo da remoção.

Art. 237. O promotor publico póde ser removido pelo Chefe do Poder Executivo:

I A pedido.

II Por permuta.

III No interesse da administração publica.

Art. 238. E' permitida a permuta dos officios de justiça quando forem da mesma natureza.

Art. 239. São considerados officios de natureza differente os officios vitalicios, em relação aos que o não forem; os do juizo de direito, quanto aos do juizo districtal.

Art. 240. Aos serventuarios de justiça applicam-se as disposições do artigo 222, sem que, porem sejam obrigados a pagar novos direitos.

CAPÍTULO III

Residencia, licença e interrupção de exercicio

Art. 241. O juiz de direito, o promotor publico e os serventuarios e empregados de justiça são obrigados a residir na sede da comarca, ou districto.

Art. 242. Os magistrados, serventuarios e empregados judiciaes não poderão interromper o exercicio do cargo, officio, ou emprego, sem previa licença, salvo, quanto ao juiz, nos casos dos artigos 161, n. X e 269, n. IV; e, no tocante ao promotor publico, quando fór chamado pelo procurador geral do Estado.

Art. 243. Em caso de molestia, durante os trinta dias que póde gosar, por esse motivo, independentemente de licença, querendo esta, deve o juiz impetrá-la antes do termino daquelle periodo.

Paraphrasso unico. Igual faculdade terá o promotor publico até quinze dias.

Art. 244. Sem prejuizo do disposto no artigo 153, n. VIII letra b, o procurador geral do Estado instaurará processo contra os infractores do disposto nos artigos 241 e 242, por iniciativa propria, ou mediante representação, mandando que o promotor, ou seu adjunto, o faça quando se tratar de empregado que responda em crime funcional perante o juiz de direito.

Art. 245. São competentes para conceder licença:

I O Superior Tribunal de Justiça ao seu Presidente.

II O Presidente do Superior Tribunal de Justiça aos magistrados, aos empregados do Tribunal, e aos serventuarios de Justiça.

III O procurador geral do Estado aos promotores publicos.

IV O juiz de direito aos serventuarios e demais empregados de Justiça, até noventa dias.

Art. 246. As licenças superiores a um anno só podem ser concedidas sem remuneração.

Art. 247. Ficará sem effeito a licença, se quem a tiver obtido não entrar no goso della no prazo de trinta dias, a contar do despacho; quando fór concedida pelo Presidente do Superior Tribunal, ou pelo procurador geral do Estado, ou dentro de quinze dias, quando concedida pelo juiz de direito.

Paraphrasso unico. A concessão da licença será communicada ao funcionario, p or telegramma:

Art. 248. A licença com ordenado só será concedida mediante attestado medico que prove molestia do funcionario, de sua mulher, de ascendente ou descendente.

Art. 249. Quando a licença fór concedida por qualquer outra causa, o funcionario não terá vencimentos.

Art. 250. Em caso de molestia comprovada, o funcionario que perceber dos cofres publicos somente gratificação, ficará com dois terços desta, enquanto durar a licença.

Art. 251. Não poderá obter licença o funcionario nomeado ou removido, que não tenha entrado no effectivo exercicio do cargo.

Art. 252. Aquelle que estiver no exercicio interino de cargo judicial não tem direito a licença.

Art. 253. Póde o funcionario renunciar em qualquer tempo a licença concedida, ou em cujo goso se achar, mas, reassumindo o exercicio do cargo, deve communicá-lo as autoridades competentes.

Art. 254. Nenhum funcionario poderá, salvo motivo extraordinario attendivel, obter nova licença, uma vez esgotado o prazo da anterior, antes de decorrido um anno, a contar da data em que findou a precedente, ou em que renunciou ao resto della.

Art. 255. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça e o procurador geral do Estado communicarão ao Chefe do Poder Executivo, e os juizes de direito ao secretario do Interior e Justiça, as licenças que concederem a funcionarios que perceberem vencimentos pelos cofres do Estado.

CAPÍTULO IV

Antiguidade do juiz de direito

Art. 256. O juiz de direito será matriculado na Secretaria do Superior Tribunal de Justiça em livro especial rubricado pelo Presidente.

Art. 257. A matricula se fará logo que o juiz de direito tenha prestado promessa legal e no livro serão anotadas as interrupções e suas causas, remoções, disponibilidade, avulsão, aposentadoria e quaisquer occurrencias que possam interessar á carreira e á antiguidade do juiz.

Art. 258. Anualmente, na primeira sessão de dezembro, o Presidente designará um dos desembargadores para fazer a revisão das antiguidades dos juizes de direito.

Art. 259. A revisão tem por fim:

I Incluir os juizes nomeados.

II Excluir os aposentados, os avulsos e os que houverem perdido o logar.

III Deduzir o tempo que se não deve contar para a antiguidade.

Art. 260. Por antiguidade de juiz, entende-se o tempo de effectivo exercicio no cargo deduzidas as interrupções.

§ 1. Contar-se-á como de effectivo exercicio:

I O tempo de suspensão, em virtude de pronuncia por crime de que tenha sido absolvido.

II O tempo marcado para assumir o exercicio, quando removido.

III O tempo de licença para tratamento de saúde, não excedente de tres mezes em cada anno, e o de que independentemente de licença, póde gosar em caso de molestia, o de férias, e o de convocação pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

IV O tempo em que tenha estado em disponibilidade, nas hypotheses previstas no art. 304, ns. I e III.

§ 2. Ao juiz avulso, que voltar ao exercicio da magistratura, contar-se-á o tempo de serviço anteriormente prestado na judicatura.

Art. 261. Apresentado o quadro ao Superior Tribunal de Justiça, na primeira sessão ordinaria do anno, depois de approved, se publicará no jornal official e será distribuido, entre todos os juizes.

Art. 262. O juiz que se considerar prejudicado poderá reclamar no prazo de trinta dias, contados da publicação do quadro.

Art. 263. A reclamação será julgada pelo Superior Tribunal de Justiça, mediante exposição verbal do desembargador que tiver organizado o quadro, ouvido o procurador geral.

§ 1. Sendo manifesta a improcedencia da reclamação, o Tribunal poderá rejeitá-la *in limine*.

§ 2. Em caso contrario, mandará ouvir os juizes que possam ficar prejudicados com a decisão, marcando-lhes para isso prazo razoavel.

Art. 264. Findo o prazo, com resposta dos juizes, ou não, e ouvido ainda o procurador geral, proceder-se-á ao julgamento.

Art. 265. Se o quadro soffrer alteração, será novamente publicado.

CAPÍTULO V

Substituição

Art. 266. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, será substituído nos impedimentos, ou nas faltas temporarias, pelo Vice-presidente, e este pelo desembargador mais antigo, preferindo-se o mais idoso, no caso de igual antiguidade.

Art. 267. Os desembargadores são substituídos:

a) quando relatores, mediante distribuição;

b) quando revisores, pelo desembargador immediato em antiguidade;

c) quando adjuntos, por novo sorteio;

d) quando escalados para as audiencias semanais, pelo immediato, na ordem descendente de antiguidade, sendo o mais moderno substituído pelo mais antigo.

Art. 268. São considerados juizes certos para o effeito de terem preferencia os respectivos substitutos, quando reassumam o exercicio, os relatores e revisores que tenham posto o *Visto* nos autos.

Art. 269. Os desembargadores serão substituídos:

I Pelo procurador geral do Estado, nos feitos em que lhe não competir officiar como representante do Ministério Publico.

II Pelo juiz de direito da 1ª Vara da Capital.

III Pelo juiz de direito da 2ª Vara da Capital.

IV Pelos juizes de direito das comarcas mais proximas da Capital, conforme a facilidade de communicação e observada a tabella organizada trienalmente pelo Presidente do Estado.

Art. 270. A substituição verificar-se-á:

I Quando não puder ser julgada feita por impedimento derivado de suspensão, ou de outro motivo legal.

II Quando o Superior Tribunal de Justiça não puder funcionar por falta de numero.

§ 1. No primeiro caso, o juiz continuará em exercicio.

se as circunstâncias locais o permitirem, e terá competência somente para o feito em que se der o impedimento.

§ 2. No segundo caso, assumirá a jurisdição plena o substituído.

Art. 271. O procurador geral do Estado, nos casos de ausência, ou impedimento determinado relativamente feito, será substituído por desembargador designado pelo Presidente do Tribunal.

Art. 272. O juiz de direito será substituído:

I Por seus suplentes,

II Pelo juiz districtal da sede da comarca e, na falta deste, pelo dos districtos mais próximos.

Art. 273. Os juizes de direito serão substituídos pelos das comarcas mais próximas, no que toca a despachos e sentenças, de que haja recurso para instância superior, na presidência do jury e no julgamento das suspeições, salvo quando algum de seus supplentes for bacharel ou doutor de direito.

Art. 274. O promotor publico será substituído pelo adjunto, e, na falta, por quem for nomeado interinamente ou *ad-hoc*.

Art. 275. O juiz districtal será substituído pelo seu Supplente e, na falta ou impedimento deste, por quem for nomeado interinamente ou *ad-hoc*.

Art. 276. O secretario do Superior Tribunal de Justiça será substituído:

I Pelo escrivão,

II Pelo primeiro official.

Art. 277. O escrivão do Superior Tribunal de Justiça, os tabeliães, os officiaes de registro, os escrivães das comarcas e dos districtos serão substituídos por ajudantes, e, na sua falta, serão designados successivamente os demais serventuários por ordem de antiguidade. Estando todos impedidos, será substituído quem for nomeado pelo Presidente do Superior Tribunal ou juiz de direito, conforme o caso.

Art. 278. De accordo com o Regulamento do Superior Tribunal de Justiça, far-se-á a substituição de seus empregados.

Art. 279. A substituição de distribuidor, avaliador, contador, depositario, interprete e official de justiça se fará, nos seus impedimentos, ou faltas, por quem o juiz declarar.

CAPITULO VI

Suspeição

Art. 280. O juiz deve dar-se de suspeito, e, se o não fizer, poderá, como tal, ser recusado por qualquer das partes, nos seguintes casos:

I Se for parente consanguineo ou affim em linhas ascendente, descendente, ou collateral, dentro do terceiro grau, de alguma das partes.

II Se elle, sua mulher, ascendentes, ou descendentes, de um ou de outro, tiverem pendente de decisão em juizo, causa em que se controverta identica questão de direito.

III Se elle, sua mulher, parentes ou affins no grau mencionado no n. 1 sustentarem demanda que tenha de ser julgada por alguma das partes.

IV Se for credor ou devedor, tutor, curador, donatario, ou patão de algum dos litigantes.

V Se for accionista, administrador, gerente ou membro de sociedade parte no pleito.

VI Se for directamente interessado na causa, ou tiver aconselhado algumas das partes sob o objecto della.

VII Se for amigo intimo, ou inimigo capital, de alguma das partes.

VIII Se tiver intervindo na causa como juiz de instancia inferior, representante do Ministerio Publico, advogado, arbitro, ou perito.

IX Se for ascendente, descendente, ou irmão do advogado, ou procurador criminal de alguma das partes.

§ unico. No Superior Tribunal de Justiça não é impedido de funcionar o juiz que, em primeira instancia, apenas houver praticado no juizo actos ordinatórios.

Art. 281. A suspeição por affinidade cessa pela dissolução do casamento que lhe deu causa, salvo sobrevida descendentes.

Mas, ainda dissolvido o casamento sem descendentes vivos, o sogro, o padrasto, ou o cunhado não poderão ser juizes nas causas em que for parte o genro, o enteado ou o cunhado.

Art. 282. Aos membros do Ministerio Publico, aos serventuários e empregados de justiça são extensivas as prescrições do art. 280, no que lhes for applicavel.

Art. 283. O advogado, ou o procurador criminal, não pode patrocinar causa que torne o juiz incompetivel, ainda mesmo no jury. A superveniencia, porém, do juiz suspeito exclue a este e não, ao advogado, ou procurador.

Art. 284. O juiz e demais funcionarios de justiça não se podem declarar suspeitos em consciencia: são obrigados, sob pena de nulidade do processo, a declarar, sob affirmacao, especificadamente, o motivo da suspeição, que não pode ser senão algum dos enumerados no artigo 280.

Art. 285. As suspeições podem ser arguidas nas causas de qualquer natureza.

Art. 286. A suspeição não cabe nem pode ser aceita, quando a parte injuria o juiz, ou lhe procura motivo, de proprio.

CAPITULO VII

Incompatibilidade

Art. 287. A incompatibilidade do exercicio de emprego procede das seguintes principios:

I Declaração expressa de lei.

II Repugnancia dos empregos entre si, por sua propria natureza.

III Impossibilidade de ser cada um dos empregos servidos satisfactoriamente em consequencia da accumulacao.

Art. 288. Se a incompatibilidade é dos cargos entre si, a acceptação de um importa a exclusão do outro; se, porém, é somente do exercicio simultaneo delles, cessa o de um, enquanto são desempenhadas as funções do outro.

Art. 289. Nenhum funcionario judiciario poderá exercer mais de um cargo remunerado, bem que prescindida da remuneração de um delles.

Art. 290. Não poderão ser juizes no mesmo feito, ou servir conjuntamente no mesmo Tribunal, os parentes consanguineos, ou affins na linha ascendente, ou collateral até o terceiro grau.

Paraphrasis unico. Nesse caso, a incompatibilidade se terá.

I Antes da posse, contra o ultimo nomeado, ou o mesmo idoso, sendo a nomeação da mesma data.

II Depois da posse, contra o que deu causa a incompatibilidade, ou, se imputavel a ambos, contra o mais moderno.

Art. 291. Na mesma comarca, não poderão servir conjuntamente, como juiz e promotor publico, os parentes a que se refere o artigo antecedente. Occorrendo esse caso, o promotor será removido para outra comarca.

Art. 292. Não poderão exercer officio, ou emprego de justiça, no Superior Tribunal de Justiça, nas comarcas, ou nos districtos, os seguintes parentes do juiz:

I Ascendentes.

II Descendentes.

III Irmãos.

IV Cunhados.

V Tios.

VI Primeiros sobrinhos.

VII Sogros.

VIII Genros.

IX Padrasto.

X Enteados.

Art. 293. Não será permitido aos parentes mencionados no artigo anterior exercer, na mesma comarca ou no Superior Tribunal de Justiça, officios ou empregos de justiça, quando entre as funções dos respectivos cargos exista relação de dependencia hierarchica.

Paraphrasis unico. A incompatibilidade resolver-se-á em prejuizo do ultimo nomeado.

Art. 294. São nulos os actos judiciais praticados pelo juiz e demais funcionarios de justiça, depois de se tornarem incompetivels.

Art. 295. O magistrado effectivo não pode exercer o commercio, nem tomar parte em empresas industriaes, como director, gerente, administrador, ou membro do conselho fiscal.

§ 1. Não se compreende nessa prohibição, a de fazer parte de associações de mutualidade, em beneficio proprio e de sua familia, ou seus herdeiros.

§ 2. Essa prohibição é extensiva aos orgãos do Ministerio Publico e aos serventuários de justiça.

Art. 296. É prohibido aos magistrados advogar, excepto os avulsos, ou em disponibilidade.

§ 1. A prohibição de advogar não compreende as proprias causas do juiz, nem as de seus ascendentes, descendentes, irmãos e affins no mesmo grau.

§ 2. Applicam-se aos serventuários e outros empregados de justiça as disposições do artigo e paraphrasis antecedentes.

§ 3. Aos serventuários, a seus auxiliares e aos empregados de justiça é prohibido praticar quaesquer actos forenses, que não sejam de sua competencia, taes como instruir as partes litigantes, escrever ou minutar petições ou extractos, sob pena de multa de 200\$000, e em caso de reincidencia, suspensão por sessenta dias, mediante representação de qualquer interessado.

Art. 297. Ao promotor, ainda que licenciado, é vedado o exercicio de advocacia, fora da comarca, e, dentro della, nas causas criminaes, nas de desquite, nulidade e annullação de casamento, de fallencia, naquellas em que são interessados orphãos, menores, ausentes, victimas de accidente no trabalho, interditos e em todas aquellas em que lhe compete officio.

Art. 298. Os magistrados effectivos e os em disponibilidade não poderão aceitar nem exercer commissão, emprego ou cargo publico, estranhos a magistratura sejam electivos ou não, sob pena de ficarem avulsos.

Art. 299. Os membros do Ministerio Publico, os serventuários e empregados de justiça são incompetivels para exercer quaesquer outras funções publicas, salvo:

I Os membros do Ministerio Publico, quanto a cargo gratuito da Instrução Publica.

II O juiz districtal e o adjunto do promotor publico, quanto a cargos de eleição popular.

III O official de registro de immoveis, quanto a officio de tabelião, escrivão do juizo de direito contador e depositario; e o official de registro de titulos e documentos, quanto a escrivão districtal da sede da comarca.

IV O distribuidor, quanto aos officios de contador e depositario, e todos entre si.

V O official de justiça estadual, quanto a igual emprego da justiça federal.

Art. 300. A acceptação do cargo incompetivel importa a renuncia do cargo judiciario anteriormente exercido.

CAPITULO VIII

Suspensão de funções. Disponibilidade

Art. 301. O magistrado é vitalicio e só perderá o cargo I Por demissão a pedido.

II Em virtude de sentença judicial que imponha perda do cargo, ou pena de prisão cellullar por mais de seis annos, nos termos do artigo 55, letra b do Código Penal.

Art. 302. O magistrado ficará suspenso de funções:

I Por effeito de sentença criminal que imponha pena de suspensão, ou se for pronunciado por crime commum, ou de responsabilidade.

II Quando for declarado avulso, ou em disponibilidade.

Art. 303. O magistrado será declarado avulso:

I Se aceitar ou exercer commissão, emprego ou cargo publico estranho a magistratura.

II Se, no prazo legal, não assumir o exercicio na comarca para onde foi removido.

III Se deixar o exercicio por mais de trinta dias, sem previa licença, ou se a exceder, por igual tempo, sem motivo de força maior, devidamente provado perante a autoridade que a concedeu.

§ 1. O processo de avulso de magistrado iniciará-se á mediação de representação do procurador geral do Estado.

§ 2. O magistrado será intimado, por officio registrado, ou quando ausente, por edital, com o prazo de quinze dias, para allegar o que entender a bem de seus direitos, dentro de dez dias após a intimação.

§ 3. No officio, ou no edital, será transcripta a representação do procurador geral.

§ 4. Em caso de ausencia do magistrado, dar-se-lhe-á curador.

§ 5. Juntas as allegações, ou sem ellas, o procurador geral terá vista, por cinco dias, e, dentro de igual prazo, o magistrado, seu mandatario judicial, ou curador, devendo o feito ser distribuído, revisto e julgado, consoante o estabelecido no Regulamento Interno.

Art. 304. O juiz de direito será declarado em disponibilidade, sem prejuizo de vencimentos:

I Quando lhe for suprimida a comarca.

II Em caso de incapacidade physica ou mental, comprovada, conforme o processo estabelecido no Regulamento do Superior Tribunal de Justiça.

III Quando não houver comarca vaga para a qual possa ser removido, por força de processo.

Art. 305. Ao juiz em disponibilidade, nos casos dos arts. I e III do artigo antecedente, contar-se-á antiguidade para todos os effeitos, enquanto lhe não for designada comarca:

Art. 306. Os supplentes de juiz de direito só perderão o logar:

I Por demissão a pedido.

II Por mudança de domicilio.

III Por sentença criminal passada em julgado.

IV Por acceptação de outro cargo publico.

Art. 307. O juiz districtal e seu supplente perderão o logar nos mesmos casos em que o perdem os supplentes do juiz de direito.

Art. 308. Ao juiz de direito compete a verificação dos casos mencionados nos arts. II e IV do artigo 306, a requerimento do promotor publico, ou de qualquer cidadão residente na comarca.

§ 1. O juiz de direito ouvirá o supplente, ou o juiz districtal, no prazo de dez dias, marcando por edital esse prazo no caso de ausencia, e, com resposta, ou sem ella, decidirá sem perda de tempo podendo proceder ás diligencias que julgar necessarias.

§ 2. Da decisão final haverá recurso, com effeito devolutivo, para o Superior Tribunal de Justiça.

Art. 309. No caso de inhabilitação physica ou mental, estabelecida em sentença de interdicção e nos de condemnação criminal irrevogavel, a perda do cargo se effectua *ipso-jure*, sem dependencia de mais intervenção judiciaria.

Art. 310. O orgão do Ministerio Publico ficará suspenso de funções:

I Se for condemnado á pena de suspensão de emprego.

II Se for pronunciado em crime commum, ou de responsabilidade.

Art. 311. O orgão do Ministerio Publico perderá o cargo:

I Por sentença que imponha pena de cargo.

II Por sentença que imponha pena de prisão cellullar por mais de seis annos.

III Por inhabilitação physica, ou mental.

IV Pela acceptação do cargo, emprego, ou officio incompetivel.

V Quando não reassumir o exercicio, finda a licença que lhe tiver sido concedida.

VI Quando não entrar em exercicio do logar permutado, no prazo legal.

VII Quando sem licença deixar o exercicio do cargo.

VIII Por demissão a pedido.

Art. 312. O serventuário e o empregado de justiça ficarão suspensos do cargo nos casos do artigo 310, e perderão-o nos casos do artigo 293, dos arts. I, II, IV, V, VI, VII e VIII do artigo antecedente.

Art. 313. Em caso de inhabilitação physica ou mental, se o serventuário, ou o empregado de justiça não for vitalicio, perderá o logar; se gosar daquela vantagem, terá direito a um successor, conforme o estabelecido no capitulo seguinte.

Art. 314. O serventuário, ou empregado de justiça poderá justificar-se do excesso de licença, da interrupção do exercicio e do excesso do prazo legal da remoção, dentro de quinze dias contados da expiração da licença, ou do prazo, ou do inicio da interrupção.

CAPITULO IX

Aposentadoria. Terça de serventuário. Lotação de officio de justiça.

Art. 315. Os magistrados e os funcionarios judiciaes remunerados pelos cofres publicos terão, em caso de invalidez, direito á aposentadoria:

I Com vencimentos proporcionaes, se tiverem mais de dez annos de serviço.

II Com todos os vencimentos, inclusive addicionaes que estiverem percebendo, si contarem 30 ou mais annos de exercicio.

§ 1. Nenhuma aposentadoria poderá ser concedida aos magistrados, de accordo com os vencimentos constantes da tabella annexa a este Código, senão depois de tres annos do vigor da mesma tabella.

§ 2. Em caso de aposentadoria, os magistrados em disponibilidade terão os mesmos vencimentos que actualmente percebem.

Art. 316. Para aposentadoria, só se contará o tempo de serviço publico remunerado pelos cofres do Estado, salvo o serviço militar obrigatorio.

Paraphrasis unico. Em nenhuma hypothese se contará tempo dobrado.

Art. 317. A ultima revisão, feita pelo Superior Tribunal de Justiça, é prova para verificação do tempo de serviço do magistrado para a aposentadoria.

Art. 318. A aposentadoria será concedida por acto do Chefe do Poder Executivo, mediante inspecção realizada em presença do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, por dois medicos, sendo, em caso de divergencia, nomeado outro para desempatar.

Art. 319. Da inspecção lavrar-se-á termo em livro proprio, assignado pelo Presidente do Tribunal, pelo examinado, ou alguém por elle, quando não puder fazê-lo, e pelos medicos, extraindo-se-lhe copia para ser remetida ao Chefe do Poder Executivo com os demais documentos que o funcionario haja apresentado.

Art. 320. O escrivão do Superior Tribunal de Justiça, os tabeliães, os escrivães dos Juizes de Direito e districtaes e os officiaes de registro, que no exercicio do officio se impossibilitarem para o serviço, terão successor, provando-se que a impossibilidade provém de idade avançada, cegueira, demencia, ou molestia incuravel.

Art. 321. A nomeação do successor será feita a requerimento do serventuário, ou, quando este não a promova, a requerimento do Ministerio Publico, ouvido o interessado, e, se demente, o curador que lhe for nomeado.

Art. 322. Para se verificar a invalidez, deverá o serventuário ser submettido a exame de uma Junta medica, na forma do art. 318.

Art. 323. O exame será presidido pelo juiz de direito, com assistencia do representante do Ministerio Publico, podendo este promover, perante a mesma autoridade, todas as diligencias que julgar necessarias.

Art. 324. Se o serventuário for escrivão do Superior Tribunal de Justiça, os exames e as diligencias serão requeridos e promovidos pelo procurador geral do Estado e feitos perante o Presidente.

Art. 325. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ou o juiz de direito, conforme o caso, decidirá afinal, ou declarando o serventuário habilitado para o officio, ou, se o julgar impossibilitado para exercê-lo, nomeando-lhe successor.

Art. 326. Na falta de ajudante o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ou o juiz de direito, fará a nomeação do successor.

Art. 327. O successor fica obrigado a pagar mensalmente ao serventuário a terça parte da renda do officio, segundo a ultima lotação, sob pena de ser demittido.

Paraphrasis unico. Cessará o pagamento da terça, se

CAPÍTULO I
Avaliação e sessões

Art. 328. Sendo exonerado, o servidor público, em exame prestado perante junta médica e aprovado pela autoridade competente, for havido como válido e convidado a reassumir o exercício do cargo, não o fizer no prazo de trinta dias.

Art. 329. Sendo exonerado, o servidor público, em exame prestado perante junta médica e aprovado pela autoridade competente, for havido como válido e convidado a reassumir o exercício do cargo, não o fizer no prazo de trinta dias.

Art. 330. O Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o juiz de direito e os promotores públicos, poderão proceder à lotação de empregos de justiça, pertencendo-lhes julgar o arbitramento e fixar, de acordo com o estabelecido nos artigos seguintes.

Parágrafo único. Na comarca da Capital, a lotação dos empregos, exceptuados os do crime, orphãos e anais anexas, cabe ao juiz da 1ª Vara.

Art. 331. O procurador geral do Estado, ou o promotor público, conforme a hypothese, solicitará por escrito, do próprio servidor público, ou de seu curador, do distribuidor e do contador, informações sobre os vencimentos de um anno, certidões de cartórios e até inspecção dos livros e requererá ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ou ao juiz de direito, que se proceda à lotação, nomeando-se dois arbitradores.

Art. 332. A avaliação designará o rendimento que em um anno poderá produzir o officio ou emprego.

Art. 333. Em caso de divergencia, incumbirá a autoridade julgadora decidir por qualquer valor com preceito entre os limites divergentes.

Art. 334. Feito o arbitramento, terão vista dos autos dentro de dez dias os interessados, e, por igual termo, o representante da Fazenda, todos os quaes poderão juntar novos documentos e provas.

Art. 335. Terminado esse prazo, subirá o processo à conclusão do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, ou do juiz de direito, para julgamento e fixação da lotação.

Art. 336. Os autos, extrahidos as notas necessárias, que devem ficar archivadas, serão remetidos ao Thesouro, para que se façam ali os assentamentos da lotação.

Art. 337. A lotação vigorará pelo espaço de cinco annos, procedendo-se sempre a cada anno a nomeação, houver razões para augmento, ou diminuição da renda annual.

Art. 338. Fallecendo o servidor público de justiça, ainda que haja successor ou substituto, será o officio posto em concurso immediatamente.

CAPÍTULO X

Vencimentos e Ajuda de custo

Art. 339. São fixados em tabella annexa a este decreto os vencimentos dos magistrados e dos membros do Ministério Público e, em assim, dos funcionarios e empregados judiciais remunerados pelos cofres publicos, sendo, para os devidos effeitos, dois terços considerados ordenado e um terço gratificação.

Art. 340. Os vencimentos serão abonados a contar do dia do exercício.

Art. 341. A gratificação depende do effectivo exercício do cargo.

§ único. Essa disposição não comprehende o magistrado, em disponibilidade, em férias e nos casos do artigo 349, bem como o promotor nos casos do artigo 350.

Art. 342. Nas substituições, os substitutos perceberão a gratificação do substituído, mesmo quando este não a perder.

Art. 343. Para receber vencimentos, deverá o funcionario apresentar attestado de frequência.

§ único. E exceptuado desta disposição o Presidente do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 344. Os attestados consistirão na declaração de ter o funcionario estado em effectivo exercício do cargo.

§ 1. O desembargador recebe: vencimentos, mediante attestado do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, em folha organizada na Secretaria do Tribunal.

§ 2. O juiz de direito apresentará, como attestado, a affirmação do proprio punho, sob a fé de seu cargo, de ter estado em pleno exercício.

Art. 345. Não se exige attestado de frequência nos seguintes casos:

I Molestia provada por attestado medico.

II Ausencia em objecto de serviço publico de accordo com o disposto nos artigos 349 e 350.

III Licença concedida por autoridade competente, ou interrupção de serviço, por suspensão administrativa.

IV Disponibilidade.

Art. 346. O juiz districtal, os empregados do Superior Tribunal de Justiça, os funcionarios de justiça e demais funcionarios judiciais perceberão, pelos actos que praticarem em razão do cargo, ou officio, as custas e percentagens taxadas no Regimento de Custas.

Parágrafo unico. Os emolumentos e custas, que deveriam ser contados aos desembargadores e juizes de direito na forma do Regimento, serão arrecadados pelo secretario do Tribunal e pelos escrivães e recolhidos à repartição fiscal competente, como renda do Estado.

Art. 347. Quando o juiz de direito for nomeado desembargador, perceberá a ajuda de custo de um conto de réis.

§ 1. Os emolumentos e custas, que deveriam ser contados aos desembargadores e juizes de direito na forma do Regimento, serão arrecadados pelo secretario do Tribunal e pelos escrivães e recolhidos, por meio de guia, à repartição fiscal competente, como renda do Estado.

§ 2. Das custas arrecadadas, receberão, mensalmente, os juizes de direito vinte por cento e os promotores publicos cinco por cento.

Art. 348. Tem também direito à ajuda de custo, de quinhentos mil réis o juiz de direito, e de trezentos mil réis o promotor publico, nos casos de nomeação e remoção.

Art. 349. O juiz de direito, quando se transportar para outra comarca, além de presidir ao Jury, ou quando for convocado para servir no Superior Tribunal terá direito às despesas de transporte e à diaria de vinte e cinco mil réis.

Art. 350. O promotor publico receberá diaria de vinte e cinco mil réis e terá direito à condução, quando, em objecto de serviço publico, for chamado pelo procurador geral do Estado.

Título V

Ordem Judicial

Art. 351. Immediatamente depois de cada sessão, dará audiência, por escala semanal, um dos desembargadores com exclusão do Pre sidente e do que exercer o cargo de procurador geral.

Art. 352. O juiz de direito e o districtal dentro de cada semana, uma audiência ordinaria e as extraordinarias precisas no prompto andamento dos negocios a seu cargo.

Art. 353. As audiencias e sessões se realizarão em horas e dias determinados, inalteráveis durante o anno, e quando for feriado, o flectur-se-ão no dia anterior.

Art. 354. As audiencias e sessões serão publicas, salvo: I Nos casos em que a lei, ou o Regimento do Superior Tribunal de Justiça, determinar o contrario.

II Quando o exigirem o decoro, ou o interesse publico.

Art. 355. Se não secretas as audiencias e sessões relativas a menores de 18 annos, quer em primeira, quer em segunda instancia.

Art. 356. Nas sessões secretas só permanecerão no recinto os desembargadores, o procurador geral e o secretario.

Parágrafo unico. Em se tratando, porem, de assumpto administrativo, ou de ordem interna, as funções de secretario são exercidas por um dos desembargadores designado pelo Presidente.

Art. 357. Quando a audiencia, ou a sessão, for secreta, por motivo de ordem moral, podem permanecer no recinto as partes e seus advogados.

Art. 358. Nas sessões publicas, o Presidente do Tribunal, ou o juiz, mandará retirar os menores de 18 annos.

Art. 359. As audiencias serão abertas e encerradas por toque de campainha e pregão do official de justiça e durarão trinta minutos, pelo menos, embora não compareça quem requere.

Art. 360. No recinto em que se realizarem as sessões do Tribunal ou as audiencias dos juizes, terão assento, independentemente de licença, em lugares reservados, além dos desembargadores ou juizes, os membros do Ministério Público, advogados, solicitadores, serventuários de justiça, as partes e outras pessoas judicialmente convocadas, ficando o porteiro e os officios do juizo de pé para attenderem às exigencias do serviço.

Art. 361. Os membros do Ministério Público e os advogados requererão sentados, de seus lugares, e poderão retirar-se sem pedir licença.

Art. 362. Cada escrivão terá um livro, para nelle consignar tudo o que occorrer nas audiencias a respeito dos processos em que funcionar, sendo os termos assignados pelo juiz, o escrivão e os requerentes.

Art. 363. Dos termos de audiencia, que serão lidos em voz alta pelos escrivães, extrair-se-ão copias para serem juntadas aos autos.

Art. 364. O juiz manterá a ordem e o respeito nas audiencias, fazendo retirar quem lhe perturbe os trabalhos, prendendo os desobedientes, remetendo-os, depois de autuados, à autoridade competente, e requisitando, se for necessario, a força publica, para manutenção da ordem.

Art. 365. O litigante retardatario será admittido a praticar o acto para que foi chamado, se ainda a audiencia estiver aberta e presente a parte contraria.

Art. 366. Os advogados que assistirem às sessões tomarão assento em lugares reservados, dentro dos cancellos do Tribunal de Justiça e fallarão da tribuna.

Art. 367. Podem as partes, com autorização do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, mandar stenographar os julgamentos.

Art. 368. O desembargador, o juiz de direito e o membro do Ministério Público, nas audiencias e sessões, usarão veste talar.

Parágrafo unico. O secretario do Superior Tribunal de Justiça e os escrivães usarão capa.

Art. 369. As audiencias e sessões do Superior Tribunal de Justiça serão reguladas por seu Regimento Interno, observando-se as disposições deste capitulo, no que lhes for applicavel.

CAPÍTULO II

Art. 370. Em caso de excepcional urgencia, os processos preventivos e os assecutorios poderão ser intentados antes da distribuição, devendo, porem, esta ser feita, dentro de quarenta e oito horas da diligencia, sob pena de multa de cinquenta a duzentos mil réis, imposta pelo juiz ao requerente, se dentro deste prazo não promover a pratica desse acto judicial.

Art. 371. Os processos de desquite por mutuo consentimento serão distribuídos, dentro do mesmo prazo, sob a mesma multa, e depois de ratificado o termo.

Art. 372. Independentemente de distribuição, inclusive inventarios, as causas que forem dependentes de outra já distribuída, fazendo-se, neste caso, simples averbação de distribuição.

Art. 373. A falta, ou erro na distribuição, sendo competente o tabellião, ou o escrivão, não annulla o acto, ou feito, mas sujeita os responsáveis a pena disciplinar, ou a processo de responsabilidade.

Art. 374. O distribuidor escreverá, em bilhetes, a distribuição entre os tabellhões, archivando os que estes lhe enviarem assignados por elles, ou por seus ajudantes; e entre os escrivães, nos requerimentos que lhes devem ser presentes salvo o disposto no art. 370.

Art. 375. Entre os tabellhões, para effeito de distribuição classificar-se-ão os actos do seguinte modo:

I Escripturas.

II Registros.

Art. 376. Entre os escrivães e para o mesmo effeito, classificar-se-ão os processos em:

I Processos preparatorios, assecutorios, preventivos e incidentes.

II Acções ordinarias.

III Acções summarias e espedieas.

IV Inventarios.

V Fallencias.

VI Processos criminaes.

VII Outros feitos.

Art. 377. Nenhum requerimento será distribuído sem estar devidamente sellado, salvo os apresentados pelo Ministério Público, ou pelo representante da Fazenda estadual, ou municipal.

Art. 378. No Superior Tribunal de Justiça, a distribuição far-se-á de accordo com o respectivo Regimento.

CAPÍTULO III

Férias

Art. 379. As férias forenses correm de 21 de dezembro a 6 de janeiro.

Parágrafo unico. Além dellas, são feriados, no Superior Tribunal de Justiça, os dias que decorrem de 6 de janeiro ao ultimo de fevereiro, e, no foro em geral, os domingos, os dias de festa nacional, ou estadual, os que taes rem declarados por lei e os comprehendidos entre o domingo de Ramos e o da Ressurreição.

Art. 380. Sob pena de nulidade, não podem ser praticados actos judiciais em dias feriados, bem assim em feriados, excepto o domingo, e durante ferias, e não se suspendem pela superveniencia dellas:

I Os actos de jurisdicção voluntaria.

II Os actos necessarios à conservação de direitos, que ficariam prejudicados pela demora, taes como deposito penhoras, apprehensões, arrecadações, protestos, arrestos, sequestros.

III Os processos preventivos, incidentes e assecutorios dos executivos, e os de execução de sentença até pella hora, inclusive.

IV As causas possessórias, de deposito, penhor, fallencia, concordata preventiva e despejo.

V As causas de alimentos provisionaes, desquite, nulidade ou annullação de casamento, accidentes no trabalho, soldadas, inventarios e partilhas, doação, remoção de tutores, ou curadores, e suspensão de patria poder.

VI As acções prescriptivas até tres menses.

VII Os habeas-corpus e, em primeira instancia, os processos, recursos e julgamentos criminaes.

Art. 382. Os juizes de primeira instancia têm direito, annualmente, a trinta dias de ferias, que poderão gozar onde lhes convier e sem prejuizo dos vencimentos.

Art. 383. As ferias serão concedidas, mediante requerimento, aos juizes de direito, pelo Presidente do Superior Tribunal de Justiça, aos promotores publicos, serventuários e empregados de justiça, pela autoridade competente para dar licença.

Art. 384. Durante as ferias, só mediante licença do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, poderão os desembargadores ausentar-se da capital do Estado para lugar donde lhes não seja possível regressar em 48 horas.

Parágrafo unico. Essa licença não será concedida a mais de tres desembargadores ao mesmo tempo, nem quando resulte ficar o Tribunal impossibilitado de reunir-se, por falta de numero, além do prazo a que se refere este artigo.

Art. 385. Achando-se em ferias o juiz de uma comarca, não poderá entrar em ferias o da comarca mais proxima.

Art. 386. O juiz de direito, ou o promotor publico, não poderá entrar em ferias, desde trinta dias antes do designado para o Jury, e enquanto durarem as sessões.

Art. 387. Ao magistrado não é lícito gozar das ferias com interrupção.

Art. 388. O promotor, os funcionarios do superior Tribunal de Justiça, os serventuários e empregados judiciais têm direito, cada anno, a quinze dias de ferias.

CAPÍTULO IV

Conflicto

Art. 389. O conflicto pode ser de attribuição, ou de jurisdicção: o primeiro, entre autoridade administrativa e judicial; o segundo, entre autoridades judiciais.

Art. 390. Dá-se conflicto: I Quando as autoridades se considerem igualmente competentes, ou incompetentes.

II Quando surge controversia entre ellas acerca da unidade de juizo, junção, ou disjunção de processos, causas connexas, ou continentes.

Art. 391. O conflicto pôde ser suscitado: I Pela parte interessada.

II Pelo Ministério Público.

III Por juiz, ou autoridade administrativa.

Art. 392. Levantado o conflicto, o suscitante deverá instruir o pedido com os documentos probantes de sua intenção.

Parágrafo unico. Se for suscitante o juiz, mandará, por despacho, que se extraham dos autos os documentos indispensaveis à prova do conflicto.

Art. 393. Distribuído o feito, o relator immediatamente requisitará das autoridades em conflicto, remetendo-lhes copia da petição, ou representação, e libas prohibidas, quando positivo, a pratica de acto, sobre objecto delle.

Art. 394. As autoridades em conflicto prestarão informações dentro do prazo razoavel marcado pelo relator.

Art. 395. O Superior Tribunal de Justiça, ou o relator, poderá, se o julgar conveniente, determinar sejam os autos geradores do conflicto apresentados à sessão do julgamento.

Art. 396. Em caso de duvida sobre a competência das autoridades, observar-se-ão as regras da prevenção de jurisdicção.

Art. 397. Ouvido o procurador geral do Estado, proceder-se-á como nos agravos.

Art. 398. De accordo, além de ser executado, o Presidente mandará enviar copias às autoridades em conflicto.

Art. 399. Da decisão final do conflicto, não haverá recurso.

CAPÍTULO V

Disciplina Judicial

Art. 400. Constituem falta grave dar-se frequente, repetida e espontaneamente por supellido o juiz, bem como exceder os prazos legais para dar sentença, ou despacho, sem que nelles declare os motivos da demora.

Art. 401. Occorrendo motivo justificado, tem direito o juiz unicamente à prorrogação do prazo até a metade.

Art. 402. Os prazos para o desembargador relator, ou rever os autos, e para o procurador geral emitir parecer, acham-se estabelecidos neste codigo, e no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 403. Os juizes de primeira instancia são obrigados a decidir e a devolver os autos do cartorio, dentro dos prazos seguintes:

I Trinta dias para as sentenças finais nas causas ordinarias.

II Quinze dias nas causas summarias, ou de rito espedieal.

III Cinco dias para as sentenças interlocutorias e nas causas summarissimas.

Art. 404. Nos requerimentos de medidas de natureza inadivél, ou que ficariam prejudicadas pela demora, os despachos serão proferidos immediatamente.

Art. 405. Salvo os casos do artigo anterior, os despachos

chos serão dados dentro de vinte e quatro horas, quando o juiz entender que o assumpto exige maior ponderação.

Art. 4.º O prazo contar-se-á, receba, ou não, o magistrado os autos, da data da carga ou, na falta desta, do termo que o escrivão lavrará nos autos, dentro de quarenta e oito horas depois de preparados.

Art. 407 O juiz retardatário fica incurso no máximo da multa estabelecida neste capítulo, e, na reincidência, em suspensão por trinta dias, e perde o direito de entrar em lista por merecimento, durante um anno, a contar da data de cada retardamento.

Art. 408 Os interessados poderão comunicar ao Superior Tribunal de Justiça o retardamento, instruindo-o com prova.

Art. 409 Incorre nas penas do art. 407, o juiz que não punir as faltas disciplinares de seus subordinados, ou não providenciar, para que lhes seja imposta punição disciplinar, ou penal.

Art. 410 Juiz, promotor publico, serventuários e empregados de justiça estão sujeitos ás seguintes penas disciplinares:

I Advertencia.

II Censura.

III Multa.

IV Suspensão.

V Prisão, somente applicavel aos officiaes de justiça.

Art. 411 As penas disciplinares serão impostas:

I A juiz de direito pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo seu Presidente.

II A juiz districtal pelo Superior Tribunal de Justiça e juiz de direito.

III A promotor publico por estes e pelo promotor geral.

IV A serventuário, ou empregado de justiça pelo Superior Tribunal de Justiça, por seu presidente e pelo juiz.

Art. 412 Têm competencia para impor penas:

I De multa:

a) até trezentos mil réis, o Superior Tribunal de Justiça;

b) até cem mil réis, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o promotor geral do Estado, e o juiz de direito;

c) até cinquenta mil réis, o juiz districtal.

II De suspensão:

a) O Superior Tribunal de Justiça, até tres meses; e, até dois, a serventuários e empregados de justiça, o Presidente do Tribunal e o juiz de direito;

b) o promotor geral do Estado, até um mês, a promotor publico;

c) o juiz districtal, até um mês, a serventuário, ou empregado districtal.

III De prisão:

a) o Superior Tribunal de Justiça e seu Presidente, até dez dias;

b) o juiz de direito e o juiz districtal, até cinco.

Art. 413 A advertencia a juiz e a membro do Ministério Publico cabe nos casos de faltas leves no cumprimento dos deveres.

Art. 414 A censura applica-se na reincidência de faltas leves, e naquellas que não sendo crimes revelarem notavel falta de circumspecção.

Art. 415 Cabe a multa, quando o funcionario fór habitualmente negligente no desempenho das funções e quando se recusar a pratica dos deveres do officio, não sendo levado por comprovada malicia, ou dolo.

Art. 416 Nas faltas graves, o juiz e o promotor são sujeitos a pena de suspensão.

Art. 417 A advertencia a funcionario e serventuário de justiça cabe no caso de faltas leves.

Art. 418 A censura a esses funcionarios applica-se no caso de reiteração de faltas leves, ficando ao prudente criterio da autoridade competente, impor, ou não, no caso de reincidência, a pena de multa.

§ unico A pena de multa ser-lhe-á applicada egualmente, nos casos do artigo 296 § 3.

Art. 419 Incorre na pena de suspensão o serventuário, ou empregado de justiça, nos seguintes cas.s:

I Culpa grave.

II Maliciosa infracção ao Regimento de Custas.

III Deixando de escripturar, em forma legal, os livros exigidos por lei.

IV Conservando autos em cartorio por mais de quarenta e oito horas depois de preparados.

V Deixando de guardar sigillo sobre os processos que correm em segredo de justiça, ou decisões que, em tal caracter, forem dadas.

VI Entregando autos de cartorio, a juiz, promotor, ou advogado, sem a divida carga.

VII Desrespeitando ordens, ou determinações, que expressamente lhe foram dadas, ou, quando tendo sido julgadas, improcedentes, as dividas que haja opposto, por dever de officio, insistir em embargar o seu cumprimento.

VIII De estar sendo processado, em crime de acção publica, desde que a denuncia haja sido recebida, salvo quando, em caso de offensas physicas, o motivo dellas não lhe affectar a dignidade e o decoro.

IX Reincidencia em infracção do artigo 296 § 3.

Art. 420 Nos casos não especificados, a autoridade competente imporrá a pena disciplinar, levando em consideração a gravidade da falta e a contumacia do transgressor.

Art. 421 A autoridade que impuzer multa, tornada irrevogavel, fará as dividas communicações, afim de ser descontada no primeiro pagamento dos vencimentos do multado.

Art. 422 As multas impostas a funcionarios, ou pessoas que não recebem vencimentos dos cofres publicos, se não forem pagas dentro de cinco dias, serão cobradas executivamente.

Art. 423 Quando o jurado multado não tiver interposto recurso nos termos do art. 182, o juiz de direito remetterá a certidão de multa ao representante da Fazenda, afim de ser feita a cobrança executiva.

Art. 424 Não ha recurso das penas de advertencia, censura e prisão impostas a officiaes de justiça.

Art. 425 As penas de multa e suspensão serão impostas por portaria, da autoridade competente.

Art. 426 Sendo intimado, ou scienciado da imposição de pena disciplinar, o funcionario tem direito a, dentro do prazo de cinco dias, reclamar da autoridade que a houver imposta, afim de que seja reformada a deciso.

Art. 427 Dos despachos da autoridade cabe recurso, com effeito suspensivo, dentro do prazo de cinco dias, contado da data em que o interessado foi notificado.

I Para o Superior Tribunal de Justiça, se fór do seu Presidente, ou do promotor geral do Estado.

II Para o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, se fór do juiz de direito.

III Para o juiz de direito, se fór do juiz districtal.

Art. 428 A respeito de pena disciplinar, imposta em accordo, observa-se o que está estabelecido no Regimento do Superior Tribunal de Justiça.

Art. 429 Revogam-se as disposições em contrario, do Regulamento de 1911, e do Regulamento de 1912.

PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL

Manoel Pedro Silveira

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 1. Fica creada a comarca do Bom Retiro, com os limites estabelecidos para o Municipio pelas leis ns. 1.408 de 4 de outubro de 1922 e 1.885 de 24 de setembro de 1930.

§ 1. A sede da comarca será a actual povoação de Bom Retiro.

§ 2. Ficam creadas na nova comarca dois officios de Justiça: o primeiro que compreenderá o tabellionato de notas e o registro de immoveis e o segundo, as escripturas do crime, civil e commercio, feitos na Fazenda, proventoria e residuos, orphãos e auctes.

§ 3. Estes officios serão providos de accordo com a lei vigente.

§ 4. Os processos judiciaes e inventarios em andamento e que dizem respeito a pessoas residentes ou fallecidas na nova comarca continuam a correr pela comarca de Lages.

§ 5. O Interventor Federal designará dia para a installação da comarca.

Art. 2. Ficam suppressas as comarcas de Palhoça e Biguaçu, cujos territorios, para effeito da administração da justiça, pertencerão á jurisdicção do Juizo de Direito da comarca de São José.

§ 1. Os actuaes serventuários continuarão a exercer suas funções nas causas e nos actos concernentes ás comarcas, ora suppressas, salvo nos processos criminaes, em que servirá o escrivão do crime da comarca de São José.

§ 2. As escripturas da comarca de São José e das extinctas comarcas de Palhoça e Biguaçu ficarão, respectivamente, denominadas 1.ª, 2.ª e 3.ª.

§ 3. Os tabellionatos e officios do registro de immoveis denominar-se-ão 1.º, 2.º e 3.º, sendo o 1.º—São José, o 2.º—Palhoça e o 3.º—Biguaçu.

§ 4. Enquanto os actuaes tabelliaes de Palhoça e Biguaçu estiverem no exercicio de seus cargos, não poderão exercer funções de tabelliaes os escriptores das sedes daquellas comarcas, ora suppressas.

§ 5. Um dos juizes das comarcas suppressas terá exercicio na comarca de São José, cabendo ao outro juiz de direito uma das comarcas do Estado, por designação do Interventor Federal.

Art. 3. Quando o juiz de direito for nomeado (Procurador Geral do Estado ou sub-procurador, a comarca em que tem exercicio não se preencherá, enquanto durar a commissão.

Art. 4. Nos processos criminaes que, até a presente data, eram da competencia do Tribunal Correccional, observar-se-á o disposto nos artigos 2.816 a 2.828 do Código Judiciário.

Art. 5. O valor da acção summarissima (Art. 827 e seguintes do Código Judiciário) passará a ser até um conto de réis e da acção summaria, de mais de um conto de réis até cinco contos de réis, excepto, uma e outra, as que tiverem processo especial.

Art. 6. Este Decreto entrará em vigor de accordo com a lei n. 897 de 29 de agosto de 1911, a contar do dia 1.º de Outubro do corrente anno.

Palacio do Governo em Florianópolis. 19 de Setembro de 1931.

PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL

Manoel Pedro Silveira

Tabella de vencimentos

C A R G O S	Ordemado	Gratificação	Total
Desembargador	1:733\$333	866\$667	2:600\$000
Procurador Geral do Estado	1:733\$333	866\$667	2:600\$000
Juiz de Direito da Comarca de Chapeco	1:333\$333	666\$667	2:000\$000
Juiz de Direito da Comarca de Coritibanos	1:266\$666	633\$337	1:900\$000
Juizes de Direito das Comarcas da Capital, Blumenau, Joinville e Lages	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Juiz de Direito da Comarca de Araraquá	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
Juizes de Direito das Comarcas de Campos Novos, Canoinhas, Cruzeiro, Itajaí, Laguna, Mafra, Porto União, Tijucas, Tubarão, São José e Bom Retiro	933\$333	466\$667	1:400\$000
Juizes de Direito das Comarcas de Brusque, Rio do Sul, São Bento, São Francisco, São Joaquim e Urussanga	800\$000	400\$000	1:200\$000
Promotor Publico da Comarca da Capital	466\$666	233\$334	700\$000
Promotor Publico da Comarca de Chapeco	500\$000	250\$000	750\$000
Promotor Publico da Comarca de Coritibanos	466\$666	233\$334	700\$000
Promotor Publico da Comarca de Araraquá	433\$332	216\$668	650\$000
Promotor Publico das demais Comarcas, quando formado em direito	400\$000	200\$000	600\$000
Promotor Publico leigo	333\$333	166\$667	500\$000

Observação:

Na tabella supra não estão comprehendidos os vencimentos dos desembargadores e juizes de direito em disponibilidade.

Palacio do Governo em Florianópolis, 19 de Setembro de 1931.

PTOLOMEU DE ASSIS BRASIL

Manoel Pedro da Silveira

ERRATA

Art. 39. Onde se lê «Em cada distrieto haverá um supplente de juiz districtal» leia-se «um juiz districtal».

Art. 71, § 5.ª Leia-se «Do edital, o escriptão juntará uma copia a cada processo que tiver de ser submettido a julgamento».

Art. 88. Onde se lê art. 88 §§ 2, 3, 4, 5 leia-se «art. 37 §§ 2, 3, 4, 5.»

Vida Social

Fazem annos hoje:

Senhorita Carmen Tavares

Faz annos hoje a gentil e graciosa senhorita Carmen Tavares, filha do sr. desembargador Tavares Sobrinho e figura de destaque da nossa sociedade.

Sra. José Candido da Silva

Faz annos hoje a exma. sra. d. Rachel Tolentino da Silva, esposa do sr. José Candido da Silva, agente fiscal do imposto do consumo em Blumenau.

Sra. Fernando Avila

Passa amanhã o aniversário natalicio da exma. sra. d. Zulma Linhares Avila, esposa do sr. Fernando Avila, telegraphista do Telegrapho Nacional.

O sr. engenheiro Frederico Selva, lente do Instituto Polytechnico;

a senhorinha Clarice Pavan, filha do sr. Donycio Pavan;

o sr. Laurindo Telles;

a menina Eugeny Liginda, filha do sr. Reynaldo Günfledt;

Fazem ann: s amanhã

a menina Liege, filha do sr. Vasco Gondin, representante commercial;

a senhorinha Honori-na Camara da Silva;

o sr. desembargador Gil Costa.

Enferma

Está enferma, recolhida a um quarto particular do Hospital de Caridade, onde soffreu melindrosa operação, a exma. sra. Natalina Horn de Carvalho, esposa do sr. Horacio de Carvalho.

Viajantes

Pelo Commandante Capella, chegaram a esta Capital, procedentes de:

Porto Alegre: Gustavo Dietrich, Arthur Dietrich, Hermann Lex, Henrique Schuster Sobrinho.

Pelotas: Max Keller, Joaquim Braz.

Rio Grande: Antonio Sabatini e José Cardoso.

Pelo mesmo vapor, seguiram para:

EDITAL

O Doutor Joaquim Luiz Guedes Pinto, Juiz de Direito da Comarca de Tubarão, Estado de Santa Catharina, na forma da Lei, etc.

FAZ saber aos que o presente edital virem ou delle noticia tiverem que tendo procedido a arrecadação dos bens deixados pelo Reverendo Padre Guilherme Farinha da Silva, vigário de Orleans, dest. Comarca, falecido no hospital da cidade de Laguna, o dia trinta e um de julho proximo findo, sem deixar herdeiro successivel, nem testamento, pelo presente edital, com o prazo de noventa dias, chamam-se e citam-se os herdeiros do referido finado, a virem habilitar-se, na forma da lei.

Dado e passado nesta cidade de Tubarão, aos vinte dias do mez de Agosto de mil novecentos e trinta e um. + + +

Manoel Cabral

O Escrivão Interino

Rio de Janeiro: Dr. Sestino Mauro e familia, Mautre Freitas Costa, Nagib Messad e senhora e Manoel Vieira de Mello e familia

Paranaguá: -- Reynold Biron, Leandro Abreu, Gabriel Silva e José Ferreira da Costa.

Para o Rio de Janeiro, em viagem de negocios, se guiou ontem acompanhado de sua exma. familia o sr. Manoel Vieira de Mello, socio da Casa Oscar Lima.

Dr. Sabiniano Maia

Pelo Commandante Capella, seguiu ontem para o Rio, o sr. dr. Sabiniano Maia, promotor publico de Urussanga.

Procedentes de Tres Barras (Canoinhas) chegaram a esta capital, os srs. Telemaco Cordeiro, agente fiscal naquella localidade e José Pacheco, commerciante ali estabelecido.

Dr. Amadeu Mammalella

Para Curitiba, seguiu ontem, pelo Commandante Capella, o Onorevole Dr. Amadeu Mammalella, consul geral da Italia dos Estados do Paraná e Santa Catharina.

BALANCETES

Balancete de Receita e Despesa da Prefeitura Municipal de Biguaçu, correspondente ao mez de Agosto de 1931

RECEITA

1	Saldo vindo do mez de Julho	401\$583
2	Imposto de cont. de negócios e indústrias	3:585\$500
3	Aferição de pesos e medidas	614\$506
4	Decimas prediais urbanas	1:088\$800
5	Metragem de terrenos urbanos	1:037\$800
6	Dito sobre Alambiques	40\$000
7	Dito sobre Veículos	681\$000
8	Dito sobre Vição	376\$500
9	Dito por vendas de bebidas e fumo	696\$000
10	Dito sobre Engenheiros	151\$500
11	Taxa escolar	2:181\$573
12	Cobrança da dívida activa	24\$000
13	Taxa de expediente	24\$000
14	Taxa de quitação	5\$000
15	Vendas de chapas para Veículos	—\$—
16	Taxa de transferência	25\$000
17	Licenças diversas	8\$000
18	Resas abafadas	—\$—
19	Contracções e reconstrucções	—\$—
20	Rendas do Cemitério	39\$000
21	Ditas não especificadas	—\$—
22	Multas por infracção de posturas	15\$000
	Dita por mora de pagamentos	242\$200
	SOMMA TOTAL	11:013\$773

DESPEZA

1	Subsidio e representação do Prefeito Provisorio, Sr. Alfredo Alvares da Silva, mez de Agosto de 1931	250\$000
2	Vencimentos do Secretario Hermogenes Prazeres	200\$000
	Ditos do Porteiro Sr. Antonio Fernandes Martins	50\$000
3	Ditos do fiscal e lançador João Evangelista do Amal	50\$000
	Ditos do 2º fiscal Sr. Carlos Alberto da Luz	130\$000
	Ditos do 3º fiscal Sr. Bernardino Rosa Pires	120\$000
	Gratificação ao Intendente de Gaseolas, Sr. Hippolyto José de Azevedo, mez de Julho e Agosto	120\$000
	Vencimentos do Carcereiro Sr. Antonio Fernandes Martins	50\$000
	Ditos do Zelador do Cemitério, Sr. Francisco Manoel Martins	72\$000
		50\$000
	SOMMA TOTAL	542\$000
5	Pago ao Sr. Alexandre Sergio Godinho, alugueis de predio escolar, relativo aos mezes de Março e Julho do corrente anno	50\$000
	Idem, ao Sr. Leocadio José dos Santos, alugueis de predio escolar, mezes de Abril e Julho	32\$000
	Gratificação a professora Municipal D. Thomeza de Medeiros Pereira, mezes de Junho e Agosto	90\$000
	Subvenção a Escola Complementar, mez de Agosto de 1931	300\$000
		472\$000
6	Pago ao Sr. João dos Mery Rachid, importancia de objectos fornecidos para sepultamentos de diversos indigentes	162\$100
	Idem, ao Sr. Dedacão José dos Santos, alugueis de predio escolar, mezes de Abril e Julho	24\$850
	Idem, ao Sr. Geraldino Alto de Azevedo, idem, idem	12\$900
		199\$850
7	Pago ao Sr. Geraldino Alto de Azevedo, de objectos de expediente fornecidos a Prefeitura	9\$200
13	Pago ao Liborio Guedert, importancia dos melhoramentos da estrada publica de Rachadel, da ponte sobre o Rio Biguaçu, até a Igreja	252\$300
	Idem, a Pedro José Hoffmann, melhoramentos da estrada do Alto Biguaçu e construcção de um boeiro na mesma estrada	223\$000
	Idem, Alfredo, Silva & Cia., importancia de despesa feita com, pasto e ração de um animal cavallar, relativo aos mezes de Junho e Agosto	201\$000
	Idem ao Sr. Angelo Galliani, despezas feitas com o alinhamento do terreno do cemitério publico e construcção de uma ponte na estrada que segue para São Miguel	1:473\$100
	Idem ao mesmo Sr. Galliani, importancia despendida no jardim publico desta Villa	2:240\$500
	Idem, aos Sres. Alfredo Silva & Cia., importancia de materiais fornecidos	423\$600
	Idem ao Sr. Frederico Buari, importancia de farragem de um animal cavallar e concertos de um galeota	25\$000

Idem, ao Sr. João Vicente dos Santos, da conducção a carro, por duas vezes, ao Sr. Prefeito, em inspecção a obras Publicas

Idem ao Sr. Octavio Martins, importancia despendida com os melhoramentos das ruas Cel. Bom, Cel. Teixeira, maior Livramento e estrada de São Miguel

Importancia paga a Companhia Tracção, Luz e Força de Florianópolis, consumo de luz publica durante o mez de Julho de 1931

Idem, ao Sr. Manoel Agostinho dos Santos, importancia despendida com os melhoramentos da estrada do Alto Tres Riachos e construcção de um boeiro

SOMMA RS.

Saldo existente e que passa para Setembro

SOMMA TOTAL

NOTA: Todos os livros e respectivos documentos, ficam nesta Secretaria, a disposição de quem os desejar examina-los.

Secretaria da Prefeitura Municipal de Biguaçu, 4 de Setembro de 1931

Alfredo Silva
Prefeito Provisorio

Hermogenes Prazeres
Secretario

Prefeitura Municipal de Tijucas

Balanco de Receita e Despesa do mez de Agosto de 1931

RECEITA

	Partida	Total
1	Cobrança da dívida activa	1:461\$693
2	Imposto de indústrias e profissões	14:251\$500
3	Imposto sobre vendas de fumo e bebidas	1:522\$500
4	Imposto sobre vendas de fumo e bebidas	50\$000
5	Imposto de conservação de ruas	8\$000
7	Imposto sobre gado abatido	198\$000
8	Aferição de pesos e medidas	80\$000
9	Licenças diversas	210\$000
10	Rendas diversas	14\$000
	Taxa de expediente	54\$000
	Emolumentos	230\$000
	Renda do Cemitério publico	50\$000
	Taxa de passagem dos rios	50\$000
	Multas por infracção posturas	15\$000
	Multas por mora de pagamentos	189\$285
	Alinhamentos e edificações	38\$000
	Rendas extraordinarias	80\$700
	SOMMA TOTAL	641\$985
1	Imposto sobre terrenos alodados	98\$000
	SOMMA TOTAL	739\$985
	SOMMA RS.	18:920\$751

DESPEZA

1	Subsidio e gratificação ao Prefeito—Agosto	800\$000
	Vencimentos ao Secretario—Agosto	300\$000
2	Vencimentos ao Theodreio Agosto	300\$000
	Vencimentos ao Porteiro Continuo—Agosto	150\$000
	SOMMA TOTAL	1:500\$000
1	Vencimentos ao Inspector de Rendas—Agosto	300\$000
2	Vencimentos ao Inspector de Obras Publicas—Agosto	200\$000
3	Vencimentos ao Zelador do Patrimonio—Agosto	100\$000
	SOMMA TOTAL	600\$000
	SOMMA TOTAL	428\$000
1	Vencimentos do professorado municipal	450\$000

2	Auxilio a Escola Complementar—Janeiro e Abril a Julho	1:500\$000
3	Subvenção ao Collegio E. Santo—Junho e Julho	200\$000
1	Higiene e Assistência Publica: Gratificação ao Delegado de Higiene—Agosto	100\$000
3	Combate as endemias e epidemias	103\$000
4	Soccorros publicos diversos	38\$400
5	Enterramentos de indigentes	31\$600
1	Expendio: Compra de material para o expediente	132\$500
2	Phonogrammas	12\$700
3	Publicações no jornal Republica de Junho e Julho findo	70\$000
	SOMMA TOTAL	2:156\$000
	SOMMA TOTAL	61\$500
	SOMMA TOTAL	76\$600
	SOMMA TOTAL	84\$000
	SOMMA TOTAL	75\$000
	SOMMA TOTAL	334\$000
	SOMMA TOTAL	120\$000
	SOMMA TOTAL	100\$000
	SOMMA TOTAL	33\$000
	SOMMA TOTAL	50\$000
	SOMMA TOTAL	437\$500
	SOMMA TOTAL	80\$000
	SOMMA TOTAL	94\$000
	SOMMA TOTAL	25\$000
	SOMMA TOTAL	198\$500
	SOMMA TOTAL	510\$000
	SOMMA TOTAL	67\$500
	SOMMA TOTAL	140\$000
	SOMMA TOTAL	45\$000
	SOMMA TOTAL	10\$500
	SOMMA TOTAL	23\$000
	SOMMA TOTAL	120\$000
	SOMMA TOTAL	19\$500
	SOMMA TOTAL	100\$000
	SOMMA TOTAL	504\$000

Elias Carlos de Mello—Concerto na estrada de Oliveira documento 563	95\$500
José Marcellino Gonçalves—Concerto em 2 boeiros na Boa Vista, documento 566	68\$000
Juvenal Marques Vieira—128 metros cubicos de areia transportada do rio para a conserva das ruas da cidade, durante o mez de agosto, documento 567	240\$000
Manoel José Peixet—Concertos na estrada do Timbê a lilaça, documento 568	100\$000
Ernesto Quintino Pereira—Saldo dos concertos das estradas de Terra Nova documento 569	61C\$000
João Franco de Camargo—Levantamento de 2 trechos da rua Lauro Muller, sendo um de 265 metros a 15\$000 e outro de 231 metros a 2\$, documento 570	814\$500
Alexandre B. C. Cordeiro—8 moirões e um maço de pregos, para um boeiro na rua Cel. Conceição	9\$200
José Roldão de Souza—10 dias de capinação na rua 13 de Junho, documento 572	30\$000
Augusto Ferrnino do Nascimento—Auxílio no concerto da estrada de Nova Galícia ao Pinheiral, 200\$000; pago p/c. da reconstrução da estrada e de 2 boeiros de pedras, em Major, 231\$000, documento 573 e 577	431\$000
Pedro Eulálio Andriani—nota apresentada de material fornecido para o melhoramento da Praça Getúlio Vargas, documento 576	162\$500
José Rosa Chereim—2 barricas de cimento para os pontilhões da Joia, documento 578	134\$500
João de Araújo Rosilindo—levantamento de um trecho de 300 metros, na rua Lauro Muller, documento 579	600\$000
Minervino Dias da Costa—104 metros cubicos de areia transportada do rio para a conserva das ruas da cidade, documento 580	208\$000
Francisco Wollolinski—Saldo do contrato da construção de 2 boeiros na rua Cel. Cunha, documento 581	426\$000
Juvenal Leal—Reconstrução de um boeiro na rua Felipe Schmidt, documento 582	170\$000
Ivo Varella—4 peças para as rodas do caminhão de Prefeitura, documento 589	35\$000
Henrique Ternés—Madeiras fornecidas, sendo para a estacada da rua Cel. Gallotti, 351\$000 e para um boeiro no Sul do rio, 60\$000, documento 591	411\$000
David Pedro Schmidt—Saldo da conserva da estrada de Pinheiral a Boitenburgo no mez de Abril, documento 593	196\$400
Cherem Irnã e Cia—Gasolina e óleo fornecido ao caminhão da Prefeitura no serviço de obras publicas, documento 594	811\$000
Pago aos trabalhadores nos serviços da conserva das ruas da cidade, durante o mez de agosto, documento 595	317\$000
Manoel Gonçalves Netto—15 dias de capinação nas ruas travessas da Praça 23 de Setembro, doc. 596	60\$000
Carlos Salto—Chauffeur do caminhão da Prefeitura nos serviços das obras publicas no mez de agosto, documento 597	180\$000
Waldemiro Cruz—16 metros cubicos de areia transportada do rio para a conserva das ruas da cidade, documento 599	32\$000
Patrio José Corrêa—Pago p/c. do concerto da estrada de Sertão de Santa Luzia, documento 600	66\$300
Jacob Wollolinski—Um dia de serviço no concerto de um boeiro, doc. 604	4\$000
Herculio Motta—concertos em picaretas do serviço das obras publicas, documento 605	7\$000 8:844\$800
Despesas Policiais: Vencimentos do Carcereiro da Cadeia Publica—Agosto	120\$000
TOTAL DA DESPESA	14:585\$400
Saldo que passa para o mez de Setembro	4:385\$351
SOMA RS.	18:970\$751
Prefeitura Municipal de Tijucas 5 de Setembro de 1931.	
Alfredo Flores Secretário	
Olybio Brito Thesoureiro	
Todos os livros e documentos acham-se na Secretaria desta Prefeitura, á disposição de quem os queira examinar.	

Balancete da Receita e Despesa da Prefeitura Municipal de Palhoça, do mez de Agosto de 1931

Receita	
Saldo que passou do mez de julho	18:020\$124
Abertura e continuação	775\$000
Vehiculos terrestres	25\$000
Divida activa	565\$400
Certidões negativas	69\$000
Matança de gado	78\$000
Eventuaes	75\$200
Aforamento de terreno	9\$000
Diveritimentos publicos	12\$000
Viação rural	10:703\$000
Total Rs.	30:331\$724

Despesa	
Subsidio ao Prefeito	200\$000
Representação ao mesmo	100\$000
Ordenado ao Secretario	225\$000
» » Thesoureiro	200\$000
» » Amanuense-Fiscal	100\$000
» » Fiscal-Geral	190\$000
» » Adjunto do Fiscal	40\$000
Percentagem as Fiscalas Districtaes	111\$100
Subvenção escolar	310\$000
Material didactico	6\$000
Medicamentos	48\$500
Auxilio agricola	32\$000
Telegrammas e publicações	100\$700
Ordenado ao Guarda Municipal	120\$000
» » Carcereiro	120\$000
Viação rural	1:650\$500
» urbana	850\$000
Divida passiva	68\$000

Eventuaes	
Agosto 30. Pago a Manoel Cantalicio Vidal, de um sacco de milho fornecido para os animais desta Prefeitura Doc. 297	16\$000
Agosto 29. Pago a Theodoro Antonio de Mattos, de limpeza feita no Cemiterio da Enseada Doc. 289	28\$000
Agosto 15. Pago a Francisco Manoel de Souza, de fubo, torcida e concerto por duas vezes, no lampião do mercado publico 6600; grampas para os processos da Syndicancia, feita na Prefeitura, 800 reis; a Celso N. de Oliveira, de datylography o relatório da Comissão de Syndicancia, 2\$000; viagens de omnibus, por três vezes, aos membros da Comissão de Syndicancia, quando em consulta ao exmo. sr. dr. Secretario do Interior e Justiça, 15\$000 Doc. 282	24\$400
Obras Publicas	
Agosto 17. Pago a Adolpho Steinmetz, de trez moios de cal, fornecido para a Intendencia Districtal de Santo Amaro Doc. 283	171\$000
Saldo que passa para o mez de Setembro	25:620\$524
Somma Rs.	30:331\$724
A disposição do publico e interessados pela situação financeira do Municipio, acham-se nesta Thesouraria todos os documentos da Receita e Despesa para exame. Thesouraria da Prefeitura Municipal de Palhoça, em 31 de agosto de 1931.	
Olybio Silveira Prefeito Provisorio	Olympio Sant'Anna Martins Thesoureiro

Balancete da "Receita e Despesa" do Municipio de Bom Retiro, relativo ao mês de Agosto de 1931

Receita	
Saldo que passou do mês de julho	6:390\$285
1. Renda Ordinaria	215\$000
1. Cobrança da Divida Activa	35\$000
2. Imposto de Industria e Profissão	17\$000
3. » sobre Vehiculos	170\$400
4. » Predios Rurais	107\$800
5. » Viação Rural	21\$000
6. Licenças Diversas	12\$000
7. Certidões Negativas	97\$533
8. Imposos Pastoril	92\$747
9. Taxa Adicional	144\$250
10. Renda de bens e aforamento	3\$000
11. Renda da Invenção do Municipio	2\$000
12. Venda de placas para cães	6:344\$815
Receita e Aplicação Especial	
Saldo que passou do mês de Maio	3\$000
Pagamentos pelo Governo do Estado, para conservação das estradas: Barra do Rio, Petalva e Santa Clara—União, relativamente ao mês de Junho	2:000\$000
	2:000\$000

Despesa	
I. Administração	300\$000
I. e II Subsidio e representação ao Prefeito	200\$000
III. Vencimento do Secretario—Procurador	150\$000
IV. Fiscalização	150\$000
IV. Instruções Publicas	100\$000
A. professora Maria F. Borges, relativo aos meses de Junho e Julho	50\$000
VI. Expediente e Auxílios Diversos	35\$000
Publicação do balancete do mês de Julho	15\$200
II. Telegrammas e portes do Correio	100\$000
VII. Despesas policiais etc.	70\$000
II. Ao Inspector de Vehiculos	42\$000
III. Ao Carcereiro da Cadeia Publica	72\$000
III. Ao Delegado de Policia, al' quel de dois animais para si e um praça, para o serviço de policiamento durante doze dias nos Districtos de Santa Theresia e Salto Grande Despesas da estadia do Delegado e praças, na sede do Districto de Salto Grande, Portaria N. 11	72\$000
IX. Despesas Eventuaes	9\$800
Devolução de dinheiro ao Sr. Carlos Horest, por quanto pagou os impostos de Viação a Pastoral em duplicata	13\$000
XI. Obras Publicas	161\$400
1. Ao Zelador do Palacio, ruas e praças da Villa	10\$000
IV. Ao Sr. Antonio Santo Martiro (official de pedreiro) 23 dias de serviço: a 7\$000 em frente ao novo jardim e na Avenida Estrela-Lago, Portaria N. 13	165\$000
1. Ao Sr. Olympio N. Borges no serviço durante 10 dias com sua carroça, na remoção de terras, a Avenida Estrela-Lago e no novo jardim, Portaria N. 15	72\$000
2. Ao Sr. Martin Marcelino de Jesus, correspondente a 33 dias como encarregado a administrar os serviços nas estradas Serro Azul, Três Pontas, Corde, Rancheiro e Barro Branco, Portaria N. 16	39\$000
3. Ao Sr. Affonso A. de Souza no serviço de limpeza das ruas e praças da Villa Portaria N. 17	130\$000
4. Ao Sr. Victorino Jacob da Rosa porquanto trabalhou 13 dias na Avenida Estrela-Lago e no novo jardim, Portaria N. 18	209\$000
5. Pelo encarregado Sr. Lindolpho Côrrea, á turma de trabalhadores, na construção de boeiros na estrada Municipal do Tanque ao passo do Figueiredo, no Rio Canóas. Portaria N. 19	212\$500
6. Ao encarregado Alfredo Martins de Moraes, á turma de trabalhadores na conserva da estrada Municipal Bom Retiro-Limeira. Portaria N. 21	2:362\$500
	3:982\$315
Despesa e Aplicação Especial	
Obras Publicas Extendidas	6:344\$815
Pagamento ao Sr. Frederico Andersen, 23	762\$000
ao Sr. Octaviano Ribeiro, Portaria N. 23	1:240\$000
	2:002\$000
Despesa	18\$000
	2:003\$300
Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de Setembro de 1931	
O Prefeito	O Secretario-Procurador
Gentil Vieira Borges	Oscar W. Beller
Nota: Será facilitado o exame dos livros e demais documentos da Prefeitura, por parte de qualquer pessoa que o queira fazer.	

Ministerio da Fazenda

Delegacia Geral do Imposto sobre a Renda. Secção annexa á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional em Santa Catharina

EDITAL

De ordem do Sr. Chefe desta Secção, são chamados os contribuintes Abrão Dib, Alvimaria da Silva, Amalia Machado da Silva, Anna Januria Brito, Anna Rosa, Antonio João M. do Nascimento, Antonio Marques, Antonio Nascimento, Antonio Padilino, Aristides Ribeiro, Arnoldo Quer & Cia., Avelino Vieira, A. Tolentiao & Cia., Bergamino Luz da Silva, Clotilde Sabro, Conrado Vignoli, Constantino, Leonomas Aguiar, Ezequiel Vieira Junior, F. Cleto Duarte, Ferreira & Cia., Francisco Ferreira, Francisco Prazeres, Francisco Roberto & Cia., Francisco Rosa da Silva, Guinaldo Winderlich, Joaquim Duarte, João Ferreira Junior, João Candido de Mello, João Dalmacio de Mello, João dos Santos Vieira, Jorge Estaleiro, João Francisco Goelbo, Judith Americo Magdalena, Liao Manoel da Silva, Luiz Schilling, Manoel Falebino Simas, Manoel Medeiros, Manoel Simão Sousa, Manoel Vicente de Souza, Maria da Amélia, Maria Antunes, Maria das Dores Silva, Maria Maria, Micaela Cantiano, Norata Cordeiro de Abreu, Francisco & Moreira, Ramos & Nunes, Salmestiano de Sousa, Sylva; De-

PELLES

Lava-se e reforma-se casacos e Reinard e qualquer trabalho de Pelles.

Rua Crispim Mira n. 37. (antiga 24 de dezembro)

mingos da Silva, Valeria Cardoso, Vasconcelos & Cia., Waldemar D. de Moraes, Manoel Reynaldo da Silva, para pagamento dentro de dez (10) dias a importância do Imposto de Renda correspondente ao exercício de 1929, inclusive multa, assistido-lhe, porém, o direito de reclamar contra o lançamento no prazo de dez (10) dias, ou recorrer dentro de trinta (30) dias, não tendo, entretanto, o recurso efeito suspensivo da cobrança, salvo depósito da importância do imposto e multa, sob pena, desobediência aos prazos, serem extirpadas as respectivas certidões de divida para a necessária cobrança executiva.

Secção annexa á Delegacia Fiscal do Thesouro Nacional no Estado de Santa Catharina, Florianopolis, em 17 de Setembro de 1931.

VISTO

Joel Magalhães Bravo
Chefe do Secção
O Auxiliar
João de Medeiros Barbosa

Directoria de Obras Publicas Edital

Nova concorrência para execução de diversos serviços no Grupo Escolar "Silveira de Souza"

De ordem do Exmo. Sr. Dr. Director de Obras Publicas, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Dr. Secretario da Fazenda, Viçosa, Obras Publicas e Agricultura, faço publico que até o dia 14 de Outubro p. futuro, a esta Directoria receberá propostas em duplicata para execução de trabalhos de calçada externa e consolidação do ruído da frente do referido Grupo.

As propostas devem vir acompanhadas de:

- documentos comprobatórios de idoneidade técnica e financeira dos proponentes;
- certidão negativa pela qual os proponentes provem não serem devedores à Fazenda Estadual;
- certidão provando o depósito feito no Tesouro do Estado da quantia de mil réis (500.000), em dinheiro ou apólices do Estado;
- certidão detalhada dos trabalhos a executar, no qual figurem os preços unitários de todos os serviços e a qualidade das matérias a empregar.

Os proponentes deverão apresentar, dentro do prazo marcado, suas propostas em envelopes fechados e devidamente selados a primeira via e assignada, nas condições seguintes:

- as condições de pagamento da importância, pela qual se comprometem a realizar os serviços;
- o prazo para a conclusão dos serviços, o qual não poderá exceder de um mês a contar da data da assignatura do contrato;
- a quantia correspondente à caução que será depositada no Tesouro do Estado, para garantia da execução do contrato e dos serviços, pelo prazo de um ano, a qual não poderá ser inferior a 10% sobre o valor do contrato;

Os serviços serão executados de acordo com as especificações aprovadas por esta Directoria e sob a fiscalização da mesma Repartição, podendo os interessados obterem, das 9 às 17 horas, nas dias úteis, os esclarecimentos que se fizerem necessários.

As propostas serão abertas no dia 1.º de dezembro de Outubro p. futuro, na hora acima marcada, no Gabinete do Director, em presença dos proponentes ou de quem os representar, revertendo em favor do Estado, a caução de quinhentos mil réis (500.000), depositada no Tesouro do Estado, si o concorrente no caso de ser aceita a sua proposta, deixar de assignar o devido contrato até sete dias d'atos de notificação pelo Tesouro do Estado.

Nenhuma proposta será tomada em consideração, desde que não estejam nas condições acima exigidas, reservando-se o Governo o direito de recusar todas as propostas, caso nenhuma satisfizesse os interesses do Estado.

Directoria de Obras Publicas, 16 de Setembro de 1931.

Arthur Lemos
Contador

AVEIA SMITH

Proval-a é preferir-a

E' nacional porem é tão boa ou melhor que a estrangeira E' mais barata 50%.

Seja patriota! não seja ladrão! de seu próprio bolso REPRESENTANTE NESTE ESTADO J. S. F. GILVANI Caixa Postal 42—FLORIANÓPOLIS

EDITAL Directoria de Obras Publicas Concurrença para exploração industrial da queda d'água existente no lugar Rio Caçador, Município de Curitiba

De ordem do Ilmo. Sr. Director de Obras Publicas, devidamente autorizado pelo Exmo. Sr. Secretario da Fazenda, Viçosa, Obras Publicas e Agricultura, faço publico para conhecimento de quem interessar possa que, até o dia 14 de Novembro p. vindouro às 14 horas, esta Directoria receberá propostas em duplicata, para exploração industrial de energia electrica gerada pelo aproveitamento e utilização da referida queda d'água.

- memorial expondo detalhadamente o plano tecnico e economico para utilização da queda hydraulica;
- projeto geral da instalação na escala de 1:100;
- projeto das linhas de transmissão e distribuição na escala de 1:50.000;
- planta topographica da zona catastrada, que pretendo aproveitar com indicação dos confrontantes, começo e fim da queda d'água a utilizar, lugar da barragem e ponto da instalação da usina e o modo de funcionamento do sistema hydrographico resultante da construção e funcionamento da usina;
- estudo sobre a altura da queda, volume d'água por segundo e maior vazão e o calculo aproximado da energia aproveitável;
- certidão negativa pela qual, cada concorrente, prove não ser devedor à Fazenda Estadual;
- certificado provando o depósito feito no Tesouro do Estado da quantia de um conto de réis (1.000.000), em dinheiro ou apólices do Tesouro do Estado;
- prova de idoneidade técnica e financeira do pretendente, para levar a effecto a instalação projectada.

Os proponentes deverão apresentar, dentro do prazo marcado, suas propostas, devidamente seladas a primeira via e assignada, nas condições seguintes:

- a contribuição anual a pagar ao Estado em prestações semestrais e antecipadas, por capacidade normal em kilowatts de todos os geradores de energia a instalar, contribuição esta que não poderá ser inferior por mês a 38000 por kilowatt;
- a quota de fiscalização que, anualmente, deverá recolher aos cofres do Estado, em prestações semestrais, que deverá ser aliçada entre os limites de dois a dez centos;
- o abatimento que gerará o Estado, pelo fornecimento de energia de que venha a precisar para estabelecimentos estaduais, o qual não poderá ser inferior a 30% dos preços das tabelas aprovadas;
- o prazo para conclusão das obras, o qual não poderá exceder de vinte e quatro meses, a contar da data da assignatura do contrato;
- a quantia correspondente à caução que será recolhida no Tesouro do Estado, por ocasião da assignatura do termo, que será, fixada de 10 a 20% do valor da obra, a qual dependerá da importância da exploração, como garantia da execução das obras dentro do prazo que for estabelecido, caução esta que poderá ser feita em apólices do Estado.

Além das condições acima estipuladas, as propostas deverão obedecer às disposições da lei n. 1.670, de 15 de Outubro de 1929, que regula a exploração de energia hydro-electrica.

As propostas deverão ser depositadas no Tesouro do Estado, até o dia 14 de Novembro do corrente anno, no Gabinete do Director, em presença dos proponentes ou de quem os representar, revertendo em favor do Estado a caução de um conto de réis (1.000.000) depositada no Tesouro, se o proponente no caso de ser aceita a sua proposta, recusar-se a assignar o respectivo termo, dentro do prazo de sete (7) dias, contados da data da notificação pelo Tesouro do Estado.

Nenhuma proposta será tomada em consideração desde que não esteja nas condições acima exigidas, reservando-se o Governo o direito de recusar todas as propostas, caso nenhuma satisfizesse os interesses do Estado.

Directoria de Obras Publicas, 16 de Julho de 1931.

ARTHUR LEMOS
Contador

Edital

Alunos gratuitos para Instituto Polytechnico.

De ordem do sr. dr. Secretario do Interior e Justiça, faço publico que se acha aberta, nesta Directoria, até o dia 28 do corrente mês, a inscripção de candidatos reconhecidamente pobres, para preenchimento de quatro vagas existentes no Instituto Polytechnico, por conta do Estado.

Deverá o candidato provar documentadamente:

- o seu estado de pobreza;
- idade;
- estar vaccinado.

A preferencia será dada aos mais aptos dentre os mais pobres.

Directoria da Instrução Publica, 12 de setembro de 1931.

Francisco Barreiros Filho
Director da Instrução,

Grande tombola no valor de 77:000\$000

Extracção a 24 de Dezembro de 1931 a hora da tarde
O UNICO SORTEIO QUE A ADMINISTRAÇÃO NÃO SERÁ PREMIADA; OS BILHETES QUE NÃO FORM VENDIDOS SERÃO CONSIDERADOS NULOS

Antorizada pela carta patente n. 13 e fiscalizada pelo Governo Federal, constando dos seguintes premios:

- 1.º PREMIO:**
Uma casa com azeiteiro chaceira, situada em João Pessoa (Estreito), proximo a Ponte Brelilio Luz, extrincoando com a chaceira de Maria Thomaria, com frente para a estrada geral e uma bellissima vista para o mar;
- 2.º PREMIO:**
Uma bicycleta a motor
- 3.º PREMIO:**
Uma machina de coser curso

Os bilhetes desta tombola já se acham à venda no interior do Estado.

AVISO IMPORTANTE—Por despacho da Fiscalização do Governo Federal, foi transferido o dia do sorteio de 31 de Julho, para 24 de dezembro do corrente anno.

VISTO, 30—7—1931
João P. de Oliveira Carvalho O concessionario
Fiscal do Governo Federal *Octaviano Silveira*

CONFERENCIAS

No salão do club "Aldo Luz".
A' rua João Pinto

Conferencias Publicas

THEMAS:

Domingo, 20 de Setembro

O ESTABELECIMENTO DO REINO DE CHRISTO NA TERRA

Terça-feira, 22 de Setembro

Quem poderá ser cidadão do Reino Eterno

Sexta-feira, 25 de Setembro

As Maravilhas do Seculo XX

A's 19,30 HORAS
Entrada Franca

Edital

Junta de Sanções

Em cumprimento à decisão da Junta, faço publico, para conhecimento de todos aquellos a quem interessar possa, que em sessão do dia 14 de Setembro corrente, da Junta de Sanções, foi assignada decisão do processo de syndicanças do município de Camberú, em que é accusado o ex-Prefeito José Cesario Pereira, a Junta condemnou o denunciado José Cesario Pereira, ex-Prefeito Municipal, nas penas do art. 6.º letra b, do Decreto Federal n. 19.811, de 28 de Março do corrente anno, privação dos direitos políticos e inibição do exercicio de qualquer função administrativa de direcção que tenha relações com dinheiro ou haveres publicos pelo prazo de cinco (5) annos, condemnado ainda nas penas da letra d do mesmo art., ou seja no confisco de bens até o re-arrecamento dos prejuizos causados à fazenda municipal no valor de 9:100\$260.

Secretaria da Junta de Sanções em Florianópolis, em 14 de Setembro de 1931.

Adalberto Jorge Cidade
Secretario

Aviamento de receitas com todo escrupulo e por preços sem competencia na "Pharmacia Moderna"

do Pharmaceutico *Edmundo Santos*
Praça 15 de Novembro, 27, esq. da rua Conselheiro *Mafra*

Dr. Pedro de Moura Ferro
ADVOGADO
Rua Trajano n. 1
Telephone n. 1321

SECRETARIA D'ESTADO DOS NEGOCIOS DO INTERIOR E JUSTICA

De ordem do Exmo. Sr. Dr. Secretario d'Estado dos Negocios do Interior e Justiça e em virtude de solicitação que lhe foi dirigida pelo Juiz do Distrito Comarca de São Joaquim da Costa da Serra, em officio de 29 de Agosto findo datado, faz publico, por esta Directoria, para conhecimento dos interessados, o edital abaixo transcrito:

Cópia. EDITAL.—O Doutor José da Fonseca Neves de Oliveira, Juiz de Direito da Comarca de São Joaquim da Costa da Serra, [Estado de Santa Catharina, na forma da lei, etc.], FAZ saber aos que o presente edital de citação, com o prazo de sessenta (60) dias, virem, ou delle conhecimento tiverem, que em audiência de hoje, por parte da Fazenda do Estado, por seu procurador, Major Bibiano Rodrigues Lima, foi feito o seguinte requerimento verbal:—Por parte da Fazenda do Estado, no executivo fiscal movido contra herdeiros de João da Silva Ribeiro, accusava a citação feita aos herdeiros Eneidino Batista Ribeiro, Odilson Batista Ribeiro, Iteulio Vieira de Amaral e suas respectivas nudivas, para pagarem a importância da dívida fiscal e, consequentemente accusava a penhora feita no imóvel onerado, e requeria a citação edital, com o prazo legal, dos demais interessados desconhecidos e incertos do executivo, ficando os citados esperados até finalização do prazo da citação edital, nomeando-se um curador a lides aos citados, caso se verificasse a ausência ou revelia dos mesmos, tudo sob prelo nesta audiência. A petição inicial do acção executiva fiscal, movida contra os herdeiros de João da Silva Ribeiro e do thesorero da Fazenda do Estado, Sr. Dr. Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda. Diz a Fazenda do Estado, por seu representante infra-assinado, que os herdeiros de João da Silva Ribeiro, residente neste Município, que lhe são devidos pela quantia de 57\$600 e mais 2000 da multa extraordinaria proveniente do imposto territorial, correspondente ao exercicio de 1930, conforme prova o incluso certificado de dívida activa; e que não tendo os aludidos devedores procurado satisfazer o pagamento, apesar de avisados, precisa fazer a sua cobrança executivamente, na forma da lei. Por isso, P. que A. esta, digue-se V. Ex. de mandado citar os referidos herdeiros, e, incontinenti, pagar a importância da dívida ora requerida e custas da execução, sob pena de se proceder à penhora nos bens que nomearem ou que lhe forem achados, tantos quantos bastem para aquellos pagamentos; ficando desde logo citado para vir à primeira audiência verbal para propor a competente acção e assinalar-se-lhe o prazo legal para embargos como também para os ultimos termos e atos do processo até final sentença, sob pena de revelia e lançamento. OITOGSIM, que conforme a hypothese, seja observado pelo official de justiça encarregado da diligencia, o disposto no paragrafo unico, do art. 1.706, do Cod. Ind. do Estado P. deferimento. São Joaquim, 26 de Janeiro de 1931. Bibiano R. Lima, Procurador da Fazenda Estadual. (Despacho) A. concito requer a. em 28 de Setembro de 1931. Nunes de Oliveira. Em virtude do que mandou lavrar o presente edital pelo qual cita e chama os mais herdeiros e interessados desconhecidos e incertos, do executivo, interessados no imóvel penhorado para que findo aquelle prazo venham à primeira audiência verbal, de hoje, para propor a competente acção, assinalar-se-lhe o prazo da lei para embargos que tiverem a penhora, como também para todos os demais termos e atos do processo até final sentença sob pena de revelia e, para que chegue ao conhecimento de todos, lavrou-se o presente edital que será afixado no lugar do costume nesta cidade e publicado na imprensa official da capital do Estado. Eu, Sebastião Pereira da Cunha Matos, escrivão Adjunto, servindo no impedimento do respectivo Escrivão vitalicio, escrevi. (A) José da Fonseca Neves de Oliveira. Nada mais constava em o dito edital do qual bem e fielmente extrai a presente cópia, e dou-lhe Confere. Dado e passado nesta cidade de São Joaquim da Costa da Serra, aos treze dias do mes de agosto de mil novecentos e trinta e um. Eu, Sebastião Pereira da Cunha Matos, escrivão Adjunto, o subscreevi e datillographiei. O Tabelião digito Escrivão Adjunto (A) Sebastião Pereira da Cunha Matos.

Directoria do Interior e Justiça em Florianópolis, 16 de Setembro de 1931.

José Rodrigues Fernandes,
Director

Edital

Thesouro do Estado (Imposto sobre Movimento Commercial e Industrial).

(3.º trimestre)

De ordem do Sr. Director d'este Thesouro, manda o Sr. Sub-Director de Rendas fazer publico: que durante o corrente mez de SETEMBRO, se procede nesta Secção, a cobrança do imposto acima,

relativo ao terceiro trimestre do corrente exercicio.

Os que não collectados satisfizerem seus pagamento dentro do referido prazo, poderão fazel-os nos mezes de Outubro e Novembro, respectivamente, com as multas de 10 e 20%.

Findos os prazos acima citados, serão extrahidas as certidões para a devida cobrança executiva.

Sub-Director de Rendas do Thesouro do Estado, em Florianópolis, 1.º de setembro de 1931.

BENTO A. VIEIRA
Escripturario.

Irmandade do S. S. Sacramento

Festa de N. Senhora das Dóres

De ordem do sr. Provedor catholicos em geral que dor e de acordo com o revmo. sr. Cura, aviso aos srs. irmãos e a quem interessar possa, que a festa em louvor de N. Senhora das Dóres, se realizará domingo, 20 do corrente, com o seguinte programma:

Novenas: Terão inicio, domingo, 13 do corrente, às 19 horas, na Cathedral, sendo celebrante o rev. Cura.

Communhão e missa festiva: Haverá domingo, 20 do corrente, às 6 horas da manhã, communhão Geral da Irmandade do S. S. Sacramento e às 8 horas, das Filhas de Maria.

A's 10 horas, será celebrada missa solemne com sermão ao Evangelho.

Encerramento: A's 19 horas, far-se-á a solenidade do encerramento com benção do S. S. Sacramento.

As Filhas de Maria e o Asylo de Orphãs abrihan-tarão os actos.

Florianópolis, 12 de Setembro de 1931.

O 1.º Secretario
Marcolino José de Lima



Dores de estomago, vomito indigestões, azia, mau hálito:

GOTTAS BRANCAS
Fabricadas na Pharmacia "Moderna"—Florianópolis.

Loteria do Estado de Sergipe

Concessionarios — **Angelo M. La Porta & Cia.**

Firma Commercial estabelecida em FLORIANOPOLIS de acordo com o contracto registrado na Junta Commercial de Santa Catharina, sob o registro numero 346 de 24 de Abril de 1924, 2.080 de 15 de Janeiro de 1931 e certidão sob n. 2.100 de 16 de Fevereiro de 1931 da instalação de uma filial na Cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe.



A's quintas-feiras **EXTRACÇÕES**
Premio maior 100:000\$
Extracção 17 de setembro de 1931

PLANO C

18.000 bilhetes a 18\$000
menos 25 por cento

75 por cento em premios

PREMIOS

1 premio de
1 " "
1 " "
6 " "
10 " "
30 " "
150 " "
550 " "

1800 prem. 2 U A dos 10 primeiros premios a

2550 premios no total de

Os bilhetes são divididos em dezmos de 18000

Havendo repetição nos 2 ultimos algarismos de qualquer dos dez primeiros premios passarão aos numeros immediatamente superiores.

324:000\$
81:000\$
243:000\$

100:000\$
10:000\$
5:000\$
2:000\$
6:000\$
5:000\$
6:000\$
15:000\$
22:000\$
72:000\$

Rs. 243:000\$

Os bilhetes trazem impressa a imagem de
Santa Catharina

essa marca acha-se registrada na forma da lei e pertence a firma **ANGELO M. LA PORTA & CIA.** assim como as palavras

A Rainha das Loterias

Extracções em **Aracaju à Rua João Pessoa, 123**

Endereço telegraphico da matriz e filial — **LOTERIA**

N. B. Esta Loteria não é filial da Loteria do Estado de Santa Catharina

PEQUENA FABRICA DE CIGARROS

MINERVA

Unico cigarro fabricado exclusivamente com fumo Havana

Acha-se á venda nas principais casas e cigararias desta praça.

FABRICA: Rua Saldanha Marinho s/n

Cia. de Navegação Lloyd Brasileiro

AGENCIA DE FLORIANOPOLIS

End. electr. — Directoria-Dyoll — Agencias-Naveloyd
Codigos A. B. C. Sa. ed. — Bentley — Western —
Particular — Mascotte

VAPORES ESPERADOS DO NORTE PARA O SUL

Paquete Miranda: Chegará do norte no dia 23 do corrente, para o porto de Laguna. Recibe cargas, encomendas, valores e passageiros.

VAPORES ESPERADOS DO SUL PARA O NORTE

Comm. Capella: Chegará do sul no dia 19 do corrente saindo no mesmo dia para os portos de Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro. Recibe cargas, encomendas, valores e passageiros.

Paquete Miran da Chegará de Laguna no dia 20 do corrente, saindo no mesmo dia, para os portos Itajahy, São Francisco, Santos e Rio de Janeiro. Recibe cargas, encomendas, valores e passageiros até o porto de São Francisco.
Para mais informações a Praça 15 do Novembro n.º 1, Sobrado, com o Agente **Heitor Blum** Agente

AVISO

As pessoas que desejarem assistir ás festas religiosas que serão levadas a effeito, na Capital da Republica, por occasião da inauguração do monumento a Christo, no Corcovado, esta Agencia concederá o abatimento de 40% nas passagens de ida e volta, em navios que daqui partam e que cheguem ao Rio entre 16 do corrente e 9 de outubro proximo vindouro. As referidas passagens dão direito a permanencia no Rio, trinta dias, contados apoz a chegada do interessado.

CARLOS HOEPCKE S/A

SEÇÃO DE MACHINAS

FLORIANOPOLIS

FILIAES EM: BLUMENAU, SÃO FRANCISCO, LAGUNA E LAJES.

LOCOMOVEIS

Fixos e sobre rodas etc.



Stock permanente de todos os typos entre 11 e 62 PSa

MOTORES A EXPLOSAO MARCA "OTTO"

MOTORES ELECTRICOS "AEG"

Machinas para beneficiar madeiras

Machinas para offinas mecanicas e para funilrios

Material para transmissões

Óleos lubrificantes "GARBOYLE"

Correias de transmissão de couro e Balata, grampos, Junções, etc.

Bombas de ar e de agua para todos os fins

Machinarios agricolas, arados, grades, desmatadores, batidoiros

Machinas para beneficiar café e arroz

Orçamentos e catalogos á disposição dos Srs. Pretendentes

EDITAL

Delegacia Fiscal

De ordem do Sr. Delegado Fiscal do Thesouro Nacional neste Estado de Santa Catharina, faço publico, para conhecimento de quem interessar possa, que esta portaria datada de 2 de Abril de 1930 do Sr. Dr. Luiz de Freitas Meiro, residente em Blumenau, foi requere-

rido por aforamento um terreno de marinha no lugar **Prata**, do municipio de Camboriú, que entesta a terreno de sua propriedade, com a area de 1.089 metros quadrados, fazendo frente ao mar, na enseada de Camboriú, com 37,90 metros; fundado em terras do requerente; estendendo ao Norte e a Sul com marinhais devolutos, e como tiverem emitido parecer favoravel ozes consecutivas, como determinam

Estruturas de aço

Edificios modernos

Cimento armado

— **Escritorio** —

Engenharia Civil e Architectura

Jacob Goettmann

Organiza projectos e orçamentos, encarega-se da administração e fiscalização de construcções.

Profissionais competentes e conscienciosos para empreitada de trabalhos rapidos, economicos e garantidos.

Referencias de Porto Alegre, Uruguayana, Santa Mara, Itaquí, Laguna, Blumenau e outras.

FLORIANOPOLIS

RUA JOINVILLE, 13 — TELEPHONE 1504

Installações industriaes

Pontes

Estradas de ferro

Corsini & Irmão

CONSTRUCTORES

Projectos e orçamentos
Construcções civis e hydraulicas

Escritorio - **Ponte Hercilio Luz**

(LADO DO CONTINENTE)

CAIXA POSTAL 97

End. Telegraphico **Corsini**

FLORIANOPOLIS

departamentos ministeriaes de que tratam os artigos 3 e 4 do decreto n. 4.105 de 22 de Fevereiro de 1868 vai ser deferida a sua dita petição, si dentro do prazo de trinta dias, a contar da presente data, não for apresentado protestos ou reclamação que embraça a dita concessão, não sendo tomada em consideração qualquer reclamação contraria, fóra do prazo estipulado.

E, para constar, o presente edital é publicado durante trinta dias consecutivos, como determinam

o decreto n. 14.595, de 31 de Dezembro de 1920. Secção da Delegacia Fiscal, em 20 de Agosto de 1931.

O 1º Escripção (assin) **J. Luperio Lopes**

Precisa de lenha em toros? Mandaremos a sua residencia.

E só pedir a **Simões & Cia. Ltda.** Telephone 249

Cine Palace

HOJE ~ DOMINGO 20 DE SETEMBRO - HOJE

MATINE'E -- 3 Sessões 1 - 2 1/2 e às 4 Horas

A's 1 e 2 1/2 da tarde exibição do formidável film sonoro

As duas Gerações

Drama da vida real, com RICARDO CORTOZ

PREÇOS DE ENTRADA 1\$500

A's 4 horas

QUE VIUVA

com GLORIA SWANSEN

Um film sonoro - Um verdadeiro desfile de modas !!

Preços das entradas—3\$000 e 2\$000

A' NOITE duas sessões

A's 6 1/2 e as 8 1/2 ultima exhibição do FILM

QUE VIUVA

Preços -- 3\$000 - 2\$000

F U M E
QUANTO
QUIZER !

Não prejudicará mais a sua saúde, empregando o pequeno e elegante aparelho

NICOTON

que neutraliza até 89 o/o os venenos contidos no fumo, sem alterar o gosto

SCIENTIFICAMENTE COMPROVADO AGENTES

Ernesto Riegenbach & Cia.

FLORIANOPOLIS --- (Caixa Postal, 112—Phone, 1626)

Delegacia Fiscal 18,4 metros com 33 fundos em terras de sua propriedade; extrinsecando a N.W. com marinha devolutas e S.E. com ditas tambores de 3 e 4 do Decreto n. 14.595, de 31 de dezembro de 1920. Seção da Consueltoria, em 20 de agosto de 1931.

Edital

De ordem do sr. Delegado bem devolutas, e como tivessem Fiscal do Thesouro Nacional sido ouvidos os departamentos neste Estado, faço publico para conhecimento de quem interessar possa, que, em petição 4.105, de 22 de Fevereiro de 1930, D. Thesnel Paul, requerida a sua dita petição, si sidente em Blumenau, requereu dentro do prazo de trinta dias, por aforamento uma área de a contar desta data, não apparterreno de marinha, tendo 594 recer protesto ou reclamação metros quadrados, no lugar que embarce a concessão pedipRAIA, município de Camboriú, da, não sendo tomada em conque medindo de frente faz ao sideração qualquer reclamação mar, na Esceada de Camboriú, fóra do mesmo prazo.

E para que não se allegue ignorancia publica-se este durante trinta vezes consecutivas, como estabelecido o Decreto n. 14.595, de 31 de dezembro de 1920. Seção da Consueltoria, em 20 de agosto de 1931. O 1º Escripturno J. Luperio Lopes.

AVISO

A firma abaixo assignada convida seus devedores a saldarem os respectivos debitos impreterivelmente até a dia 20 do corrente. Caso contrario ver-se-á obrigada a chamar-os individualmente pela in prensa.

Fpolis, 14-9-31

Simões & Cia. Ltda.

ANTENOR MORAES

Cirurgião-dentista

RUA DEODORO N. 26

Horario: das 8 às 12 e das 2 às 6 horas.

Sabbados, somente até às 12.

Trabalhos garantidos

GOVERNO DO ESTADO

Thesouro do Estado de Santa Catharina

Movimento da Thesouraria, em 19 de setembro de 1931

RECEBIMENTOS

Renda extra-orçamentaria	254.900
Montepio	182\$700
	208\$600
Saldo anterior	467.728\$616
	467.937\$245

PAGAMENTOS

Secretaria do Interior	
Agencia do Lloyd Brasileiro, de passagens fornecidas pje do Estado	1.911\$800
Leopoldina Muchado lavação de toalhas da Directoria da Instrução Publica	15\$000
Oscar Ammon, para pagamento de fornecimento a Penitenciaria do Estado	76\$000 2.004\$800
Secretaria da Fazenda	
Agencia do Lloyd Brasileiro, de passagens fornecidas pje do Estado	133\$000
Manoel M. Maia Junior, Director do Posto Zootecnico Assis Brasil, pagamento de despesas feitas durante o mcz de Agosto findo com a compra de ferragens	1.200\$000 1.333\$000
Restos a pagar	
Mario Nocetti, Cia. Ltd. pje de maior quantia proveniente da venda de dois automoveis equipados, a Inspectoria de Estradas, em 1930	791\$000
Montepio	1.500\$000
Emprestimo	5.628\$800
	462.308\$445
	467.937\$245

Saldo para o dia 21

Saldo para o dia 21 de setembro de 1931

Na Thesouraria
No Banco do Brasil

462.308\$445
6.175.403\$200

TOTAL Rs.

6.647.711\$645

Lino Soncini
Thesoureiro

VISTO
João Silveira de Souza

Adolpho B. da Silveira
Enc. do Controle

Prefeitura de Florianópolis

Movimento da Thesouraria, no dia 19 de setembro de 1931

Recebimentos

Saldo do dia 18 (em caixa)	16.216\$601
Industria e Profissão	40\$000
Arbitrios	60\$000
Veiculos	25\$000
Taxa de expediente	6\$000
Multas por mora de pagamentos	2\$500
	16.348\$101

Pagamentos

Alberto Scheidt, fornecimento de 2.000 tijolos	120\$000
Folha de pagamento, turma da Limpeza Publica, 1a. quizeza de Setembro	2.195\$000
Idem, turma extraordinaria, em diversas runs, idem	224\$000
Idem, jardins publicos, idem	817\$000
Idem, obras publicas, idem	806\$000
BALANÇO	128.155\$601
	16.348\$101

O saldo total está assim representado:
Em caixa 12.155\$601
No Banco do Brasil 70.000\$000

Rs. 82.155\$601

Prefeitura Municipal de Florianópolis, em 19 de Setembro de 1931.
Leonidas de S. Medeiros Thesoureiro
Pedro Duarte Silva Chefe da Seção de Contas

Marmoraria Gomes

— DE —

Maria Domingos Leite Gomes

Nesta casa executam-se todo e qualquer trabalho em marmore

Mausoléos, Lapidés, Cruzes, anjos, etc. Tem pessoal para o serviço de ornatos. Abre-se qualquer tipo de letras.

O marmore empregado é legitimo de Carrara (Italia) o melhor

Residencia e officinas Rua Conselheiro Mafra N. 150 — Phone 433 S. Catharina - FLORIANOPOLIS Brasil

Precisa de lenha em toros Mandaremos a sua residencia.

E só pedir a Simões & Cia. Ltda. Telephone 49

Breve No Cine Palace

Griffith, revolucionou a technica dos FILMS FALLADOS!

Uma pellicula movimentada, com acção intensal

UMA PRODUÇÃO DA UNITED ARTISTS

APRESENTADA POR

Moura e Macuco

D. W. GRIFFITH apresenta:

Abrahão Lincoln

O MAIOR TRABALHO HISTORICO INTERPRETADO POR

WALTER HUSTON

COM: UNA MERK L



UMA PRODUÇÃO SONORA DE ALTO VALOR!

Disse um critico:

ABRAHAO LINCOLN, E' SIMPLES, HUMANO, BEM FEITO, INTERESSANTE E PROFUNDAMENTE SENTIMENTAL...

UM FILM QUE NOS REVELA A VIDA E OS AMORES DO MAIOR ESTADISTA DOS

Estados Unidos

Montagem formidave

Cine-Theatro «CENTRO POPULAR»

O MAIS HIGIENICO, ELEGANTE, CONFORTAVEL E PRE-FERIDO PELAS FAMILIAS PELA ORDEM E RESPEITO

Hoje — Domingo, 20 de Setembro

3 grandiosas vespereas

1 hora

O GATO PRETO
Journal Movietone

PREÇO \$500

A's 2 e 4 horas
Oprograma Malarazzo apresenta a pel-
licula em Movietone,

AMOR NO DESERTO

interpretada pelos conhecidos artistas
OLIVE BORDEN, NOAH BEERY e
HUGH TREVOR

Bellas scenas de oasis no
Sahara!

A lucta dos estrangeiros para dominar
a barbaria do chefe beduino

LINDO ROMANCE DE AMOR

Preços — 15500 e 18000 (socios e estudantes)

A's 6 1/2 e 8 1/2

Veleiro Sinistro

(O Lobo do Mar) é um grandio-
so e empolgante drama de
alto-mar, tirado do celebre
romance de JACK LONDON
Produção Seneca da Fox-Movietone dia-
logada, com letreiros sobreposos em portuguez.
Nesta pellicula teremos o prazer de ver
o grande artista MILTON SILLS no seu
ultimo trabalho para o cinema, a chave
de ouro da sua vida gloriosa.

PREÇOS 35000 e 25200 socios e estudantes

BREVE:

Renegados

Uma commovente historia de amor, sacri-
ficio e heroismo vivida em plena
Marrocos

Amor! Aventuras! Traição!

Gigantesca super-produção!

Legião Estrangeira: — Essa famosa
organização franceza, a Legião Estrangeira, que
serve de refugio aos aventureiros de todo o mun-
do e onde verificaram-se dramas, os mais dolo-
rosos, serve de thema ao lindo romance da FOX
MOVIE-TONE. **Renegados.** Os protagonistas
dessa pellicula são: Warner Baxter, Bela Lugosi,
Myrna Loy, Noah Beery, Gregory Gage e outros.

Warner Baxter abandona a sua familiar
caracterização de bandido da fronteira, para
substitui-la pela de um soldado francez da Le-
gião Estrangeira.

Myrna Loy apparece como espiã terrivel e
impiedosa, capaz de sacrificar a vida de quatro
homens, somente para conseguir o seu desidera-
hum.

Recurso Extremo

Produção da Fox Movietone em que ful-
guram tres grandes artistas, tres gloriosos con-
tribuidores da sensação emocional e artistica da
cinematographia norte-americana. Baseado na
novella de Ben Ames Williams, esta so-
beba pellicula tem ainda numeros cantados,
causando naturalmente surpresa a voz melodia-
sa da loura DOROTHY MACKAIL, a de-
liciosa heroína deste film que tem como pro-
tagonista o mallogrado MILTON SILLS.

KENNETH MACKENNA é o terceiro
astro que brilha com elegancia neste drama
fortissimo, que Berthold Viertel dirigiu para a
Fox Movietone.

CINEMAS

QUE VIUVA!...

É esse o titulo do gran te
film da UNITED ARTISTS,
que a Empresa MOURA &
MACUCO está apresenta-
ndo esta semana, no Cine
Palace.

Para hoje, elle ainda per-
manecerá no cartaz, sendo
que as suas exhibições estão
marcadas para ás 4 horas
da tarde e nas duas sessões
da noite.

Que Viuva! é uma riquí-
sima produção toda falada
e cantada, de extraordinaria
montagem, tendo como in-
terpretes duas celebridades
da tela, que são: Gloria
Swanson, a linda artista que
muito tempo não apparecia
na tela dos nossos cinemas e
o sympathico actor LEWY
CODY, a maior personali-
dade do cinema que já nos
deu obras primas, que já
nos fez rir, que já nos fez
enraivecido e que agora,
neste appetitivo film, apre-
senta-se num papel magnifi-
co, e se faz cada vez
mais querido do publico flo-
rionopolitano.

Que Viuva! é um film
bom, sobre todo o ponto de
vista e a sua interpretação
é maravilhosa.

Este film terá hoje as suas
ultimas exhibições, o que
nos leva a recomendar aos
nossos distinctos leitores que
não percam de ver esta pel-
licula simplesmente admi-
rável.

ABRAHÃO LINCOLN

Dentro de poucos dias, a
poderosa marca UNITED
ARTISTS nos dará mais
uma formidável produção
sonora, desta vez, feita e
ensaiada sob a direcção do
grande mestre DAVID W.
GRIFFITH, o director que
melhores films apresentou
até agora, **Abrahão Lin-**
coln, tal é o titulo da nova
produção, que breve iremos
assistir na tela do Cine Pa-
lace, nos conta uma das pas-
sagens da guerra da inde-
pendencia nos Estados Uni-
dos, na qual perderão a vi-
da alguns milhões de pes-
soas.

Conta ainda este bello e
grande film, a vida amorosa,
as virtudes e os desesperos
do celebre estadista ameri-
cano.

Os principais papeis GRIF-
FITH confiou a dois artis-
tas famosos e que vamos
ver na primeira vez. São
elles, WALTER HUSTON e
UNA MERKEL, dois astros
victoriosos.

EDITAL DE 1a. PRAÇA
COM OPRASO DE 10
DIAS

Eu, o Doutor Alfredo
von Trompowsky, juiz de
Direito da Primeira Vara
da Comarca de Florianó-
polis, Estado de Santa Ca-
tarina, na forma da lei,
etc.

FAÇO saber aos que o presente edi-
tal de primeira praça virem, e delle co-
nhecimento tiverem, que no dia vinte e
oito (28) do corrente, ás doze horas, á
rua Bocayuva, n. 113, o porteiro dos
auditorios desta Juiz, terá o publico
pregão de venda e arrematação, a quem
mais der e maior lance offerecer sobre
as respectivas avaliações, o seguinte: A
quarta parte do prédio sito nesta Ca-
pital á rua Bocayuva n. 113, construi-
do de tijolos, coberto de telhas, forra-
do, assoalhado, envidraçado, com di-
versos compartimentos e o seu respec-
tivo terreno, fazendo freste. A mesma
rua, fundos ao mar, confrontando por
um lado com propriedade do Coronel
Leonardo Jorge de Campos Junior e
pelo outro com dita do Sr. José Rodri-

Pat und Patachon

In Kuerze werden wir hier in Florianópolis Gelegenheit haben,

die bestes Komiker der We t

zu bewundern. Als solche werden sie von der gesamten Presse Deutschlands und
Oesterreichs beurteilt. Diese Komiker sind in ganz Europa unter dem Namen

Pat und Patachon

und in ihren Leistungen so hervorrageend, dass irgend eine Reklame fuer sie ueberfluessig

wäre.
Der Film, in dem diese beiden Helden in der Hantrolle das erste Mal bei uns auf-
treten werden, hat den Titel:

ZWEI VAGABUNDEN IM PRATER

Production: Engel-Filmgesellschaft, Wien
Manuscriptum: Wasseramann und Schlo-
Rogie: Otto Hans
Productionsleitung: Leo Meyer
Titel (Schrift) Deutsch

Ueber den Inhalt dieses wunderbaren
Lustspieles moechten wir etwas berichten. Es beginnt im Prater

Das ist jener bekannte Teil der Weltstadt wo Lustbarkeit und Vergnügen sich
ein unverleibbares Asyl errichtet haben: DER PRATER. Zur Zeit, wenn, wie es im Wie-
ner Lied heisst, «im Prater die Bäume blüh'n», steht das Leben und Treiben in diesem
ältesten und berühmtesten Vergnügungspark der Welt auf dem Höhepunkte. Tausende
und Abertausende finden hier, was sie suchen, im stillen «Nobelprater» Erholung in lä-
rmenden Trubel des «Wurstelprater» Amüsement. Zu den beliebtesten Attraktionen des
letzteren gehört die «lebende Zielscheibe» wo sich Jung und Alt damit vergnügt, auf
Statisten, die abwechselnd hinter einer spanischen Wand auftauchen, mit Ballen zu chie-
sen. Der Beruf einer solchen «lebenden Zielscheibe» ist nicht gerade beneidenswert. Aber
PAT & PATACHON, die wir hier mit Genugthuung in ihrem neuen Wirkungskreis er-
kennen, sind ja sozusagen von Geburt aus «lebende Zielscheiben» des Schicksals. Ni-
chtdeswegen ist gegenwärtig die Stimmung unserer beiden Freunde nicht eben rosig.
Wenn es schon wenig genussreich ist, jeden Augenblick einen «Treffer» zwischen die Au-
gen oder auf die Nase zu bekommen.

Nachdem treffen wir unsere Helden in Kaisers Rock; sie muessen ihr.
Die nestzeit: bivoliren und bei dieser Gelegenheit werden wir manche Kasernenhof-
blaete seh n.

Dann bringt sie das Schicksal unfreiwillig auf eine Buchene und deren Raume, wo
gerade ein grossartiges Ballet eingelegt wird u. s. w. Dieser Film wird in Kuerze im
CINE PALACE vorgefuehrt werden. Der Film ist von uns importirt worden, direct von der
Fabrik ist Vollkommen Neu und noch nicht in Brasilien vorgefuehrt.

B. & M.

THEATRO ALVARO DE CARVALHO

CINE PARAMOUNT
HOJE - Matinée e Soirée - HOJE

A'S 2 e 4 HORAS — MATINE'ES DAS MOÇAS

Com exhibições da linda pellicula da First National, distribuida
pela Paramount

ALLIANÇAS DO AMOR

Com LOIS WILSON, OLIVE BORDEN e H. B. WARNER

Duas irmãs de genios completamente diferentes.

Ell: havia se apaixonado por aquella que o queria unicamente pelo
dinheiro... Dep is comprehendera que estava errado... Que fazer?

Abre o programma um complemento todo fallado em hespanhol.

Preço unico — Platéa 15000 — Geral \$600

A'S 6 1/2 e 8 1/2 HORAS — SOIRÉES CHICS

Primeiras exhibições em Florianópolis da grandiosa pellicula da Ufa de
Berlín, apresentada pelo Programma Urania

Niate dos sete peccados

Com a mais fascinante mulher da tela, **Brigitte Helm**
«O senhor quer a mulher e não a artista!»
Assim exclamou ella ao empresario daquelle luxuoso vapor
onde embarcavam somente os que não encontravam mais nada de
novo na terra!

MYSTERIO... LUXO... AMOR...

PREÇOS — 35000 — 25000 e 15000

Aviamento de receitas com
todo escrupulo e por preços
sem competencia na

«Pharmacia Moderna»

do Pharmaceuticooficínio Santos
Praça 15 de Novembro, 27
esq. da rua Conselheiro Matraz